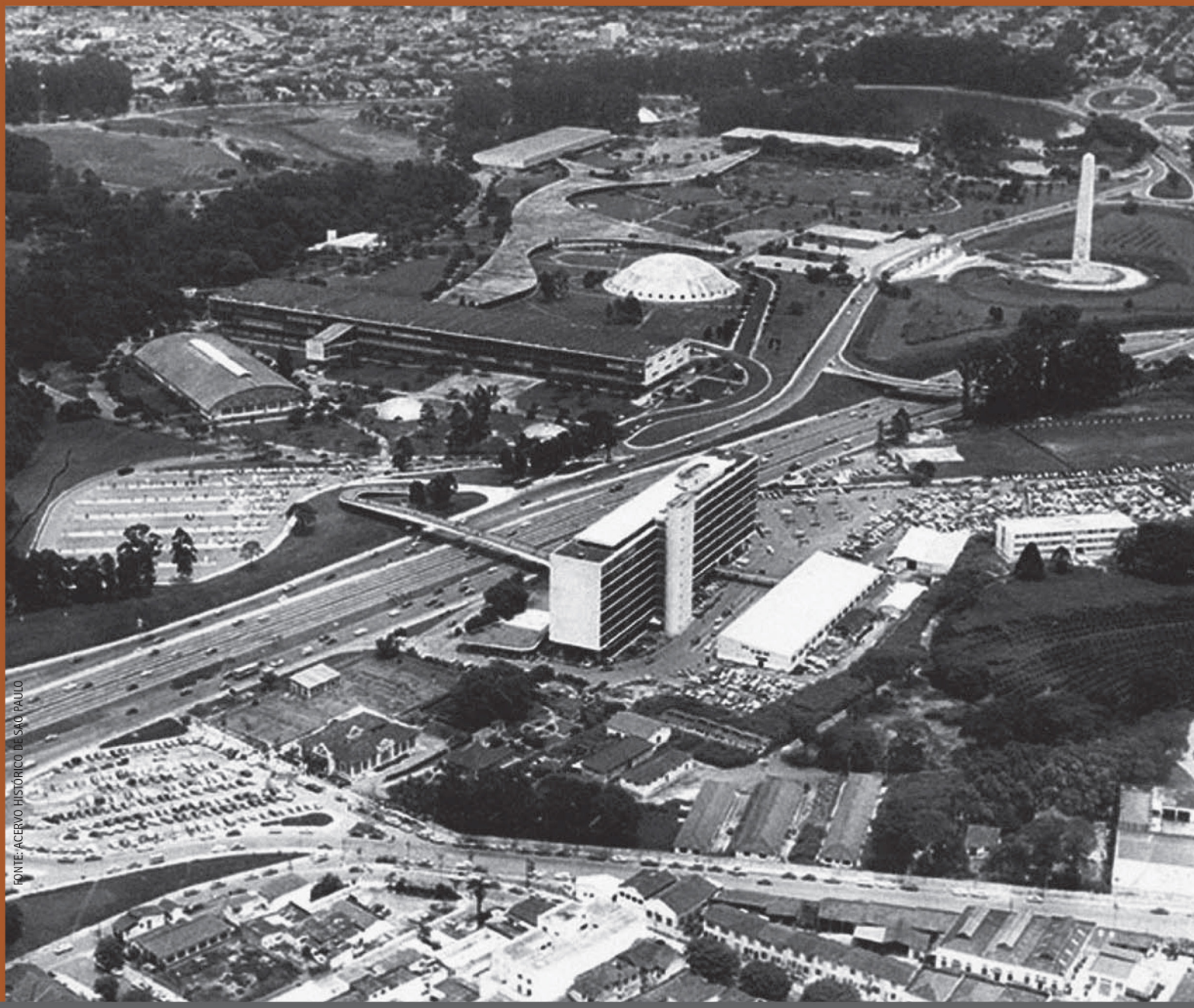
ESCOLA DO PARLAMENTO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

História das Legislaturas Contemporâneas

2ª Legislatura (1952-1955)
O IV Centenário

2



FONTE: ACERVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO

COLEÇÃO DIRIGIDA POR CHRISTY GANZERT PATO E LARA MESQUITA
VOLUME ORGANIZADO POR ROSANA SCHWARTZ

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Mesa Diretora 2017

Presidente

Milton Leite (Democratas)

1º Vice-Presidente

Eduardo Tuma (PSDB)

2º Vice-Presidente

Edir Sales (PSD)

1º Secretário

Arselino Tatto (PT)

2º Secretário

Celso Jatene (PR)

1º Suplente

Gilberto Nascimento (PSC)

2º Suplente

Ota (PSB)

Corregedor Geral

Souza Santos (PRB)

Mesa Diretora 2016

Presidente

Antônio Donato (PT)

1º Vice-Presidente

Milton Leite (Democratas)

2º Vice-Presidente

Edir Sales (PSD)

1º Secretário

Adolfo Quintas (PSD)

2º Secretário

Adilson Amadeu (PTB)

1º Suplente

George Hato (PMDB)

2º Suplente

Eduardo Tuma (PSDB)

Corregedor Geral

Dalton Silvano (Democratas)

ESCOLA DO PARLAMENTO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Centro de Memória CMSP

História das Legislaturas Contemporâneas

2ª Legislatura (1952-1955)
O IV Centenário

2

COLEÇÃO DIRIGIDA POR **CHRISTY GANZERT PATO** E **LARA MESQUITA**
VOLUME ORGANIZADO POR **ROSANA SCHWARTZ**

ESCOLA DO PARLAMENTO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Diretor-Presidente
Christy Ganzert Pato

Diretores Acadêmicos
Gustavo Costa
Lara Mesquita

Diretores Executivos
Antônio Rodrigues de Freitas Jr.
Carolina Cutrupi Ferreira
Fabio Pierdomenico

Projeto gráfico e editoração
Francine Sakata
Heloísa Nunes
Felipe Neres

Revisão
Autores

Capa
Foto aérea do Parque do Ibirapuera, 1970.
Fonte: Arquivo Histórico de São Paulo

Ficha catalográfica elaborada pela Equipe de Biblioteca da CMSP - SGP.32

L526 2ª Legislatura (1952-1955) : o IV Centenário / coleção dirigida por Christy Ganzert Pato e Lara Mesquita ; organizadora Rosana Schwartz. – São Paulo : Câmara Municipal de São Paulo, 2017.
161 p. – (Coleção história das legislaturas contemporâneas, v. 2)

Textos de vários colaboradores.
Obra produzida pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo.
ISBN 978-85-66432-09-1 (obra completa)
ISBN 978-85-66432-10-7 (v.2)

1. Câmara Municipal – São Paulo (SP) – História, 1952-1955. 2. São Paulo (SP) – História, 1952-1955. I. Pato, Christy Ganzert. II. Mesquita, Lara. III. Schwartz, Rosana. III. Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. IV. Título. V. Subtítulo. VI. Série.

CDU 342.532(815.6SP)"1952-1955"

Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo
Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista - São Paulo - SP
www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento@camara.sp.gov.br

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO

3 INTRODUÇÃO

7 CAPÍTULO 1
A política em São Paulo e no Brasil no início dos anos 1950
Rosana Schwartz

29 CAPÍTULO 2
A Câmara de Vereadores e os festejos do IV Centenário de São Paulo: imagem e pabulagem
F. Alexandre Hecker

57 CAPÍTULO 3
Debates que tomaram conta do plenário, com a explicitação das discussões em torno de projetos polêmicos
Lúcia Helena Polleti Bettini

71 CAPÍTULO 4
William Salem, menino rebelde de Itapetininga que virou prefeito de São Paulo
Adolpho Queiroz

95 CAPÍTULO 5
A cidade e o progresso: o Legislativo e o cenário urbano paulistano
Ubirajara de Farias Prestes Filho

121 CAPÍTULO 6
Da Câmara de vereadores à política estadual e nacional
Wilton Olivar de Assis

149 MESA DIRETORA

VEREADORES DA 2ª. LEGISLATURA

APRESENTAÇÃO

A Escola do Parlamento foi instituída pela Lei nº 15.506/2011. Apesar de sua breve história a Escola consolidou sua atuação pautada em sua missão institucional de promover a educação para a cidadania, na perspectiva do fortalecimento da missão do Poder Legislativo.

Com esse objetivo desenvolve atividades que permitam o estímulo à participação da sociedade – do cidadão comum às lideranças políticas e comunitárias –, o diálogo com outras instituições de ensino e pesquisa e a promoção do intercâmbio com outras Casas Legislativas e suas organizações representativas.

Para ampliar a disseminação da educação para a cidadania, a Escola propõe a organização de atividades educacionais com diferentes formatos: um curso de pós graduação lato sensu em nível de especialização, cursos de curta duração presencial e na modalidade de educação a distância, além de publicações.

Dentre as publicações da Escola do Parlamento duas delas se destacam: a Revista Parlamento e Sociedade, publicação de periodicidade semestral que tem por objetivo divulgar a produção científica que tem por foco o estudo das políticas públicas e do poder legislativo, dando especial atenção aos estudos que tomem o município como lócus de estudo; e a coleção "História das Legislaturas Contemporâneas". Esta coleção tem por objetivo resgatar a história da Câmara Municipal, seus principais personagens, os debates mais importantes travados nas legislaturas e a produção legislativa que impactou no desenvolvimento da cidade.

Com a presente coleção a Escola do Parlamento apresenta aos cidadãos um pouco da história da Câmara Municipal e da Cidade de São Paulo, mostrando como as grandes questões correspondente ao momento histórico de cada uma das legislaturas refletiam nos debates em plenário e nos projetos de lei apresentados no período. A principal fonte utilizada nessa série são os anais e documentos históricos do acervo desta edilidade. Esses documentos estão digitalizados e disponíveis para pesquisa de todos os interessados em estudar e conhecer um pouco mais sobre o parlamento paulistano.

O acervo total da Câmara possui cerca de 250 mil processos, com destaque para os processos administrativos e legislativos, em sua grande maioria já digitalizados, como todos os Projetos de Lei a partir de 1948, cerca de 4000 processos digitalizados e disponíveis no site da Câmara Municipal de São Paulo, e documentos históricos produzidos entre 1895 e 1937 - cerca de 8000 documentos digitalizados e também disponíveis no site da Câmara.

A Equipe de Documentação do Legislativo tem como finalidade coletar, reunir, registrar, organizar e tornar acessível a documentação parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo. Para esse fim, mantém em seu acervo as proposituras, a legislação municipal, e as atas e anais das sessões plenárias, dentre outros registros relacionados às atividades da Câmara e desenvolve ferramentas de acesso às informações por meio do site institucional, que permitem acesso aos textos integrais de parte do acervo. O acervo compreende: (I) As publicações de Atas dos trabalhos realizados pela Câmara desde 1562, que compreende 90 volumes até o ano de 1903, a partir de quando são realizados os registros taquigráficos das sessões plenárias; (II) A coleção de Anais da Câmara Municipal, com a íntegra das sessões plenárias a partir de 1904, e que reúne por volta de 900 volumes representados em diversos formatos: publicações até o ano de 1966, coletânea de páginas de Diário Oficial com registros de Anais no períodos de 1960 a 1963 e de 1967 até 1992, e volumes organizados pela Equipe de Documentação do Legislativo até os dias atuais; (III) A Coleção "Registro Geral da Câmara", compreendida por 38 volumes referentes à documentação recebida pela Câmara no período de 1583 a 1863; (IV) Os Relatórios à Câmara Municipal de São Paulo, encaminhados por Intendentes Municipais e Prefeitos no período de 1893 a 1940.

Além destes, encontram-se compilações do material desenvolvido pela Assembleia Municipal Constituinte 1989-1991, Informações da Assessoria Técnico-Legislativa, de 1948 a 1980, e Registros de Leis, de Resoluções, e de Decretos Legislativos, entre outros.

Este é o segundo volume da coleção, que aborda o período entre janeiro de 1953 a dezembro de 1955, além da eleição de 1952, que elegeu os vereadores da segunda legislatura.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Christy Ganzert Pato

Lara Mesquita Ramos

INTRODUÇÃO

Este livro, sobre a 2ª Legislatura (1952-1955) faz parte do Projeto História das Legislaturas Contemporâneas da Câmara Municipal de São Paulo que objetiva percorrer as legislaturas pós-Estado Novo até a atualidade, em mergulho aos registros/documentos da instituição, no intuito de elaborar a série intitulada São Paulo na Tribuna.

A publicação traz tecida em suas páginas o cruzamento dos discursos dos vereadores da época fixados em documentos oficiais, questões cotidianas e do campo da História Política.

A História Política é considerada uma área que se reconfigurou após anos de apagamento. Sua institucionalização ocorreu entre o final da década de 1970 e início de 1980, período que corresponderá ao diálogo entre História e Ciências Sociais. O contexto político, social e cultural desses anos propiciou a abertura para um período de renovação de interesses pela política como objeto do saber dos historiadores e relações com a interdisciplinaridade do conhecimento. Nesse sentido, direcionamentos ou movimentos em relação à História Política foram realizados: os artigos do historiador Jacques Le Goff, contribuíram para problematizar as razões pelas quais a história política foi deixada para segundo plano, durante muito tempo, e os motivos pelos quais retorna com força nos anos 70 e 80; os estudos de René Rémond que observam a prevalência da autonomia do político são estudados com profundidade; e a discussão de Pierre Rosanvallon, que refina a discussão teórica a respeito do político, a história conceitual do político, o político como o lugar de ação da sociedade sobre ela mesma, entra para o debate. O sentido salientado por esses teóricos é que a História Política é parte integrante da História Cultural e é dotada de uma cultura. (Gouveia, 1998).

Escrever História Política é adentrar em posturas, alianças, enfrentamentos político-partidários e pessoais, bem como, percorrer relações de poder, imaginárias e culturais em diferentes espaços na cidade.

As páginas deste livro foram construídas sob esse entendimento por meio dos múltiplos olhares dos pesquisadores. Com formações ou áreas do conhecimento distintas – história, política, direito, marketing - levantaram questões instigantes e promoveram o encontro de metodologias e enfoques. O historiador Edward Hallett Carr, afirma que os fatos são averiguações por meio das impressões dos sentidos das pessoas que os analisam, não falam por si mesmos, só adquirem sentido quando o pesquisador recorre a eles e determina sua temporalidade, criando uma temporalidade específica. Os indivíduos registram os fatos e os historiadores selecionam, interpretam e apresentam os mesmos, conferindo-lhes sentido, encaixando-os em uma temporalidade. Esse movimento não re-

flete de modo algum a realidade concreta, transita entre memórias individuais e coletivas, entre imaginários sociais e discursos escritos, pictóricos, imagéticos, entre outros.

Os debates, as indicações de Projetos de Lei, as interferências dos cidadãos nas propostas, as leis aprovadas nesta legislatura, as relações entre política nacional e municipal, os bastidores da Comemoração do IV Centenário e as correlações de forças políticas são fontes diversas que serviram de base e referência para a investigação histórica.

Como organizadora e autora do primeiro capítulo, na qualidade de doutora em história, me orgulho em ter participado deste projeto e orientado a pesquisa nos vários volumes dos Anais da Segunda Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo. Realizada por pesquisadores de múltiplas áreas do conhecimento em conjunto com estagiários do curso de história, a dimensão da pesquisa que se revelou durante o percurso do estudo foi histórica/interdisciplinar.

A extensa documentação, dividida em volumes por ano, meses e sessões, e os distintos discursos legislativos presentes nos Anais, encaminhou os pesquisadores atentos a procedimentos teóricos metodológicos de análise que mergulharam nas especificidades desses registros. Temas específicos e variados se estruturaram em seis capítulos que extrapolam o conteúdo formal, a escrita verbal do discurso da vereança, adentrando em questões que envolvem a construção do imaginário social, valores morais, culturais e religiosos.

O primeiro capítulo, escrito por mim, trabalha o tempo e as temporalidades intrínsecos aos acontecimentos re-configurados nos fatos e nas memórias. As relações entre a história nacional e a municipal em circularidade passado/presente. Para a história, o tempo pensado de forma linear foi substituído pelo cíclico, pois é repleto de permanências e continuidades do passado no presente. O conceito de documento/monumento, configurado na "Carta Testamento" de Getúlio Vargas e as relações simbólicas decorrentes do suicídio são problematizadas. A construção do imaginário social de São Paulo, cidade dos Bandeirantes, do trabalho, do progresso e da ordem está presente em todos os momentos do capítulo, estabelecendo diálogos com a contemporaneidade. Os registros que se configuram além da sua essência física apresentam em suas linhas e entrelinhas construções de memória.

Frederico Alexandre Hecker, historiador e autor de diversos livros no campo da História Política se ocupou em tecer o segundo capítulo, seguindo as reflexões e propostas dos historiadores da Escola dos Annales que abriram possibilidades para novas formas de compreender e estudar a história, assim como tratar alguns registros com a sua devida importância.

Ao adentrar nos documentos da Câmara Municipal de São Paulo ele escolheu apresentar os debates realizados pelos vereadores sobre as festividades do

quadringentésimo aniversário da cidade – IV Centenário. Trouxe a construção do significado histórico de consolidação de uma concepção de identidade paulistana no período. Destacou como os representantes políticos dos munícipes reagiram à construção atribuída às comemorações do IV Centenário. O que diziam, discutiam e propunham os vereadores naquele momento fundamental em que milhares de paulistanos e outros visitantes foram às ruas da cidade. A mobilização da população para a construção de um discurso ideologicamente comprometido com interesses de uma elite segregadora e as repercussões na Câmara Municipal de São Paulo são pontos enfatizados pelo autor. O capítulo apresenta as manifestações dos representantes dos munícipes, após exame minucioso do discurso, dos debates e das propostas parlamentares.

O terceiro capítulo coube à Lucia Helena Bettini, pesquisadora do campo do Direito. Ela centraliza sua análise em torno dos debates e discussões de projetos considerados polêmicos relacionando passado/presente. Trabalha questões do cotidiano da cidade envoltas ao campo jurídico. Os temas abordados perpassam pela importância do Município e sua atuação, conforme legislação existente à época; o papel do vereador e sua condição diante de exercício de representatividade do povo e a consequente atuação que deve ir ao encontro da ética na política, no parlamento.

Já Adolpho Queiroz tratou da construção da memória, como fonte histórica e como fenômeno histórico. Problematizou o ato de rememorar, o ir e vir da memória, e o que um entrevistado deseja perenizar nesse ato, ou seja, percebeu e descreveu criticamente o fato e o fato lembrado. Utilizou-se do método da História Oral, em entrevistas com parentes do político William Salem, para entrecruzar registros/documentos dos Anais da Câmara Municipal. Atento a premissa de que a memória social, como a individual, é seletiva, escolhe o que deseja deixar marcado, registrado, trabalhou as memórias desses familiares do político por meio da fala em entrevista. Também adentrou no diário pessoal do personagem. O quarto capítulo deste livro destaca as memórias enquanto maleáveis, e a necessidade de compreender como são concretizadas e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade. Tratou do lembrar.

Como não poderia ficar de fora, pelos estudos e contribuições sobre a temática, Ubirajara de Farias Prestes Filho, doutor em História e funcionário da Câmara Municipal, familiarizado com os arquivos da CMSP e pesquisas na Casa, escreveu o quinto capítulo. Nele apresenta algumas “facetas” da Câmara Municipal e suas posições e representações a respeito das mudanças pelas quais a cidade passava – a verticalização, a especulação imobiliária e o crescimento acelerado. As percepções do autor, com riqueza de detalhes, desvelaram avaliações e sentimentos dos vereadores em relação aos problemas sociais da época. Importante fonte para o historiador, interessado no olhar daqueles que foram eleitos em um contexto de interesse crescente pelo debate político. Destaca

estratégias e programas de planejamento urbano e os movimentos promovidos por diferentes grupos da sociedade, em busca de espaço e oportunidades. Buscou tratar dos interesses que estavam em jogo, entre "elites" locais e movimentos sociais, ou seja, a Câmara Municipal enquanto espaço de disputa.

O historiador Wilton Olivar e Assis finaliza os capítulos tratando da narrativa do acontecimento, em oposição a historie événementielle positivista, efêmera e isolada do passado. Trouxe breves biografias de parlamentares que após esta legislatura continuaram na política. Problematizou a importância dos questionamentos sobre a longa duração, permanências e continuidades do acontecimento no presente, ao expor a trajetória desses políticos. Também o lugar temporal do acontecimento e a história reunida e exposta sob a assinatura dos mass media – jornais e revistas. Eles criam documentos e proporcionam materialidade ao acontecimento. A história está em constante movimento, transformações repletas de permanências e continuidades, que um simples relato ou registro de um acontecimento não dá conta da sua complexidade. Com olhar multicidisplinar trouxe a possibilidade de se combater o efêmero através de biografias dos parlamentares que ultrapassaram o tempo da 2ª Legislatura.

A abrangência de temáticas discutidas pelos autores nesses seis capítulos possibilita atender diferentes leitores: aqueles interessados na história da cidade, nos planos e projetos de urbanização, história da vereança paulista, biografias, relação entre a história de São Paulo e do Brasil nos anos 50, posturas política e ideológica dos partidos políticos e seus protagonistas, organização de movimentos sociais, leis, elucidando questões sobre cotidiano e imaginário social, entre outras.

Assim, convido os leitores, a partir da leitura deste livro, a despertar de novos projetos de pesquisas com a vasta documentação da Câmara Municipal de São Paulo e criar novos testemunhos sobre o papel da Câmara para a cidade.

Profa. Dra. Rosana M. P. B. Schwartz

CAPÍTULO 1

A política em São Paulo e no Brasil no início dos anos 1950

Rosana Schwartz [1]

1. Doutora em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2007). Mestre em Educação, Artes e História da Cultura, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM (2001). Bacharel em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP (1989). Licenciatura em História, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (1993). Professora Pesquisadora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, desde 1999, e da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão - COGEAE da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP - Pós-Graduação-Lato Senso em História, Sociedade e Cultura. Membro da Comissão de Ética da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006 a 2015. Líder do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça/Etnia da UPM, participa do Núcleo de Estudos da Mulher da PUC/SP, do Núcleo de Estudos da e/imigração. Integrante do Comitê Ad Hoc do Programa Pró Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – 2008 a 2015.

"A história vivida das sociedades humanas e o esforço científico para descrevê-la e interpretá-la são os dois polos entre os quais se resume o próprio conceito de história."

(LE GOFF, 1994, p. 535)

O Brasil e a cidade de São Paulo, entre os anos de 1952 a 1955, encontravam-se em pleno processo de tecedura de suas identidades – plurais, locais, regionais e nacionais[2]. Cresciam e se desenvolviam envoltos nas heranças de práticas políticas que agitavam os meios econômicos, sociais, políticos e culturais: o trabalhismo, getulismo e nacionalismo.

A sociedade diversificada e complexa que se construiu desde o período colonial assistia, em seu cotidiano, à entrada, pelas portas de suas casas, sem pedir licença, de novas formas de "fazer" e "sentir" a política. A experiência liberal-democrática mostrava suas feições se reinventando.

O término do maior conflito mundial vivido até então, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – coincidindo com a experiência nacional do Estado Novo (1937-1945) – e início do que foi denominado Guerra Fria (1945-1991) inaugurava para os brasileiros uma nova fase de governos civis, com projetos que exigiam modernização da economia, reforma das instituições e afirmação cultural e nacional.

São Paulo, relevante economicamente graças ao seu desenvolvimento industrial iniciado em fins do século XIX e primeiras décadas do XX, ampliava-se desmedidamente dentro do seu processo de metropolização. Simbolicamente, a cidade tradicional apagava-se cedendo lugar a uma outra, fragmentada e conectada às vanguardas das transformações (SCHWARTZ, 2007).

O clima político, tanto no Estado como no país, desde 1946 até 1955, tencionava mudanças econômicas, político-ideológicas e urbanas. Rascunhavam-se novas, mas mantinham-se velhas estruturas político-partidárias em âmbito nacional, local e regional[3]. Os filhos da aristocracia do café – as classes altas e médias brasileiras– carregavam valores e traços estamentais. Esses herdeiros comungavam com quadros políticos oligárquicos e desejavam uma cultura de integração nacional e de progresso. Já os descendentes de imigrantes e migrantes, sem sucesso, populares e trabalhadores desprovidos de recursos econômicos, enchiam seus corações com esperanças de conquistar melhores condições de vida e trabalho em um Brasil e em uma cidade que os associava às classes perigosas[4].

2. Stuart Hall afirma (SILVA, 2003), dentro da concepção sociológica clássica, que as identidades são tecidas através da interação do "eu real" (sua essência) em constante diálogo com os mundos exteriores (culturais). Entre o mundo pessoal e o mundo público. As ações da sociedade interferem significativamente na formação da identidade individual e coletiva. Nos anos 50, ações educacionais, culturais, políticas e cotidianas objetivavam concretizar o processo de construção da identidade nacional.

3. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) se organizava liderado por Hermes Lima Sobrinho e o Partido Comunista (PCB) entrava para a ilegalidade.

4. O conceito de classes perigosas, embasado nas teorias higienistas e eugênicas europeias do século XIX, foi eixo central dos debates parlamentares da Câmara dos Deputados do Império do Brasil durante e após o processo de Abolição da Escravatura (1888). Influenciados por estudos europeus que não separavam as fronteiras entre pobres e malfeitores, parlamentares debateram um projeto de lei que repreenderia a ociosidade no Brasil. Acreditavam que o trabalho evitaria pensamentos e comportamentos indesejáveis. A noção de que a pobreza de um indivíduo propiciaria inevitavelmente um ato de malfeito se re-significa em momentos de greves e manifestações da classe trabalhadora durante o século XX, para classificá-los muitas vezes como classes perigosas e desordeiras.

Prefeito de São Paulo de 1951-53 Armando de Arruda Pereira nomeado por Adhemar de Barros

Fonte: http://www.nossosaopaulo.com.br/Rotary/RI_40-41ArmandoAPereira.htm Wikicommons (1930)

Os novos tempos, os anos 1950, revelavam-se promissores (FRY, 1982).

Com o fim do Estado Novo, desde 1948 em processo de redemocratização em todo o Brasil, carentes de reorganização, as Câmaras Municipais, reabrem suas portas e preenchem suas salas com vereadores que protagonizam diálogos que, direta ou indiretamente, articulavam a cidade com o estado e a federação.

Sem se darem conta, os habitantes das grandes cidades rapidamente vivenciariam transformações em meio às continuidades históricas. Assistiriam, atônitos, aos movimentos das novas e velhas relações de poder.

No fluxo da renovação política, pós-Estado Novo, as eleições para prefeitos realizadas por indicação dos governadores estaduais evidenciavam os refluxos da política brasileira. Este quadro perdurará até 1953.

Novos e velhos personagens políticos entravam e saíam da história política, deixando marcas no auspicioso parque industrial brasileiro. Os candidatos para os cargos políticos pertenciam ao rol de indivíduos que desempenhavam papel expressivo, tanto na política nacional como na estadual. O governador do Estado, Adhemar de Barros, mostrava-se, então, depositário de confiança e liderança política. Forte integrante do Partido Social Progressista (PSP)[5], nomeava os prefeitos da cidade, assim como definia a duração dos seus mandatos. Sua última indicação foi o prefeito Armando de Arruda Pereira (1951 a 1953), que assiste, em seu mandato, a cidade de São Paulo adquirir inquestionável relevância política e econômica (LOPEZ; MOTA, 2008).

A composição do sistema político-partidário, anteriormente delineada, apresentava-se nos anos 1950 sustentada basicamente sob três grandes posicionamentos ou espectros: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN).

A tradição cultural política do trabalhismo e do nacionalismo mantinha-se presente nos projetos de diversos partidos como: Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Republicano Trabalhista (PRT), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Orientador Trabalhista (POT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (GOMES, 2007). Este último situacionista foi partido caracterizado pelo diálogo entre getulismo e trabalhismo.

Em plena ebulição, a política liberal-democrática formava e reformava os projetos políticos dos partidos, fazendo predominar um clima de transformação em direção à modernidade.

Paulatinamente, enraizava-se nas mentes dos empoderados politicamente a sensação de grandiosidade, em oposição ao sofrimento reconhecível da maioria dos brasileiros e paulistas[6]. Em São Paulo, o imaginário social de "cidade mais importante do Brasil", "cidade que mais cresce" e "cidade moderna que

5. Partido Social Progressista – Fundado por Adhemar de Barros com características clientelistas, ou seja: ligado a grupos economicamente dominantes nos municípios e, em geral, seus próprios membros proprietários de terras e/ou médios industriais.

6. Cotidiano é uma categoria de análise da história. Ver J. Derrida, E. P. Thompson e A. Heller. Esses autores questionam as transformações da sociedade através do deslocamento do campo do poder das instituições, público para a esfera do privado, da vida cotidiana. Politizam o dia a dia na lida pela sobrevivência.

nunca paralisa suas atividades", destacava a emergência de consolidar em seus habitantes um novo estilo de vida, dentro de um processo social amplo, construído pela ideia de consciência moderna (MORSE, 1954).

Construir e perenizar essa consciência significava solapar as mazelas, os indesejáveis, o que se considerava atrasado. Forjava-se o avançado. Todavia, diante de impossibilidades, a cidade do progresso optaria por omitir ou esconder o não civilizado, esculpido e gravado em seus cortiços e casas autoconstruídas.

Nesse processo, leituras e releituras da imagem do passado dos bandeirantes foram estrategicamente retrabalhadas. Objetivava-se transformá-los em heróis, pois já eram conhecidas as concepções simbólicas sobre a força política dos mitos e alegorias. O simbólico esteve presente na construção do imaginário social[7] em diversos períodos da história do Brasil (Independência, República e Estado Novo) (CARVALHO, 2006).

O mito do herói bandeirante, símbolo de transformação, oferecia aos paulistas a imagem de um passado glorioso. Discursos realizados pela Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo (MORSE, 1954) e pelos vereadores da Câmara Municipal destacavam e valorizavam a vocação cosmopolita de São Paulo sob o signo de positividade, sinônimo de progresso e da força destemida dos bandeirantes (Anais da Câmara Municipal de São Paulo, v. 1952 a 1955).

De acordo com MOTA (1994) pretendia-se apagar da memória dos habitantes o Brasil "cadinho", escondendo os problemas sociais e reinventando os "paulistas bandeirantes" – motivo de orgulho de um povo.

Movimentavam-se e construíam-se memórias no concreto armado da nova configuração espacial paulistana, nos anos 1950. Solidificados em um tripé, os espaços urbanos se renovavam. A política municipal, desde as primeiras décadas do século XX, colocava, na primeira ponta, a reestruturação da centralidade, na segunda, a ocupação periférica e, na terceira, a necessidade de verticalização.

Nesse processo contínuo encravavam-se ocupações e desocupações por todos os lados. Impunham-se loteamentos e a especulação imobiliária nos bairros beneficiados por infraestrutura e continuavam, como no século XIX, a "expulsão limpeza" dos grupos desprivilegiados economicamente, das "classes perigosas", para as periferias. As alternativas de urbanização acentuavam os processos de periferização e ocupação irregular do solo – estratégia para moradia popular (SCHWARTZ, 2007).

Os discursos médicos e higienistas não estavam enterrados; renovavam-se nos anos 1950 nas propostas e projetos dos políticos conservadores[8].

7 O Imaginário Social organiza o passado. Constituído de fatos criados e reais segundo as relações de poder se expressa simbolicamente por ideologias, mitos e utopias. É no imaginário que as sociedades definem suas identidades e objetivos.

8 Ver Anais da Segunda Legislatura (Câmara Municipal de São Paulo, 1952, 1953, 1954, 1955).

Monumento às Bandeiras inaugurado em 1954, de Victor Brecheret, para as comemorações do IV Centenário. Praça Armando Salles Oliveira em frente ao Parque do Ibirapuera.

Fonte: Acervo Histórico de São Paulo.

Os partidos de esquerda aglutinavam-se na cidade em defesa dos populares abandonados à própria sorte. O Partido Socialista Brasileiro (PSB), sob a liderança de Paulo Emílio Salles Gomes, Germinal Feijó e Cory Porto Fernandes, colocava-se entre o nacionalismo e liberalismo, entre o pensamento revolucionário e o reformista. Reunia diversos grupos que objetivavam o bem-estar social e a interferência na política municipal. Não se aceitava beneficiar somente as regiões de população abastada em detrimento das regiões carentes (HECKER, 2007).

As instalações das indústrias transbordavam os limites do município e, em poucos anos, sentia-se a impressão de que o avançado/moderno sobrepunha-se ao arcaico/atrasado. Deslocar-se e alocar-se em outros espaços o comércio, as moradias, o lazer e as fábricas, a cidade em movimento criava sensações de múltiplos ritmos e temporalidades em seus múltiplos espaços.[9] O incentivo ao desenvolvimento industrial na política nacional, estadual e municipal exigia transformações dos grandes centros urbanos. A produção carreava-se para o que se considerava mais moderno (MORSE, 1954).

A cidade de taipa, outrora substituída pela *Art Nouveau* europeia, quase desaparecia em sua totalidade, nos novos tempos; assim como o traçado com linhas tortuosas, femininas e elementos da natureza, que cedia paulatinamente lugar ao estilo *Art Déco* – matemático, racional e moderno. A construção racionalista moderna verticalizada dos anos 1950, inspirada nos conceitos de Le Corbusier, impregnou os diálogos entre o moderno, o objeto construído e o entorno urbano (CAMPOS; SOMEKH, 2002). Os conceitos modernos abandona-

9. O tempo e as temporalidades são intrínsecos aos acontecimentos. Por temporalidade, entende-se a percepção da passagem do tempo, ou seja, como são realizados nos indivíduos os entendimentos sobre as dimensões que reconfiguram os fatos, os acontecimentos. O tempo é um processo social intuitivo que obedece a critérios como o amadurecimento do sujeito que observa e sente o acontecimento, o que supõe especificidades geracionais, relacionais e experiências cotidianas. Esse conceito suscita questionamentos como o tempo entendido como físico, social, histórico e psicológico no presente e no passado. Para a história, o tempo pensado de forma linear foi substituído pelo cíclico, repleto de permanências e continuidades do passado no presente.

vam os estilos europeus e elevavam a cidade à condição americana, tal e qual Nova Iorque.

Verticalizar significava modernizar, criar memórias de grandiosidade. Assim, a liberação do controle de crescimento vertical em velhos e novos espaços atinge grau de adensamento de forma indiscriminada. Na Câmara Municipal, no Departamento de Urbanismo da Prefeitura e na Comissão do Código de Obras (1948) acirravam-se debates sobre como crescer e se desenvolver. Participaram e se confrontaram duas correntes urbanísticas: uma defendendo a limitação e controle do crescimento urbano, opondo-se à instalação de novas indústrias em locais com adensamento populacional e a outra favorável ao crescimento, verticalização e expansão da metrópole (MORSE, 1954).

O poder público municipal permitia a continuidade das tendências especulativas existentes desde o século XIX, nos espaços da cidade. Propostas de zoneamento realizadas por engenheiros municipais, atrelados em alianças, esquemas políticos e interesses expansionistas do regime populista pipocavam em todas as instâncias do poder. Projetos e versões de zoneamento foram criados e recriados através de minutas de projetos de lei entre 1952 e 1955 (SOMEKH, 2006). Inúmeros dilemas encurralavam administradores públicos e vereadores levando-os a buscar racionalidade técnica. O prefeito Lineu Prestes também nomeado por Adhemar de Barros, em 1950, encomenda um estudo sobre desenvolvimento das cidades à *International Basic Economy Corporation – IBEC*. Essa instituição, sediada em Nova Iorque, prestava consultoria técnica para grandes cidades.

Estabelece-se um contrato aprovado pela Câmara que exige um relatório minucioso de obras públicas e planejamento para a municipalidade de São Paulo. Desde o final da década de 1940, estudos direcionados pelo engenheiro e advogado norte-americano Robert Moses estavam sendo realizados com esse intuito. Esse personagem trouxe iniciativas realizadas em seu país para solo paulista. Entre suas principais propostas estavam a construção de vias expressas, rodovias (Anchieta, ligando a capital a Santos, Anhanguera rumo ao interior e São Paulo-Rio), túneis, pontes, sistemas de recreação, além do adensamento da verticalização (PORTA, 2004). Acreditava-se que conectar todos os centros com as periferias, através de grandes avenidas, e destinar locais para instalações das novas indústrias promoveria o desenvolvimento almejado. O projeto adotado pelo relatório desvelava essa preocupação bem como com a ligação entre a capital, o interior e o restante do Brasil. *A International Basic Economy Corporation – IBEC,* nesse momento, visava conciliar as duas correntes (BONDUKI, 1994).

Desde 1948, as administrações municipais cingiam-se às questões locais, como transporte, habitação, entre outras, ampliando suas predominâncias polí-

ticas. As periferias marcavam presença e careciam de projetos, pois em tempos conturbados politicamente, corria-se o risco de seus moradores se tornarem extremamente "indisciplinados"[10] e aderirem às tendências políticas de esquerda.

Em âmbito nacional, o Brasil modernizava-se desde o seu primeiro Presidente civil da República eleito pelo voto direto: o militar - Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), candidato da coligação PSD-PTB. O PSD e o PTB aliaram-se em decorrência das suas essências, ou seja, feições de partido de massas. Resultaram das mesmas bases sociais getulistas e da frustração da junção de ambos em um único projeto.

O PTB e Getúlio Vargas haviam definido apoio a Dutra, estabelecendo diálogos estratégicos entre os partidos.

Dutra venceu as eleições assumindo a Presidência em 31 de janeiro de 1946. Pressionado por diversos setores da sociedade, convocou uma Assembleia Constituinte, com o objetivo de discutir e preparar a quinta Constituição do Brasil. Essa Carta Magna foi elaborada por meio de uma Comissão Interpartidária com representações proporcionais, distribuídas entre os partidos. Ela garantia aos três poderes autonomia e realização de eleições para os legislativos estaduais, municipais, federais e para o executivo (BASBAUM, 1991).

Getúlio Vargas continuava sendo a grande liderança política e se elegeu senador, com um milhão e trezentos mil votos, pelos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Optou pela representação do Rio Grande do Sul.

Em São Paulo, o movimento operário e sindical estruturado realizava comícios impactantes que desvelavam a força política das massas. Essa camada foi disputada pelo PTB e por lideranças como Adhemar de Barros.

Proliferavam-se sindicatos e movimentos da sociedade civil que se organizavam pautados na luta por melhores condições de vida (FERREIRA; REIS, 2007). Muitas vezes lotavam estádios de futebol, como o Pacaembu, e outros das grandes cidades do país com a finalidade de realizar comícios, que amedrontavam setores conservadores da sociedade.[11]

Os comunistas, como nas primeiras décadas do século XX, ingressavam em diferentes frentes de atuação no país e na metrópole. Objetivavam angariar recursos para o partido. Afloravam em seus debates problemas urbanos decorrentes do crescimento acelerado (transportes, emprego, saneamento básico). Problematizavam arduamente o aumento das regiões periféricas e questões que afetavam a população de baixa renda. Dirigiam revistas, produziam documentários cinematográficos e realizavam exposições de artes plásticas. Entre eles, destacavam-se intelectuais renomados e com força política inquestionável como Cândido Portinari, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Caio Prado e Carlos

10. Teorias como a positivista do século XIX, pregavam a necessidade de disciplinar todas as classes sociais com o objetivo de atingir a ordem e o progresso. As classes trabalhadoras eram alvo central, devido às suas condições de vida e de trabalho. Poderiam facilmente ser levadas a cometerem ações consideradas condenáveis e indisciplinadas.

11. Luiz Carlos Prestes foi eleito Senador no período de 1946 a 1948. Foi secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, até a cassação do partido e participou da Assembleia Constituinte de 1946 como líder da bancada comunista composta por deputados como Jorge Amado, Carlos Marighella e João Amazonas, entre outros.

Drummond de Andrade, este último convidado por Prestes para compor a lista de candidatos do PCB em 1945 (MOTA, 1994).

Nos anos 1950 a cidade simbólica dos bandeirantes assistia a eclosão de ações culturais e movimentos sociais urbanos que tiravam o fôlego dos seus protagonistas. Ativistas organizavam Clubes de Gravura e exposições por todo o país, com temas políticos que acirravam tensões em meio à Guerra Fria [12]

Dois mundos antagônicos se colocavam na história e para a história.

O período alimentava a oposição entre regimes e concepções de mundo diferentes, impondo receios e pesada "ocidentalidade" no Brasil (LOPEZ; MOTA, 2008).

Desde o governo Dutra, relações políticas no plano internacional foram estabelecidas como o estreitamento de alianças junto ao governo norte-americano e o rompimento de vínculos diplomáticos com a União Soviética. As transformações aconteciam em âmbito local e global. Paralelamente, lutas acenderam-se sob as noções de descolonização e libertação nacional — a Índia e o Egito conquistaram independência, não obstante ainda dentro do Commonwealth britânico; no Oriente Médio eclodiram vários focos de agitações como a expulsão dos franceses da Síria e nasceu o Estado de Israel. Em marcha para o socialismo formaram-se Repúblicas Populares – no leste europeu: Polônia, Tchecoslováquia e Hungria. Na Ásia, entre 1946 e 1950, a China se coloca por meio da Revolução Chinesa e eclode a Guerra da Coreia, em 1950.[13]

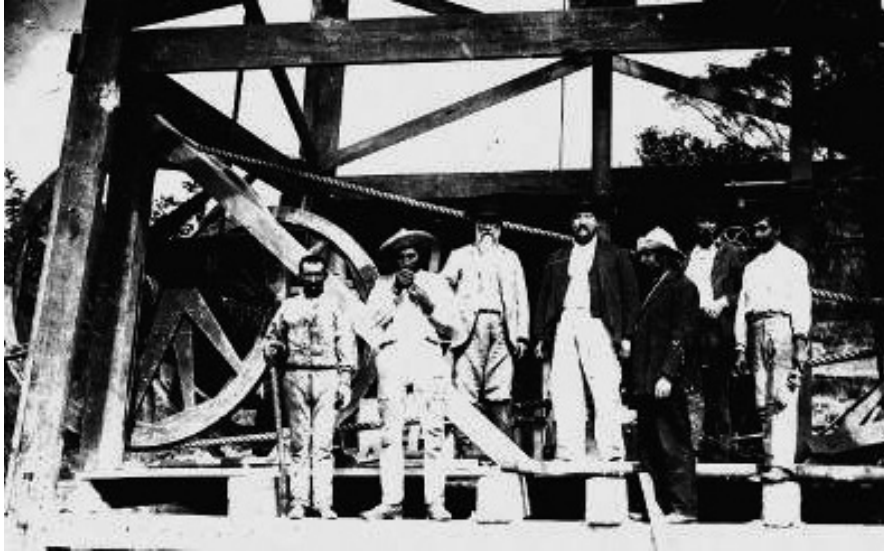
Os governos de todas as partes do globo se posicionavam diante dessas concepções e acontecimentos. A América Latina torna-se, cada vez mais, foco de interesses políticos e econômicos desses mundos paralelos

Os norte-americanos, interessados estrategicamente na América do Sul, aproveitaram-se rapidamente das novas posturas político-ideológicas mundiais e investiram capital nessa parte do Continente. O Brasil não era autossuficiente e necessitava crescer e se desenvolver, abrindo possibilidades para importação de máquinas industriais e combustível.[14]

O conflito político-ideológico respingava em todos os campos e setores da sociedade, interferindo não somente na política interna e externa, mas também na economia.

No campo econômico, o petróleo encontrava-se na pauta das discussões do governo, remetendo-se a um episódio em particular que tinha provocado tensões entre os militares no período Dutra. O presidente havia demitido e mandado prender o general nacionalista Horta Barbosa que defendia a ideia da existência de petróleo em solo baiano; local já conhecido desde 1934, entretanto, extremamente profundo (cerca de dois mil metros do solo). Para sua extração, seriam necessários melhores equipamentos e tecnologia. Em 1947, essa discussão

12. O apoio do Partido Comunista do Brasil, no entanto, marcou um momento específico também da história da arte brasileira, ao incentivar muitos outros clubes, entre os quais o Clube de Gravura de Bagé (RS, 1951), o Centro de Gravura do Paraná (1951), o Clube de Gravura de Santos (SP, 1951), o Clube de Gravura de São Paulo (1952), o Clube de Gravura de Recife (PE, 1953) ligado ao Atelier Coletivo de Recife (1952), e também o Clube de Gravura do Rio de Janeiro (1952).



"O Petroleo é nosso". Procura de petróleo, Eugênio Ferreira de Camargo e seus auxiliares ao lado da sonda que realizou a perfuração pioneira em Bofete (SP), em 1892.

Fonte: Wikicommons/domínio público, http://blog.planalto.gov.br/o-petroleo-no-brasil/

voltara à tona, por ocasião da execução de planos de encomendas de sondas e perfuradores apropriados à extração. Todavia, as pressões norte-americanas se fizeram sentir contundentemente, levando o governo a desfazer os planos e a tal encomenda (BASBAUM, 1991). A questão do petróleo ganhará força significativa novamente entre 1949 e 1953, quando se inicia, por todo o Brasil, um movimento civil-militar chamado de "A Campanha do Petróleo", articulado sob o slogan "O Petróleo é Nosso"[15], marcando a política de investimentos no setor e de redenção da pátria (FAUSTO, 2007). O que estava em jogo não se limitava à exploração e proteção do recurso mineral, mas, sim, à afirmação da nação brasileira, de uma brasilidade soberana. A defesa do monopólio estatal significava resguardar a soberania nacional ameaçada pelos capitais estrangeiros. "Brasil nas mãos dos Brasileiros: o petróleo é nosso, o Brasil é nosso" (SILVA, 2007, p. 312). Empresários com capital desejavam explorar o ouro negro em território brasileiro e nacionalistas conservadores e militares, temerosos com a possibilidade de uma guerra ou conflitos internos, recomendavam que o Estado ficasse com essa incumbência. O controle das reservas de energia deveria ser do Estado. A questão do Petróleo construía-se dentro do imaginário de superação do Brasil colônia/atrasado e afirmação da soberania da nação nos anos 50. Da luta ideológica entre capitalismo e comunismo. Opiniões contrárias e favoráveis se confrontavam. No campo político, Juarez Távora[16] questionava as formas de exploração do petróleo e defenderia no Clube Militar a permissão por refinarias privadas. Já integrantes do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo – CEDP, políticos nacionalistas conservadores, membros do PSD, UDN, PTB, comunistas e socialistas afinavam seus discursos no campo estatal, colocando-se enquanto guardiões da pátria, contra o capital privado estrangeiro.

Em 3 de outubro de 1953, Getúlio Vargas sancionava a Lei 2004, que criava a Petróleo Brasil S/A- Petrobras.[17]

Como vimos, durante o período da 1ª e 2ª Legislaturas da Câmara Municipal de São Paulo, outro Brasil estava sendo desenhado. Novas configurações na política internacional e nacional interferiram nas estaduais e muni-

13. A Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul, levando os Estados Unidos a uma intervenção sob a bandeira da Organização das Nações Unidas - ONU

14. A partir de 1955, torna-se mais agressiva, por intermédio da aquisição de indústrias brasileiras.

15.Angelissa Azevedo e Silva, em seu artigo "A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional, no Livro Nacionalismo e reformismo radical – 1945-1964", organizado por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis, destaca: "O mito político do nacionalismo carregava no seu interior uma relação com o passado histórico. A condição colonial e a construção do Brasil pelo elemento exógeno constituíam premissas que, no plano simbólico, despertavam o desejo de mudar os rumos do país".

16. Juarez Távora - Ministro da Agricultura e dos Transportes na década de 1930 e nos anos 40, adido militar no Chile. Rompe com Getúlio Vargas tornando-se grande opositor em 1945. Foi comandante da Escola Superior de Guerra, entre 1952 e1954.

cipais. Conexões entre o período da 1ª Legislatura (1948-1951) possibilitam a construção de saberes e conhecimentos sobre processos históricos presentes na 2ª Legislatura (1952-1955).

Fazia parte da cultura dos anos de 1950 o desenvolvimento de patamares civilizatórios nunca atingidos. A nação desfrutava entusiasticamente de sua segunda eleição para a presidência da República, convivendo com transformações locais e globais históricas. Quanto aos quadros oferecidos pelos partidos políticos, não se delinearam novidades. O Partido Social Democrático (PSD) tinha apresentado para essa segunda fase da política brasileira a candidatura do mineiro Cristiano Machado; a União Democrática Nacional (UDN) mais uma vez apostado no brigadeiro Eduardo Gomes; e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no nome forte de Getúlio Vargas.[18] permanecia como principal figura no cenário político nacional, o que o levou à vitória com 48% dos votos válidos, vencendo em 18 das 24 unidades da Federação.

Sob as mãos do trabalhismo e fortes alianças entre civis e militares, Getúlio desfrutava do poder.

A estratégia do PTB era racional, conectada com as recentes transformações, mas conhecedora das continuidades históricas da sociedade brasileira que apresentava um Brasil conservador/arcaico e moderno/avançado ao mesmo tempo. O partido, nesse sentido, buscou contar com o apoio do governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros e as forças paulistas do período.

Getúlio Vargas tomou posse em 31 de janeiro de 1951, na condição de regime democrático e árbitro das inúmeras forças políticas/sociais existentes na época. Desde meados dos anos de 1949, a política nacional brasileira enfrentava sérios problemas com relação a não renovação dos quadros de lideranças para a sucessão presidencial. Apesar de não simpatizante dos norte-americanos, aprimorava, nesse novo mandato, relações com os Estados Unidos da América, através da Comissão Mista para o Desenvolvimento Econômico (1951-1954), matriz originária do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE. Desenvolvimento e segurança nacional se relacionavam em um mundo direcionado pela Guerra Fria.

Assim, o posicionamento e alinhamento político do governo brasileiro em termos geopolíticos eram fundamentais em 1950. Na Organização das Nações Unidas – ONU, a questão sobre exploração de petróleo, utilização de materiais estratégicos e minérios radioativos entrava na pauta dos debates prioritários. O Almirante Álvaro Alberto, foi o representante do governo brasileiro na Comissão Atômica (*Edição Especial IV Centenário – O Estado de São Paulo, caderno 4, 1954*).

O Brasil deveria continuar com seu processo de crescimento e desenvolvimento acelerado e, para tanto, o governo criava estratégias de promoção de

17. Impulsionado pela campanha iniciada em 1946, cujo slogan era "O Petróleo é Nosso" em 1953, Getúlio Vargas cria a empresa estatal de economia mista, ou seja, de capital aberto. O Governo do Brasil é o acionista majoritário. As instalações da sede, concluídas em 1954, localizavam-se na cidade do Rio de Janeiro.

18. O PSD, no período entre 1945 a 1964, conjuntamente com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formava o bloco favorável a Getúlio Vargas. Figurava como partido majoritário na Câmara dos Deputados, e elegeu dois presidentes da República: Eurico Gaspar Dutra, em 1945, e Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1955. A União Democrática Nacional (UDN) era antigetulista, apoiada pela grande indústria e capital financeiro.

medidas destinadas ao incentivo à industrialização e desenvolvimento econômico, por meio da concessão de crédito ao setor privado, pelo Banco do Brasil, sob a presidência de Ricardo Jafet. Operava-se com taxas flexíveis de câmbio, modificadas segundo a necessidade, e incentivava-se a importação de produtos fundamentais para o desenvolvimento do país. Todas essas medidas aumentavam a competitividade das exportações e abriam portas para investimentos estrangeiros.

Os sistemas portuários, de transporte e energia também eram estratégicos e foram ampliados simultaneamente. Os transportes, com a substituição das ferrovias por estradas de rodagem, estabeleciam, após 1945, inevitável dependência do petróleo. Deveriam interligar o Brasil em suas diferentes regiões.

Acenava para o país uma crise de proporções dantescas. O quadro político-econômico internacional e nacional agravava as tensões do pós-guerra e da Guerra Fria, na vida cotidiana dos brasileiros.

A UDN alegava que a vitória de Vargas não podia ser considerada, pois o candidato teria que ter obtido maioria absoluta, metade mais um, dos votos, para ser considerado vitorioso (a legislação da época não exigia essa condição), abrindo possibilidades de discussões sobre intervenção das Forças Armadas. O nacionalismo de Getúlio dava a impressão de pró-comunista na esteia da Guerra Fria e de que impunha limites às medidas dos Estados terceiro mundistas e latino-americanos. Não conseguindo apoio dos setores nacionalistas do Exército, em ocasião da renúncia do general Estillac Leal, ativista de centro-direita, sua base de apoio de militares nacionalistas começa a decrescer paulatinamente (FERREIRA, 2007).

O exército encontrava-se inquieto e dividido em duas correntes que se confrontavam no Clube Militar. A primeira, os "nacionalistas", representados pelos generais Estillac Leal e Horta Barbosa, defensores da industrialização e de um sistema econômico independente e autônomo do capital estrangeiro. Extremamente receosa dos investimentos internacionais em áreas estratégicas como petróleo, siderúrgicas, comunicações e transportes. Eram favoráveis ao distanciamento com os norte-americanos. A segunda, a facção oposta, depreciativamente chamada de "reacionários-entreguistas", liderada por Juarez Távora, Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias e Juracy Magalhães, defendia o alinhamento irrestrito com os norte-americanos no combate ao comunismo e eram ultra golpistas (LOPEZ; MOTA, 2008).

Nas eleições do Clube Militar, em maio de 1952, quando se defrontaram as duas facções, a oficialidade revelou-se tendenciosamente inclinada ao alinhamento com os norte-americanos. A pressão americana levava o Brasil a firmar acordos de não vender minério de ferro e materiais estratégicos para países socialistas (FERREIRA, 2007). Para a realização do projeto de nação de Vargas

realizam-se séries de medidas e criações, entre elas destacam-se: reforma administrativa, proporcionando gestão nos campos sociais e econômicos, Instituto Brasileiro do Café – IBC, Ministério da Saúde, Plano Geral de Industrialização, Serviço do Bem-Estar Social, Instituto de Migração e Colonização, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Serviço Social Rural, Parque Nacional do Xingu e o Conselho Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa – CNPq.[19]

Todas essas questões e posicionamentos evidenciavam a coexistência de correntes contraditórias nacionais, durante os anos de 1952 a 1955.

A prefeitura de São Paulo propõe, naquele momento, partilhar custos para o desenvolvimento e crescimento da cidade com os governos estadual e federal. Também vê vantagens em promover arranjos político-econômicos entre o setor público e empresas privadas para a execução de grandes empreendimentos. A intelectualidade presente na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – FAU/USP e na Faculdade de Arquitetura Mackenzie problematizavam, desde 1948, esses empreendimentos coordenados pelo poder público aliado à elite esclarecida (PORTA, 2004). As universidades, aliadas às diversas entidades da sociedade civil – Sociedade Amigos da Cidade (SAC) e de classes – Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), contribuíram através de estudos que objetivassem adequar os espaços às novas demandas[20].(SOMEKH, 2002). Diversos grupos de intelectuais se reuniam para estudar problemas brasileiros e das cidades à luz do contexto local, nacional e internacional.

Diante do processo de verticalização em andamento, da transformação dos bairros, da ocupação descontrolada do solo e proliferação de loteamentos clandestinos nas regiões periféricas, inúmeros estudos foram realizados.

As dificuldades da gestão pública em controlar e regulamentar essas ocupações, em 1953, provocaram oficializações em massa das ruas do município e anistias de inúmeras residências em condição ilegal (BONDUKI, 1994).

A moradia popular baseava-se no trinômio: loteamento periférico/ casa própria/ autoconstrução, ou seja, os populares compravam lotes de terra, em parcelas acessíveis, desprovidos de infraestrutura, e em locais distantes, para neles construírem suas próprias casas, já que essa era a única possibilidade que vislumbravam para adquirir uma casa individual. Portanto, "sem acesso às formas tradicionais de moradia, a população trabalhadora passou a erguer ela mesma alojamentos precários em locais sem nenhum equipamento ou infraestrutura urbana" (BONDUKI, 1994).

O município, por sua vez, ignorava a expansão da autoconstrução de casas próprias em loteamentos periféricos e clandestinos obrigando, nos anos de 1952 a 1955, a se empunhar novas posturas políticas na Câmara Municipal (Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1952-1955).

19. As tensões do pós-guerra (1949-1954), marcadas por instabilidade e desconfianças na política internacional e nacional, ampliaram o interesse do Brasil em capacitar para o conhecimento do ciclo atômico. Assim é criado o CNPq, em 1951.

20. Leis de zoneamento, criadas entre 1952 e 1955; só foram aprovadas em 1972.

1953 Ano de inúmeras greves, Janio Quadros eleito pelo PDC e PSB com campanha contra a corrupçào ligada à imagem de uma vassoura.
Fonte: Arquivo geral da CMSP.

Ao definir as áreas que seriam loteadas, o poder público deixava outras sem destino, constituindo espaços "vazios" entre as áreas mais urbanizadas, e um processo intenso de especulação imobiliária. Muitos dos loteamentos que surgiram nesses espaços vazios caracterizavam-se pela ausência de infraestrutura e pela localização em reservas de áreas livres, com lotes implantados em locais inundáveis ou com declividade excessiva, o que inevitavelmente desencadeava processos erosivos, assoreamentos constantes dos rios e inundações periódicas. Como não foram beneficiados pelo investimento público, convencionou-se chamar tais loteamentos de clandestinos ou ilegais (SCHWARTZ, 2007). Desse modo, os padrões de segregação levaram à existência de tensões entre duas áreas urbanas contíguas, mas distintas: a área "invisível", das regiões operárias da periferia e dos cortiços, favelas e outras moradias autoconstruídas, à margem dos planos urbanísticos; e a cidade oficial, "visível", do centro, dos bairros nobres, habitada pelas classes média e rica. [21]

Para a metrópole industrial funcionar bem, em todos os momentos, esbarrava-se nas condições do regime populista e nacionalista que unia interesses especulativos, demandas populares e finalidade eleitorais. Por intermédio do Projeto de Lei de Oficialização de Ruas do Município nº 284/1952, Gabinete do Prefeito, processo nº 3.379/1952, fls. 1 e 2, puderam ser realizadas obras públicas de melhoramentos na infraestrutura das regiões populares, ruas particulares não oficializadas, bem como regulamentadas as áreas de ocupação irregular, o que significaria retorno em votos, com certeza.

No contexto político nacional, em 1953, Getúlio Vargas, diante da conjuntura nacional e internacional, altera seu ministério. Para o Ministério da Fazenda, substitui Horácio Lafer por Aranha, que propunha o controle da expansão do crédito, câmbio flexível nas transações com o exterior e confisco cambial para deslocar receitas obtidas com a exportação de café para outros setores da economia como a indústria. Bem como, a política de desenvolvimento industrial de sustentação de preços altos no exterior (FAUSTO, 2007).

Tal medida provocou reações contrárias por parte do setor cafeeiro e desencadeou revolta nos norte-americanos. Os Estados Unidos tinham adotado, nesse momento, posturas rígidas diante dos problemas financeiros dos países em desenvolvimento, incentivando os investimentos privados, além de empunhar mais efetivamente a bandeira anticomunista.

O Ministério de Getúlio revelava o sentido nacionalista que pretendia imprimir ao governo, com os pró-americanos João Neves da Fontoura (Itamarati), secretariado por San Thiago Dantas e com os nacionalistas Nero Moura (Aeronáutica), Estillac Leal (Ministério da Guerra), Lourival Fontes (Casa Civil), Danton Coelho e depois João Goulart (Ministério do Trabalho).

21. A cidade oficial ou visível recebeu desde os seus primórdios investidores belgas, ingleses e russos que passaram a organizar e constituir a *City of São Paulo Improvements*, com sede em Londres e escritórios em Paris e São Paulo. Essa companhia introduziu a arquitetura dos bangalôs ingleses na urbe e controlou 37% da área urbana da cidade, mediante acordos com a *Light* e a política local, durante esse período da história da cidade de São Paulo. Remodelou o Jardim da Luz, em 1901, urbanizou a Avenida Tiradentes, ajardinou a Praça da República, reorganizou o Largo do Arouche e implantou um jardim *à francesa* em frente ao Museu do Ipiranga. Em meio a essas reformas arquitetônicas e a esses projetos ingleses e franceses, apareceram novos bairros e que aceleraram as ações especulativas imobiliárias, as demandas crescentes por habitações, o aumento de pensões e cômodos, além de cortiços e porões de todos os tipos.

Vargas nomeou João Goulart, conhecido como Jango, do PTB, ligado aos sindicatos, rotulado de supostamente defensor de uma República Sindicalista. Goulart promoveu a liberação do Movimento Sindical por meio da abolição do "atestado de ideologia" para a participação nos sindicatos, favorecendo o retorno dos comunistas para a atuação sindical e movimentos grevistas (GOMES, 2007).

Desde o comício de 1º de maio de 1951, no estádio Vasco da Gama no Rio de Janeiro, sua imagem foi consagrada como aliado dos operários na empreitada contra especuladores. Desejava aumentar em 100% o valor do salário mínimo.

A oposição ao governo, pelos integrantes da UDN e diversos indivíduos ligados à imprensa, contribuiu maciçamente para desestabilizar esse ministério e o governo. A imprensa, através dos jornais O Estado de São Paulo, O Globo e os Diários Associados de Assis Chateaubriand, alinhou-se contra o presidente e pediu seu impeachment. Carlos Lacerda destaca-se entre os opositores desde a campanha para a presidência. Ligado aos militares e partidos oposicionistas, sistematicamente publicava impiedosas acusações contra o presidente e seu ministério em seu jornal, Tribuna da Imprensa. Pregava sua renúncia conjuntamente com grupos militares antipopulistas e anticomunistas. Os generais mais conhecidos eram Cordeiro de Farias, Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes (CARLONI, 2007).

O ano de 1953, além de marcado por momentos de instabilidade na conjuntura nacional, foi acometido por inúmeras greves, que começaram pelo setor têxtil paulista. A eclosão da denominada "Greve dos 300 mil", ocorrida entre os meses de março e abril, tornou-se marco das lutas da classe operária. As greves ampliaram-se para outros setores fundamentais da economia. O movimento sindical debruçava-se sobre a memória da classe operária no cotidiano da greve. A solidariedade de classe contribuiu para que não aceitassem o aumento salarial proposto pelo patronal, sob a alegação de que não corrigiria as perdas ocorridas durante anos. Episódio considerado decorrente da liberação do movimento sindical e da alta do custo de vida.

A população, temerosa dentro do imaginário da Guerra Fria, sofrendo com a inflação e com as greves, critica o governo. É no período da Greve dos 300, que foi eleito em São Paulo, pelo Partido Democrático Cristão (PDC) e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Jânio Quadros, com uma campanha forte e simbólica contra a corrupção (utilizou-se da imagem de uma vassoura para varrer e limpar a política desses males) (SANTANA, 2007).

Na cidade que mais crescia o número de trabalhadores nas fábricas e em todos os setores produtivos aumentava a cada dia e, por conseguinte, esses operários encontravam terreno para se organizar. Desde o início da década de 1950,

50o. Aniversário da República, 1939. Getulio com Adhemar de Barros ao fundo.

Fonte: Wikicommons/DIP Departamento de imprensa e propaganda, autor desconhecido.

as lutas operárias assumiam caráter classista, com o apoio dos comunistas, transformando a participação nos sindicatos. Estes deveriam atuar em defesa das massas organizando e mobilizando os trabalhadores. Deveriam colocar a entidade a serviço da corporação fundamentalmente no tocante à preparação e ao desencadeamento de lutas para alcançar as reivindicações de cada setor. A organização dos operários nas fábricas passava a ser o objetivo principal para garantir suas reivindicações e também evitar qualquer tipo de golpe do próprio sindicato. As greves doravante seriam orientadas pelas comissões centrais e subcomissões das seções da empresa, garantindo entrosamento das massas na luta (HECKER, 2007).

No mês de janeiro de 1954, por ocasião das comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, estudos e discussões sobre o crescimento urbano, de fábricas e empresas, traziam questões sobre a participação política de diversos setores da sociedade. Debates afloraram sobre a crescente fisionomia industrial da cidade pautando discursos dos vereadores. Sob qualquer ângulo pelo qual consideravam e analisavam esses problemas, rascunhavam-se projetos. A preocupação política era tanta que pesquisadores e estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo elaboraram estudos geográficos aprofundados sobre a ocupação do solo da cidade, tanto para habitação como para o estabelecimento das empresas e fábricas.

Ardor pelo trabalho científico unido à preocupação política (O Estado de São Paulo, Edição IV Centenário, 25 de janeiro de 1954, caderno 3, p. 99).

Esse estado de preocupação e inquietação encontrava terreno em todos os meios, principalmente no militar. Tenentes e coronéis redigiram um documento, o "Memorial dos Coronéis", em fevereiro de 1954, no qual destacavam questões sobre a deterioração dos padrões morais e materiais e o risco de o comunismo avançar dentro dos quadros da nação. O país crescia, todavia as esquerdas e a força dos sindicatos também. O Ministro da Guerra e diversas autoridades insistiram em reequipar o Exército e criticavam a elevação do salário mínimo. Essa medida poderia gerar mais inflação e colocar o país em uma crise descomunal. Desgastado com o manifesto, o Ministro da Guerra se retira do Ministério e João Goulart também, após aumentar em 100% o salário mínimo (CARLONI, 2007).

O anúncio desse aumento agravava ainda mais a situação fomentando os protestos. Getúlio, objetivando tranquilizar as Forças Armadas, adotou um discurso cada vez mais nacionalista na área econômica, responsabilizando o capital estrangeiro pelos problemas da balança de pagamento. Nomeou para o Ministério da Guerra o anticomunista general Zenóbio da Costa (GOMES, 2007). Nessa situação, por meio de um projeto de lei, Getúlio propõe a criação das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, iniciativa de cunho estatizante. A grande oposição adia a execução do projeto que só será aprovado sete anos depois.

Apesar da oposição, pressões e tensões, não existia um fato objetivamente grave que levasse as Forças Armadas a ultrapassarem os limites da legalidade e a destituírem o presidente, até os integrantes do círculo de Getúlio alegarem que a calmaria dependia do afastamento de Carlos Lacerda, grande opositor no cenário político. Segundo apurações posteriores, algumas pessoas próximas de Getúlio chegaram a sugerir que Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial, "deveria dar um jeito em Lacerda" (CARLONI, 2007). E, por acaso, nesse momento, o jornalista Lacerda sofreu um atentado à bala, executado pelo pistoleiro Alcino do Nascimento, na porta de entrada do edifício onde morava, no número 180 da rua Toneleros, em Copacabana, no dia 5 de agosto de 1954. Ele estava retornando de uma palestra no Colégio São José, no bairro da Tijuca, acompanhado pelo major da aeronáutica Rubens Vaz, jovem oficial que o protegia das inúmeras ameaças que vinha sofrendo. Lacerda foi levemente ferido, socorrido em um hospital, mas, Rubens Vaz, atingido pelo tiro, faleceu. No momento do episódio, Lacerda acusou os homens do Palácio do Catete como mandantes do crime.

Abrem-se as cortinas do dramático espetáculo da história brasileira, a saída de Getúlio de cena. Cresce a oposição e a mídia da época torna-se cada

vez mais impiedosa, provocando críticas por parte da população. Lançam-se contra o presidente militares ligados a Lacerda. Estes trabalharam para que o inquérito se transformasse em palco propício para fomentar a crise (CARLONI, 2007).

O Movimento pela renúncia assume proporções gigantescas e as investigações comprometem, a cada avanço, pessoas ligadas ao presidente.

Situação que se agravará quando Vargas, com seu Ministério reunido, decide que prenderia Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes. Resistindo graças ao apoio de Zenóbio da Costa, que alegava que o presidente representava o princípio da legalidade constitucional, em 23 de agosto, perde apoio das Forças Armadas. Vinte e sete generais do exército lançam um manifesto à nação exigindo sua renúncia. Getúlio Vargas responde com um tiro no peito em seus aposentos no Palácio do Catete, em 24 de agosto.

O suicídio, com profundo significado político, fecha as cortinas do grande espetáculo político e social promovido pelo personagem Getúlio Vargas na história do Brasil. As massas saíram às ruas ocupando praças em todas as grandes cidades, sentindo-se sem condutor, sem rumo, sem liderança. A embaixada e consulados dos Estados Unidos, assim como grandes empresas norte-americanas, foram alvejados com pedras e pedaços de madeira. A UDN e a direita se desarticulam.

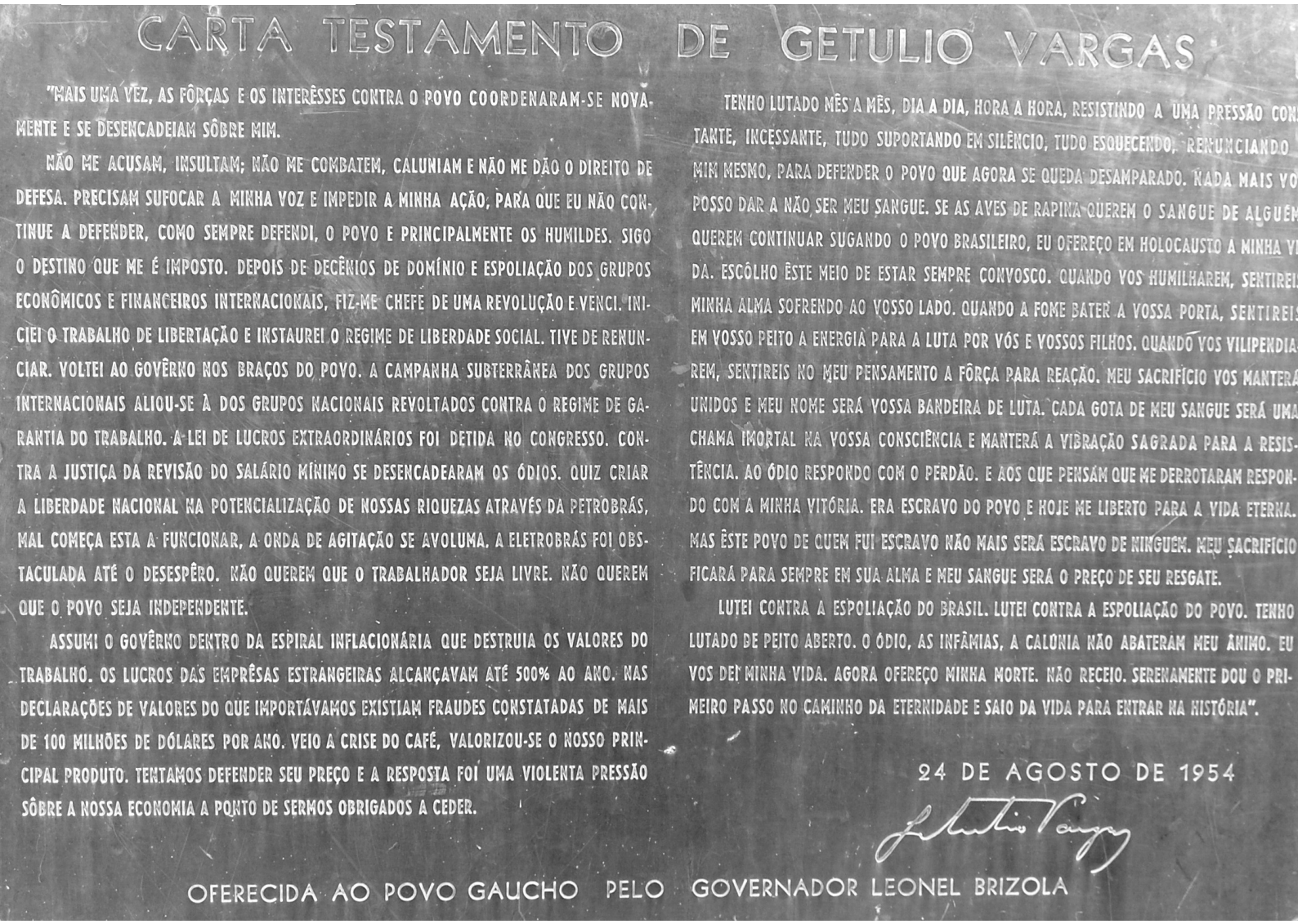
Neste momento, as reflexões aqui tratadas navegam nos estudos de Jacques Le Goff (1994), que brilhantemente critica a noção de fato histórico. Afirma que este não pode ser concebido enquanto objeto dado e acabado. As inúmeras leituras do acontecimento, as lembranças, esquecimentos e silêncios são categorias dependentes essenciais somadas aos documentos materiais brutos. Os documentos, como os Anais da Câmara Municipal de São Paulo, em hipótese alguma são inocentes. O olhar em busca da apreensão do tempo com as vivências do presente cria e recria a memória desse momento na mente do pesquisador e do leitor.

Ao contar os acontecimentos ocorridos durante os anos da 2ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo (1952-1955) e a carga dramática do episódio do suicídio do presidente Getúlio Vargas, que desencadeou imensa onda de comoção e revolta, Pierre Nora (1993) explica que os movimentos da memória apresentam simultaneamente três sentidos: material, simbólico e funcional. Dimensões que coexistem. Os acontecimentos do período e o manto negro da morte de Getúlio investiram-se dessas dimensões e cobriram as cidades brasileiras. Criaram uma memória social simbólica, meio fundamental para se abordar os problemas do tempo e da História. A memória é sempre reconstruída (LE GOFF,1994).

E se não bastasse tudo o que ocorreu, o presidente deixara uma mensagem ao povo brasileiro na chamada Carta-testamento. Esse documento é elemento material que segundo Nora (1993) é lugar de memória. A imaginação o investiu de uma aura simbólica. A construção imaginária desse documento histórico o transformou em monumento, repleto de denotação e conotação como elementos concomitantes e inseparáveis. O mundo do sentido está dividido entre esses dois elementos: o significado denotativo que surge quando um signo indica, direta e objetivamente, um objeto referente, orientando-nos para a realidade; e o conotativo, que emerge pelas interpretações subjetivas ou pessoais, ou seja, por construções mentais (o suicídio, o texto da Carta-testamento). A partir de elementos concretos (denotativos), a imaginação (articulada ao campo simbólico e cultural) constrói nova 'realidade'. Um acontecimento histórico como este, pode denotar o fim de um governo, mas pode conotar diversas interpretações

Réplica da Carta-testamento do suicídio de Getulio Vargas localizada na Praça das Flores em Nova Petrópolis.

Fonte: Wikicommons/autor: ironman.br 2010.



CARTA TESTAMENTO DE GETULIO VARGAS

"MAIS UMA VEZ, AS FÔRÇAS E OS INTERÊSSES CONTRA O POVO COORDENARAM-SE NOVAMENTE E SE DESENCADEIAM SÔBRE MIM.

NÃO ME ACUSAM, INSULTAM; NÃO ME COMBATEM, CALUNIAM E NÃO ME DÃO O DIREITO DE DEFESA. PRECISAM SUFOCAR A MINHA VOZ E IMPEDIR A MINHA AÇÃO, PARA QUE EU NÃO CONTINUE A DEFENDER, COMO SEMPRE DEFENDI, O POVO E PRINCIPALMENTE OS HUMILDES. SIGO O DESTINO QUE ME É IMPOSTO. DEPOIS DE DECÊNIOS DE DOMÍNIO E ESPOLIAÇÃO DOS GRUPOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS INTERNACIONAIS, FIZ-ME CHEFE DE UMA REVOLUÇÃO E VENCI. INICIEI O TRABALHO DE LIBERTAÇÃO E INSTAUREI O REGIME DE LIBERDADE SOCIAL. TIVE DE RENUNCIAR. VOLTEI AO GOVÊRNO NOS BRAÇOS DO POVO. A CAMPANHA SUBTERRÂNEA DOS GRUPOS INTERNACIONAIS ALIOU-SE À DOS GRUPOS NACIONAIS REVOLTADOS CONTRA O REGIME DE GARANTIA DO TRABALHO. A LEI DE LUCROS EXTRAORDINÁRIOS FOI DETIDA NO CONGRESSO. CONTRA A JUSTIÇA DA REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO SE DESENCADEARAM OS ÓDIOS. QUIZ CRIAR A LIBERDADE NACIONAL NA POTENCIALIZAÇÃO DE NOSSAS RIQUEZAS ATRAVÉS DA PETROBRÁS, MAL COMEÇA ESTA A FUNCIONAR, A ONDA DE AGITAÇÃO SE AVOLUMA. A ELETROBRÁS FOI OBSTACULADA ATÉ O DESESPÊRO. NÃO QUEREM QUE O TRABALHADOR SEJA LIVRE. NÃO QUEREM QUE O POVO SEJA INDEPENDENTE.

ASSUMI O GOVÊRNO DENTRO DA ESPIRAL INFLACIONÁRIA QUE DESTRUIA OS VALORES DO TRABALHO. OS LUCROS DAS EMPRÊSAS ESTRANGEIRAS ALCANÇAVAM ATÉ 500% AO ANO. NAS DECLARAÇÕES DE VALORES DO QUE IMPORTÁVAMOS EXISTIAM FRAUDES CONSTATADAS DE MAIS DE 100 MILHÕES DE DÓLARES POR ANO. VEIO A CRISE DO CAFÉ, VALORIZOU-SE O NOSSO PRINCIPAL PRODUTO. TENTAMOS DEFENDER SEU PREÇO E A RESPOSTA FOI UMA VIOLENTA PRESSÃO SÔBRE A NOSSA ECONOMIA A PONTO DE SERMOS OBRIGADOS A CEDER.

TENHO LUTADO MÊS A MÊS, DIA A DIA, HORA A HORA, RESISTINDO A UMA PRESSÃO CONSTANTE, INCESSANTE, TUDO SUPORTANDO EM SILÊNCIO, TUDO ESQUECENDO, RENUNCIANDO A MIM MESMO, PARA DEFENDER O POVO QUE AGORA SE QUEDA DESAMPARADO. NADA MAIS VOS POSSO DAR A NÃO SER MEU SANGUE. SE AS AVES DE RAPINA QUEREM O SANGUE DE ALGUÉM QUEREM CONTINUAR SUGANDO O POVO BRASILEIRO, EU OFEREÇO EM HOLOCAUSTO A MINHA VIDA. ESCÔLHO ÊSTE MEIO DE ESTAR SEMPRE CONVOSCO. QUANDO VOS HUMILHAREM, SENTIREIS MINHA ALMA SOFRENDO AO VOSSO LADO. QUANDO A FOME BATER A VOSSA PORTA, SENTIREIS EM VOSSO PEITO A ENERGIA PARA A LUTA POR VÓS E VOSSOS FILHOS. QUANDO VOS VILIPENDIAREM, SENTIREIS NO MEU PENSAMENTO A FÔRÇA PARA REAÇÃO. MEU SACRIFÍCIO VOS MANTERÁ UNIDOS E MEU NOME SERÁ VOSSA BANDEIRA DE LUTA. CADA GOTA DE MEU SANGUE SERÁ UMA CHAMA IMORTAL NA VOSSA CONSCIÊNCIA E MANTERÁ A VIBRAÇÃO SAGRADA PARA A RESISTÊNCIA. AO ÓDIO RESPONDO COM O PERDÃO. E AOS QUE PENSAM QUE ME DERROTARAM RESPONDO COM A MINHA VITÓRIA. ERA ESCRAVO DO POVO E HOJE ME LIBERTO PARA A VIDA ETERNA. MAS ÊSTE POVO DE QUEM FUI ESCRAVO NÃO MAIS SERÁ ESCRAVO DE NINGUÉM. MEU SACRIFÍCIO FICARÁ PARA SEMPRE EM SUA ALMA E MEU SANGUE SERÁ O PREÇO DE SEU RESGATE.

LUTEI CONTRA A ESPOLIAÇÃO DO BRASIL. LUTEI CONTRA A ESPOLIAÇÃO DO POVO. TENHO LUTADO DE PEITO ABERTO. O ÓDIO, AS INFÂMIAS, A CALÚNIA NÃO ABATERAM MEU ÂNIMO. EU VOS DEI MINHA VIDA. AGORA OFEREÇO MINHA MORTE. NÃO RECEIO. SERENAMENTE DOU O PRIMEIRO PASSO NO CAMINHO DA ETERNIDADE E SAIO DA VIDA PARA ENTRAR NA HISTÓRIA".

24 DE AGOSTO DE 1954

OFERECIDA AO POVO GAUCHO PELO GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA

sobre o personagem, dependendo da subjetividade de cada historiador ou de cada pesquisador que retrata esse episódio (SCHWARTZ, 2007).

Enquanto documento, a Carta-testamento é um instrumento de fixação da memória, mostrando símbolos fixados pelas permanências culturais; símbolos que se transformam nos movimentos da história e que, ao mesmo tempo, expressam representações de emoção, sensibilidade e ideologia. Assim, a Carta é um documento/monumento.

Getúlio acusava os inimigos internos e externos. Suas palavras deram materialidade ao imaginário social construído sobre o presidente desde a década de 1930. Líder nacionalista, sindicalista e populista, senhor dos humildes, o "pai dos pobres" (GOMES, 2007). Pierre Nora (1993) afirma que o acontecimento que ganhou materialidade não foi apenas registrado pela imprensa ou órgãos oficiais. Transita entre temporalidades, memórias individuais e coletivas.

Pierre Nora (1993) e Jacques Le Goff (1994) se inquietavam metodologicamente com as mentalidades, com as construções mentais e coletivas em torno do político e cultural. Afirmam que os pesquisadores necessitam se interessar cada vez mais pela construção da memória, como fonte histórica e fenômeno histórico. Estudar o ato de rememorar, o ir e vir na memória, o que se desejou perenizar nesse ato, ou seja, perceber criticamente o fato e o fato lembrado cruzado com os documentos materiais.

Abrindo novamente as cortinas do espetáculo da historia política brasileira e de São Paulo, entram em cena os personagens: o potiguar de modesta formação Café Filho, vice-presidente, assumindo a presidência e organizando um ministério udenista, Eugênio Gudin, Clemente Mariani, Otávio Gouveia de Bulhões e o general Teixeira Lott, que cria o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, em 1955. Centro de elaboração nacional-desenvolvimentista, norteador do processo político brasileiro desde o falecimento de Getúlio Vargas até a derrocada de João Goulart, em 1964.

Fechando o ciclo em 1955, São Paulo caminhava com velhos e novos vereadores da 2ª para a 3ª Legislatura da Câmara Municipal e, no contexto nacional os ares de temores paulatinamente se abrandavam com o lançamento de Juscelino e João Goulart para a presidência.

Referências

ALMEIDA, Guadalupe Maria Jungers Abib de. Instrumentos jurídicos para viabilizar a moradia digna na região central da cidade de São Paulo. 2001. 134 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BACELLI, Roney. A presença da Companhia City em São Paulo e a implantação do primeiro bairro jardim, 1915-1940. 1982. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República: de 1930 a 1960. São Paulo, Alfa-Omega, 1991. (História Sincera da República, v. 3).

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil: o caso de São Paulo. 1994. 308 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CAMPOS, Candido Malta; SOMEKH, Nadia (Org.). A cidade não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: Mackpesquisa, 2002.

CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lucia Helena; SACCHETTA, Vladimir (Org.). São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais. São Paulo: Senac, 2004.

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, v. 2).

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2007.

FELDMAN, Sarah. As segregações espaciais da prostituição feminina em São Paulo. Espaços & debates, São Paulo, n. 28, p. 59-66, 1990.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, v. 2).

FRY, Peter. Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro. In: FEREEIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão.Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, v. 2).

HECKER, Frederico Alexandre de Moraes. Propostas de esquerda para um novo Brasil: o ideário socialista do pós-guerra. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, v. 2).

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1994.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. História do Brasil: uma interpretação. São Paulo, Senac, 2008.

MANECHINI, Luiz Casadei (Org.). São Paulo na Tribuna: Primeira Legislatura (1948-1951). São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2012. (História das Legislaturas Contemporâneas, v. 1).

MORSE. M. Richard. De comunidade a metrópole: biografia de São Paulo. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo — Serviços de Comemorações Culturais, 1954.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974. São Paulo, Ática, 1994.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PORTA, Paula (Org.). História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX (1890-1954). São Paulo: Paz e Terra, 2004. (História da Cidade de São Paulo, v. 3).

SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros; a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964) In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, v. 2).

SILVA, Angelissa Tatyanne de Azevedo e. A Campanha do Petróleo é Nosso: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, v. 2).

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. São Paulo: Vozes, 2003.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Nacional, 1977.

SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato. Mulheres em movimento, movimento de mulheres: a participação feminina na luta pela moradia na cidade de São Paulo. 2007. 349f. Tese (Doutorado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOMEKH, N. CAMPOS, Candido Malta. A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no Século XX. São Paulo, Editora Mackpesquisa, 2006

FONTES PRIMÁRIAS

Anais da Câmara Municipal de São Paulo - 1952, 1953, 1954, 1955.

Edição Especial IV Centenário – Jornal O Estado de São Paulo, cad. 4, 1954.

Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro – Dossiê loteamentos Clandestinos, São Paulo, 1983.

CAPÍTULO 2

A Câmara de Vereadores e os festejos do IV Centenário de São Paulo: imagem e pabulagem

F. Alexandre Hecker[1]

1. Pós-doutorado na Università degli Studi di Milano/Itália (1997/98), Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1996), Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (1987) e graduado em História pela Universidade de São Paulo (1976). Ex-professor do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (Assis). Professor da Universidade Mackenzie - UPM. Atua preferencialmente em História Contemporânea geral e do Brasil. Professor líder do Grupo de Pesquisas E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias do CNPq. Coordenador do PROMACK INTERNACIONAL: uma História de Imigrantes submetidos à repressão (Italianos), da Universidade Mackenzie. Avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS/INEP/MEC). Possui diversos livros publicados e artigos.

"Medimos o tempo pelo movimento, porém também o movimento pelo tempo."
J. Ferrater Mora.

"São Paulo é o paraíso das coisas excêntricas: tem uma rua Direita, que é torta; uma rua Formosa, feíssima; uma rua das Palmeiras sem palmeiras; e o maior viaduto da terra do café tem o nome de... viaduto do Chá!"

Mote humorístico dos anos 1920, autor desconhecido.

Dois princípios metodológicos merecem reflexão quando se trata de pensar a história de uma cidade: o tempo do objeto e a forma de sua apreensão.

Primeiramente, não é possível parar a roda do tempo e indicar um momento de inflexão do desenvolvimento que abranja todo o amplo terreno da vida social, política, cultural etc. de uma comunidade. Assim, considerando-se o fluxo do viver, o ano de 1954 em muitos aspectos foi continuidade do anterior e a plataforma da qual o seguinte partiu. Na história da cidade, porém, 1954 foi um marco, pelo menos sob alguns aspectos. A questão sobre a qual é preciso ponderar é que tipo de marco este ano significou e para quem? Ou melhor, para que área da vida urbana o ano de 1954 significou uma alteração de trajetória, e em que sentido? Teria a "cidade toda" se metido em novas roupagens para comemorar seu quadringentésimo aniversário? Mudou tudo, completamente? Plantaram-se raízes de um progresso generalizado como a propaganda oficial anunciava?

Para um extenso número de analistas, as comemorações do IV Centenário foram mesmo um momento de quebra, o exórdio para a construção de uma moderna metrópole, rumo a um futuro auspicioso. Este grupo vai desde os então próceres da opinião histórica informada – tal como o poeta Guilherme de Almeida, e outros como os historiadores oficiais da cidade, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – até analistas nossos contemporâneos, muito afeitos apenas à vida cultural. Uns instituíram o olhar celebratório dominante e a máscara do elogio do progresso paulistano, desde aquele período, outros o corroboram até nossos dias.[2]

2 Barone (2009) refere-se a dois estudos que incorrem no reforço indicado: "O texto de Regina Meyer situa a criação do parque em um 'momento de inflexão' da história da cidade [...]; o de Maria Arminda Arruda analisa o desenvolvimento e o poder econômico de São Paulo [...] Ambos imprimem um tom de celebração ao desenvolvimento e à modernidade de São Paulo presente no contexto da criação do parque, replicando a euforia paulistana daquele momento".

1954 Comemoração do 4o Centenário de São Paulo no vale do Anhangabaú (São Paulo, SP, 1954)
Fonte: Folhapress

Em segundo lugar, a questão que se impõe é a da identidade. Já se disse que São Paulo, a cidade, não tem uma identidade, mas múltiplas e variadas. O que se aproximaria de afirmar que São Paulo não tem uma história, ou melhor, que suas histórias, equivalendo-se, parecem pertencer a uma miscelânea de narrativas justapostas.

Em certo sentido, as histórias das cidades, dos países ou das pessoas e instituições, das coisas ou das ideias, as histórias, em geral, são mesmo assim: ficam à espera de um intérprete que lhes conceda uma compreensão. É aí que habitam a graça e a agrura do conhecimento histórico, pois a construção da explicação dependerá em boa parte das intenções do intérprete, das perguntas que lançar sobre as informações a que tem acesso por meio da documentação e das referências disponíveis. E. H. Carr disse com precisão que "todo o historiador está empenhado em ajustar seus fatos à sua interpretação e sua interpretação aos seus fatos".

Assim, a fim de que a metodologia adotada nesta análise reste claramente explicitada, a questão que aqui se pensa propor sobre os fatos passados em São Paulo, no período da 2ª Legislatura da Câmara Municipal, 1952-1955, que teve nos festejos de comemoração do IV Centenário da Cidade o seu momento mais emblemático e cristalizador, relaciona-se ao modo de construção de um signi-

ficado histórico e, partindo de uma concepção de identidade paulistana também engendrada, como se avaliou seus principais problemas naquela ocasião. Ou, dizendo de outro modo, quais as prioridades definidas pelas autoridades/elites para aquele momento, que depois se transformaram em objetivos nos anos seguintes e por sua vez dirigiram o desenvolvimento futuro. De alguma forma, foram estas prioridades que indicaram "um futuro" e fizeram os acontecimentos desembocar nas condições sociais vivenciadas pela metrópole problemática dos dias atuais. É preciso entender como os representantes políticos dos munícipes reagiram à construção do significado histórico atribuído às comemorações do IV Centenário.

A hipótese que se levanta é a de que na maneira como foram encaminhadas as ações relativas ao grande evento dos 400 anos – no forjar de uma personalidade histórica específica para São Paulo – que se pode entrever o rastilho que levou à situação atual de desorganização e carências para a maioria dos cidadãos paulistanos.[3] Os problemas sociais da urbe, não solucionados naqueles momentos, em nome de outras atividades, aparecem ainda hoje como a "nossa realidade".

Estamos, portanto, diante da construção de um mito fecundo, para cuja elaboração e difusão muito contribuíram intelectuais ativos e ao qual historiadores contemporâneos teimam em se submeter. E, neste sentido, como reagiu a Câmara Municipal no período destas proposituras mitológicas?

O que diziam, discutiam e propunham os vereadores naquele momento fundamental em que milhares de paulistanos e outros visitantes foram às ruas? Se a mobilização da população serviu à construção de um discurso ideologicamente comprometido com interesses de uma elite segregadora[4], este processo obteve alguma repercussão na Câmara?

É possível reconhecer que uma interpretação da história da Cidade foi posta goela abaixo da maioria da população por meio de uma profusão de ações propagandistas, e que houve uma festa cívica ocultadora de uma sociedade na qual as relações entre os grupos que a compunham já então eram basicamente injustas e inclementes, para grandes parcelas de sua população. Afinal, em 1953, São Paulo passara por uma grande crise relacionada à Greve dos 300 mil, evento denunciador do mal-estar socialmente reinante.[5] Sendo assim, o presente artigo procurará entender as manifestações dos representantes dos munícipes, procedendo ao exame minucioso do discurso, dos debates e das propostas parlamentares.

Quanto ao discurso dominante na elite responsável pelos festejos do IV Centenário, o historiador Elias Saliba o definiu com precisão:

"São Paulo não pode parar", "São Paulo, a cidade que mais cresce no mundo" – estereótipos criados ao longo da narrativa da história da Cidade,

3. Diversos analistas – além de nossa cotidiana percepção de morador na cidade – nos indicam que S. Paulo é uma cidade evidentemente desigual, com imensas carências e péssima qualidade de vida: "São Paulo é a cidade mais rica do Brasil. Não obstante apresenta vergonhosos indicadores de desigualdade e carência. Dos 96 distritos da cidade, 31 não possuem hospital, 38 não têm parque e em 44 não há uma biblioteca sequer. A diferença entre os indicadores do melhor e do pior distrito chega em inúmeros casos a milhares de vezes. Cerca de 170 mil crianças estão à espera de vaga em creches públicas e 1,3 milhão de pessoas moram em favelas. O paulistano passa em média quase um mês por ano no trânsito. [...] (Indicadores da) qualidade de vida na cidade mostram que, dos 169 indicadores pesquisados, 137 têm uma avaliação abaixo da média" (GRAJEW, 2014).

4. Como é notório, ideologia é termo que contém uma ampla gama de significados. Aqui serve ao objetivo de identificar a construção, mais ou menos premeditada, de um conjunto de ideias e de valores com a função de orientar o pensamento político coletivo e as ações dai decorrentes. Embora não possa o historiador atribuir à elite governante paulistana – paulista, em geral – uma política intencional e conscientemente voltada para atingir as consequências efetivamente ocorridas, foram as suas prioridades colocadas em execução as responsáveis pela história da comunidade. A maioria da população, é evidente, não foi paciente inerte neste processo, mas claramente foi o adversário derrotado no estabelecimento de prioridades sociais, práticas ou simbólicas. Por outro lado, também de maneira controversa se coloca o sentido de identidade. Para uma discussão abalizada, ver Stoppino (1998).

5. Sobre esta crise, ver Hecker (1998).

como refrões (sic) das músicas, que ecoam e reverberam os efeitos da história da Cidade na vida cotidiana das pessoas, ajudam a preencher com palavras, que se tornam rituais, rotineiras e repetitivas, os vazios dos significados que a urbanização deixa em seu rastro. (SALIBA, 2004, p.558/9).

Entretanto, "os vazios dos significados que a urbanização deixa em seu rastro", não permaneceram ocos, pelo contrário, foram meticulosamente preenchidos por uma simbologia planejada com sofisticação pela elite paulistana governante no período e pela Comissão dos Festejos do IV Centenário, seu braço executivo. E que esta compreensão da história paulistana, ou melhor, esta invenção de um passado para a Cidade, veiculada e concretizada pelo evento do IV Centenário contribuiu significativamente para dissimular os principais problemas da sociedade paulistana – mantendo-os encobertos por uma capa interpretativa e, portanto, sem encaminhamento – e assim consentir com a construção da metrópole problemática com a qual vivemos nos defrontando cotidianamente.

A todas estas questões, os parlamentares da Câmara, em sua 2ª Legislatura, reagiram e muitas vezes o fizeram de maneira veementemente contrária à direção geral das comemorações. Para desenvolver estas reflexões, é obrigatório reconhecer metodologicamente que a escolha dos tempos e a determinação das identidades subjazem ao trabalho do historiador.

As comemorações, seus mentores, seus propósitos

As comemorações do IV Centenário não puseram em ação uma história da Cidade inventada a partir do zero. Para produzir o constructo resultante deste processo valeram-se de narrativas já correntes na literatura ficcional e histórica produzida nos anos anteriores. Nas primeiras décadas do século XX, por ação de uma historiografia que tinha como dois de seus mentores Afonso d'Escragnolle Taunay e Alfredo Ellis Júnior[6], estabilizaram-se mitológicos modelos intelectuais para uma história paulista, que salientava como tema o estudo de uma "nobreza" paulistana correlacionada a uma epopeia bandeirante. A narrativa daí decorrente tornou-se hegemônica nas letras paulistanas:

Trata-se de uma narrativa monumental que se sobrepõe às narrativas menores e fragmentadas, amealhadas pela crônica circunstancial. Ela salta por sobre o passado mais recente, feio e conflitivo, de uma Cidade na qual às mazelas da escravidão vieram somar-se os estigmas de uma imigração tumultuária, e procura reatar o fio da continuidade com um passado longínquo e quase mítico. (SALIBA, 2004, p. 570).

Foi exatamente dentro deste espírito que, no momento da instalação da primeira Comissão para os Festejos do IV Centenário, em abril de 1949, o prefeito Asdrúbal da Cunha enfatizou como sua precípua atribuição a promoção de

6. Alfredo Ellis, O bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano (1924) e Raça de gigantes (1926); Afonso Taunay, em 1924, iniciou a publicação da monumental História geral das bandeiras paulistas.

estudos históricos relativos à fundação de São Paulo, estimulando as pesquisas originais como também a reedição de obras referentes ao passado de São Paulo. E deste modo a própria Comissão definiu sua missão e sempre assumiu seus trabalhos, numa relação intrínseca com sua concepção de história. Num ofício, publicado pela Folha da Manhã, em 13.07.1952, a Comissão assim se manifestou: "Tais comemorações, evocativas das tradições históricas, do audaz espírito pioneiro dos bandeirantes, envolvem os quatro séculos em que o esforço de nossa gente fez, de São Paulo, a metrópole que mais cresce no mundo".

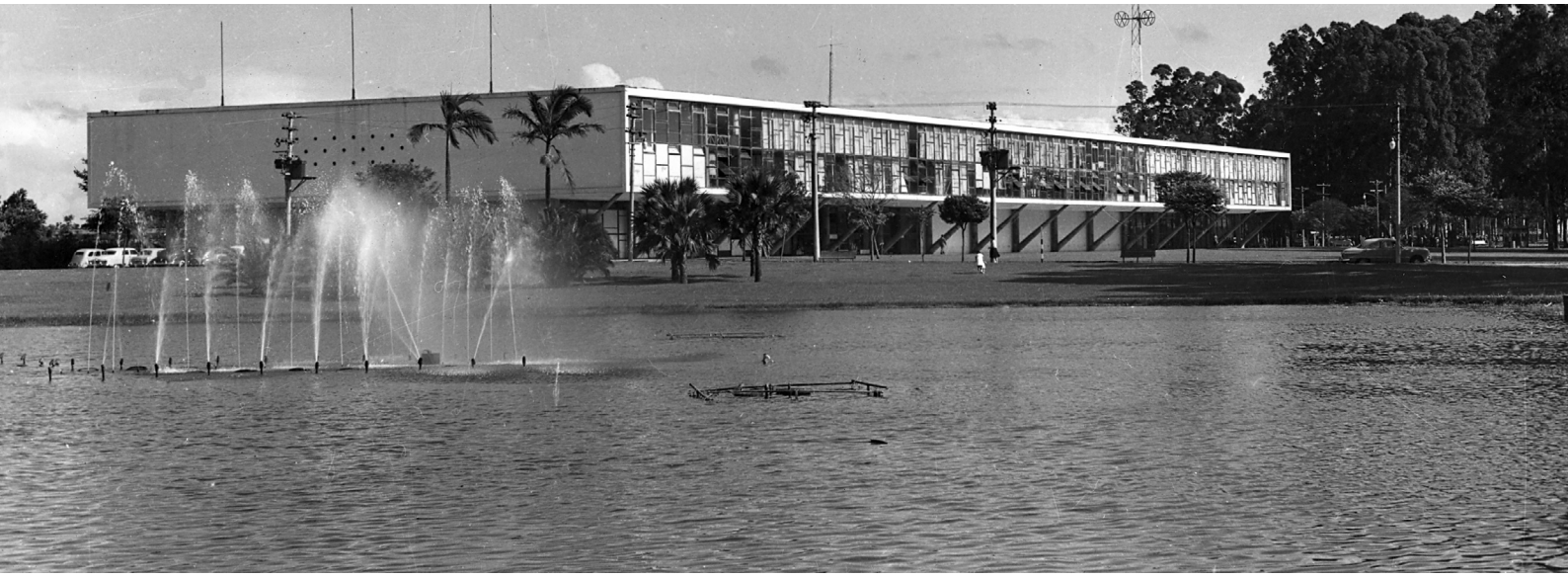
Todas as centenas de atividades desenvolvidas para os festejos, espalhadas por diversas regiões da cidade, se subordinaram a este parâmetro: o lançamento da pedra fundamental da futura Cidade Universitária no Butantã, as manifestações musicais, os bailados, o teatro, o cinema, a reforma do Museu Paulista, os concursos de poesias, os de artes plásticas, as cavalhadas ou a revoada de pássaros, enfim, tudo teria como mote central a "história gloriosa de São Paulo". Mas foi na monumentalização de espaços da cidade que o espírito histórico dominante se viu majestosamente representado: o Parque do Ibirapuera, inaugurado em agosto do próprio ano do IV Centenário, o Monumento às Bandeiras, do ano anterior, e o Monumento ao Soldado Constitucionalista, do ano posterior, significaram a celebração máxima daquele modelo.

Entretanto, o parâmetro histórico conservador não se impôs sem vencer uma batalha simbólica, a substituição do movimento da Semana de 1922 pela paulistaneidade oficial.

Esteticamente a Semana de Arte Moderna, ocorrida no Teatro Municipal de São Paulo, em 1922, foi um processo inovador que colocou em cheque as bases da cultura brasileira. Sevcenko mostrou como este tempo perdurou e foi acentuado pela presença de intelectuais como Blaise Cendrars, em 1924:

Parque do Ibirapuera. O Pavilhão dos Estados.

Fonte: Acervo Histórico de São Paulo



O resultado da presença em São Paulo daquele que era tido – ao lado de seu amigo Picasso - como o pioneiro e maior representante da vanguarda histórica da arte moderna, foi o de reforçar as convicções e a posição dos jovens modernistas paulistas, confirmando a preeminência da nova estética junto ao público local. Cendrars propiciou [...] o viés ansiado da identificação com a cultura popular e com a singularidade histórica da sociedade brasileira. Ele se mostraria assim como um elemento decisivo para incitar os intelectuais renovadores a romper com os entraves acadêmicos beletristas [...] (de) verniz conservador [...] (SEVCENKO, 2000).

A proposta estética apoiada em vanguardas europeias apresentava uma linguagem de renovação que condenava ao passado o andamento parnasiano de textos e outras manifestações. Assim, São Paulo dava um passo grande para superar o predomínio artístico da capital do país, até então a mentora daquela linguagem agora ultrapassada. Na ocasião da Semana as elites paulistanas tiveram de admitir e conviver com novas visões de mundo brasileiro que nem de longe lembravam o pretenso heroísmo do bandeirante ou a triunfal paulistaneidade – elementos então em gestação, como vimos – ao contrário colocando o indígena nos papéis culturais principais, tal como os Manifestos Antropofágicos de Oswald ou o herói sem caráter de Mário. E estes dois eram "bem paulistas", sendo revolucionários.

No lugar das propostas de redescoberta do Brasil dos modernistas nos anos 1920, os estímulos do IV Centenário, nos anos 1950, cristalizaram o conceito de paulistaneidade: em oposição às intenções de descoberta ficou estabelecida a reafirmação, ou a confirmação de uma raiz inventada do "passado glorioso" do bandeirante e do "democrata constitucionalista de 1932".

Parque do Ibirapuera atual, com edificios construidos para o IV Centenário por Oscar Niemayer: Oca, Pavilhão dos Estados e auditório construído mais tarde.
Fonte: Wikicommons/autor: Sergio Valle Duarte/2006.

O IV Centenário, em suas comemorações de enaltecimento de uma São Paulo oficial, foi o encerramento do período fértil e renovador da cultura modernista em São Paulo. A verdade é que a linguagem hegemônica do IV Centenário deu uma volta atrás no relógio da contagem cultural. Foi parnasiana, piegas, romântica com seu roteiro celebratório da epopeia dos paulistas "que deslocaram o meridiano". Isto ficará bastante claro na forma como se apresentaram para a admiração ingênua da população os três grandes monumentos citados.

O leitor atento poderá inquirir: e a Bienal de dezembro de 1953, que abriu sob certo aspecto as comemorações, e o traçado modernista de Oscar Niemeyer no Ibirapuera, e o balé do IV Centenário – apenas para citar algumas das ações criativas – não foram evidentes inovações? Claro que sim. Mas, além de apenas funcionarem como acontecimentos isolados, direcionados a elites, compuseram um conjunto muito maior de atividades populares de massa, sobretudo na área das comunicações. Aliás, estas ações voltadas para a elite acabaram por jogar um papel altamente conservador, na medida em que significaram uma autorização "superior" para a liberdade de mistificar, justificando uma interpretação melíflua do todo das comemorações, alimentando um mecanismo reforçador do caráter estruturalmente conservador do conjunto.[7]

A verdade é que a economia e a sociedade paulistanas haviam mudado significativamente nos anos 1950, validando a possibilidade deste passo atrás. A São Paulo, das primeiras décadas, aberta a mudanças culturais revolucionárias, era permissiva, em ebulição, isto é, "uma colcha de retalhos cosmopolita" incapaz de ser abrangida por uma única imagem:

A população se compunha dos descendentes dos povos indígenas originais; dos ex-escravos fugidos das fazendas; dos libertos com a extinção da escravidão e seus descendentes, mestiços ou não; das populações vindas da área platina, do Brasil central e do norte; dos diferentes povos europeus, com destaque para italianos, portugueses, espanhóis, alemães e eslavos; dos imigrantes árabes, turcos, armênios, israelitas, ademais de gente do oriente distante, sobretudo japoneses e chineses. (SEVCENCO, 2000, P.84).

A direção desta sociedade em ebulição dependia de uma aristocracia decadente, cindida até politicamente pela criação do Partido Democrático, marcada por uma hegemonia frágil que permitia frestas abertas a novas interpretações sociopolítico-culturais, justamente porque em busca de um sentido para sua crise. [8] Grande mudança sofreu a cidade e o Estado na passagem da hegemonia socioeconômica da cafeicultura à da industrialização, com o hiato getulista. Culturalmente, numa fórmula extravagante: o grupo dominante na sociedade foi da busca imprecisa de um sentido, ao sentido conservador da busca.

Nos anos 1950, uma burguesia paulista já consolidada controlava as fontes materiais e simbólicas do poder. O setor industrial – que no final da década

Brasileiros do Século XIX, diversidade etnica.

Fonte: Wikicommons domínio público/ fontes diversas por Ermakoff, Vazques e Lago/1858 a 1905.

contava com quase 25 mil estabelecimentos, ocupando aproximadamente 500 mil operários – preponderava, constituindo-se no principal gerador de renda do Estado. Comerciantes associados aos primeiros podiam valer-se de modernos meios de transporte para escoamento da produção, que contavam com extensa malha ferroviária e haviam recebido acréscimos de obras importantes: o asfaltamento da via Dutra, em 1950, ligando os dois polos mais significativos do desenvolvimento do país, e a via Anchieta, inaugurada em 1947, sua ligação com o mercado externo. A cidade de São Paulo – que desde o início da década comportava mais de dois milhões de habitantes – contava mesmo com um símbolo de pujança que podia lembrar o centro do capitalismo desenvolvido, o Edifício Altino Arantes, imitando o Empire State Building, de Nova Iorque.

Havia classes médias urbanas mais sólidas, ocupadas no desenvolvimento de miríades de empresas cujo modelo norte-americano vencia as raízes europeias, em que gerentes e diretores procuravam imitar os esquemas vencedores das indústrias e das empresas de serviços dos EUA. Pululavam as agências de propaganda: as comemorações do IV Centenário foram adornadas com peças publicitárias enfeitadas de futilidades vendáveis.[9] Eram fogões do IV Centenário, sapatos para ir às comemorações, roupas combinantes com os festejos patrióticos, colchões para o descanso bandeirante doméstico!

Não se vivia mais a "frenética e desorganizada aceleração máxima" dos inícios da industrialização paulista, mas agora elementos estáveis de um crescimento gerencial organizado. Os proletários, calados pela intervenção do Estado, pela estrutura sindical em pirâmide, que tolhia a autonomia dos sindicatos, pela ação do "peleguismo", cerceados pelo impedimento às greves, mantinham-se

7. A cultura erudita crítica, de contestação, representada desde décadas anteriores por intelectuais paulistas como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. evidentemente passava muito longe das comemorações oficiais e conservadoras.

8. Há extensa bibliografia sobre a relação entre famílias como os Prado, os Souza Aranha, os Freitas Valle etc. e o movimento cultural renovador dos anos 1920.

9 Enfeitadas, mas nem por isso "inofensivas". Sobre a mitologia veiculada pelos anúncios publicitários no período, veja-se o excelente artigo de Moura (1994).

incapazes de determinar o curso de sua própria história, distribuídos entre a ação populista e a militância pouco eficiente. De toda a forma, estavam subordinados aos objetivos sociais e políticos da hegemonia burguesa.

A difusão cultural caminhava pela via da cinematografia comercial, que, mais disseminada, mimetizava o *american way of life* pós Segunda Grande Guerra. Não havia mais Mário e Oswald, mas divulgadores de uma história em que oficialmente se engendrava e se reverenciava a liderança dos industriais paulistas, identificados a modernos bandeirantes ou a reciclados soldados constitucionalistas, uma espécie de paulistaneidade conservadora sustentada por intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP, e para a qual os historiadores profissionais ainda não estavam prontos para oferecer seus trabalhos científicos. A USP não apresentara ainda seus melhores frutos.

As mazelas sociais reveladas pelos vereadores e encobertas pelos festejos

"Não temos água, a luz diminui, o gás desaparece. Tenho a impressão de que por ocasião do IV Centenário nós, o povo, estaremos de tanga, magros e famintos, como aqueles que aqui vieram colonizar a região e fundar essa grande cidade".[10] Ou, "Vamos comemorar o aniversário sem água e sem luz. Como na época da fundação! Estamos vivendo como na época dos fundadores da cidade!"

A galhofa reúne o nosso tempo com o das comemorações do IV Centenário. Passaram-se mais de 60 anos entre o alerta do vereador Berlinck Cardoso e a brincadeira do Macaco Simão[11], o "esculhambador-geral" da República. Mas, engana-se quem acredita em apenas coincidência. Qual nada! Há continuidade, de fato, na oferta precária de serviços públicos. Evidentemente.

A leitura dos Anais da Câmara Municipal de São Paulo em sua legislatura para o quadriênio de 1952 a 1955 – identificada aqui como 2ª Legislatura após a retomada do processo democrático, posterior ao Estado Novo – permite uma inserção na vida da cidade, tanto no aspecto político, como no social e cultural. E como as comemorações relativas ao IV Centenário, no ano de 1954, se constituíram num dos principais temas da instituição neste período, resulta que o analista interessado em entender o significado daquelas festas dispõe de um rico material para identificar os pensamentos e ações dos representantes políticos do município.

Neste sentido, pode-se perceber que as críticas ao estado precário dos serviços públicos oferecidos pela cidade à maioria de sua população eram abundantes, mas nem sempre avançadas pelos mesmos vereadores. Uma relação conflitiva com o prefeito da ocasião foi comumente a brecha pela qual as críticas se apresentaram. Isto é, considerando apenas o período da 2ª Legislatura, a Câmara se relacionou com dois diferentes prefeitos,[12] do início dos trabalhos

10. SESSÃO da Câmara dos Vereadores de S. Paulo, 27.06.1952, Berlinck Cardoso, Partido Republicano Trabalhista.

11. José Simão, Folha de S. Paulo, 24.12.2014.

em 1º de janeiro de 1952 até 08.04.1953, o executivo municipal foi Armando de Arruda Pereira, que tinha respaldo na governança do Estado, em mãos de Lucas Nogueira Garcez, do Partido Social Progressista. Por isso, neste lapso de aproximadamente 16 meses, os vereadores do PSP mostraram-se menos críticos em geral, atuando muitas vezes para aplainar a discussão sobre os dilemas sociais da cidade. Em contraposição, a reação mais exacerbada coube principalmente a vereadores membros do PTB, como Gumercindo Fleury ou José Nicolini, da UDN, como Homero Silva ou Nicolau Tuma, do PSB, como Cillo Neto e Hermínio Vicente, ou mesmo do PDC, com Arruda Castanho e Gabriel Quadros, para citar alguns, de oposição.

Porém, a partir de abril de 1953, assumiu Jânio Quadros a Prefeitura e os partidos antes opositores como que "foram ao poder", por meio da famosa campanha janista, Movimento 22 de Março. Nesta ocasião, com relação aos temas mais críticos da cidade, trocam-se os papéis, passando vereadores como Elias Shammass, Lino de Mattos ou Cantídio Sampaio, membros do PSP, a cobrar maiores ações do poder municipal, e portanto mostrando-se mais afeitos a enxergar as mazelas da cidade. Tudo considerado, uma pendência permaneceu ao longo da 2ª Legislatura: a vida social na cidade de São Paulo sempre restava alvo de severas observações, apenas as personagens se alteraram ao longo da legislatura, esmerando-se, ora umas ora outras, em apresentar as principais questões a serem resolvidas em prol da maioria da população.

De toda forma, grandes questões urbanas, tão candentes como ainda pendentes até os dias atuais, estiveram na pauta dos trabalhos da Câmara de Vereadores em quase todas as sessões: alta mortalidade infantil, ausência de saneamento e esgoto em muitas ruas, falta d'água encanada ou de energia elétrica em bairros pobres, crianças abandonadas nas ruas, carência de hospitais, transporte urbano em más condições, e, por outro lado, especulação imobiliária, expectativa de obras suntuosas para desfrute das elites, corrupção de entes públicos.

Pode-se afirmar que ao conjecturar sobre os festejos do IV Centenário, os parlamentares aproveitaram para identificar os problemas que afligiam a maioria da população, fazendo uma correlação íntima entre esforços comemorativos e motivos de apreensão. Passemos à enumeração de algumas destas denúncias:

Serviços públicos precários

A precária condição dos serviços públicos essenciais da cidade correlacionada à necessidade de despender altíssimas somas para a realização dos festejos do IV Centenário foi alvo de severas críticas. O vereador Gumercindo Fleury (UDN), na sessão de 27.06.1952, manifestou a contradição entre as carências

12. Na verdade, houve um terceiro prefeito durante a 2ª Legislatura, Porfírio da Paz, 07.07.1954 – 17.01.1955. Como vice de Jânio guardava os mesmos pertencimentos políticos.

urbanas e o esforço festeiro da Prefeitura. A questão não era propriamente fazer festa, mas realizar os melhoramentos para que a cidade desfrutasse de seu aniversário em dignas condições:

Evidentemente, esses 300 milhões de cruzeiros terão que sair do povo que amarga esta vida na heroica cidade de São Paulo de Piratininga. Esse mesmo povo que não tem gás, que não tem água, que não tem ruas calçadas, que não tem telefone, que sofre restrições de energia elétrica, terá que dar 300 milhões de cruzeiros para as festas de arte moderna do IV Centenário [...] Estranho que tão somente para o Gabinete da Presidência seja reservada, neste exercício, 17 milhões e 440 mil cruzeiros. Com essa importância quantos lares pobres seriam felizes? Com essa importância quantos abrigos e asilos seriam construídos? Com essa importância quantas ruas seriam calçadas, quantos benefícios seriam prestados à cidade de São Paulo, para que ela se apresente, em 1954, como uma cidade higiénica e dotada de todos os melhoramentos que necessita.

A estas palavras, o seu colega Américo Rossini (PTB), sentenciou as intenções das autoridades com as festas: oferecer ao povo "o circo", para ludibriá-lo.

Muitas foram as propostas de melhoria da cidade que entendiam favoravelmente a ocorrência dos festejos, no sentido de preparar a cidade para a ocasião. Na sessão de 17.10.1952, Miguel Sansigolo (PSP), demandou que a Prefeitura promovesse a formação de um parque de uso público, dotado de serviços, na área do antigo Hipódromo da Mooca:

Existem nas imediações 6 ou 7 estabelecimentos oficiais de ensino primário e secundário, sem que disponham os alunos de área de recreação proporcionada racionalmente. Não há qualquer instalação de assistência médica ou social para aquela laboriosa coletividade, quer berçário, quer posto de pronto-socorro ou policlínica infantil, e a mortalidade de crianças ali é grande [...] (Na região) dos bairros da Mooca e Belém, há problemas sociais [...] tudo está por fazer. Outros centros idênticos mudariam em pouco tempo o panorama humano da cidade concorrendo de modo concreto para a felicidade de sua gente. O empreendimento seria dos mais grandiosos para a comemoração do IV Centenário de São Paulo, e perfeitamente exequível.

Este era o caso de diversos bairros da cidade, que conviviam com ausência de serviços básicos. Na sessão de 30.06.1952, José Nicolini (UDN) observou que por todos os lugares "falta tudo que depende do governante":

Numa área de 285 quilômetros quadrados, por exemplo, onde vive urna população de 560 mil almas (duas vezes a população de Santos), onde existem 57 mil casas, área compreendida entre os bairros: Alto da Mooca, Belenzinho, Tatuapé, Vila Formosa, Vila Diva, Vila Regente Feijó, Vila Santa Izabel, Vila

Favela no bairro de Vila Mariana, em São Paulo (SP), onde os moradores gastam até 80% do salário pelo aluguel de um barraco sem água ou instalações sanitárias.
Fonte: Folhapress, Crédito: ago.53/ Folhapress

Ema, Vila Prudente, Vila Esperança, Vila Matilde, Cidade Mãe do Céu, não existe a menor benfeitoria feita pelos Poderes Públicos. Não há, nem Pronto-Socorro, nem escolas primárias suficientes, nem Ginásios.

A situação das crianças e adolescentes também era motivo de preocupação, pois o município apresentava taxas altíssimas de mortalidade infantil, que, segundo Umberto Fanganiello (PSP), em sessão de 18.02.1952 – exigiam o socorro "em tempo hábil da Associação Maternidade de São Paulo". A professora e vereadora Anna Lamberga Zeglio (PSP), sessão 20.08.1952, levantando a questão dos menores abandonados pela cidade, propunha uma alocação mais eficiente para as verbas públicas despendidas nos Festejos do IV Centenário:

"(Temos) a par de tanta suntuosidade monumental, uma pobreza social [...] Ambas se completam, ambas se integram em harmonioso conjunto e, consequentemente, exigem solução simultânea [...] não devemos por mais tempo permitir que se nos escape das mãos a providencial oportunidade de resolver definitivamente o problema dos menores abandonados. Se tivemos coragem de dotar a Comissão de Festejos com tão vultosa verba, para obras materiais, algumas das quais foram reputadas supérfluas por ocasião de sua apreciação, por

que, pergunto eu, devemos negligentemente deixar de atender à solução deste magno problema social?"

Algum tempo depois, um grupo de quatro vereadores – Arruda Castanho e Gabriel Quadros (PDC), Gumercindo Fleury (PTB), Hermínio Vicente (PSB), sessão 17.09.1952, refletindo sobre a mesma questão, anuiu com a interpretação do primeiro deles que acusava a elite paulistana "desocupada" de se preocupar com os festejos do IV Centenário enquanto desprezava a miséria de muitas crianças:

"São sempre aqueles nomes, são sempre aquelas pessoas que vivem lembrando as tradições dos velhos paulistas, são pessoas endinheiradas que se agrupam em torno dos Festejos do IV Centenário [...] que querem resolver os angustiosos problemas nos chãs, nos bridges [...] (É preciso) acabar com essa demonstração de miséria e desamparo que oferece as ruas de nossa Capital, providenciando a internação imediata de todos os menores pedintes sem pão e sem teto."

A este desafio, o vereador socialista Hermínio Vicente aduzia uma condenação ao próprio regime capitalista como o cerne do problema:

"(A questão) diz respeito ao próprio regime em que vivemos. Este regime que não é constituído (apenas) pela sociedade dos paulistas de 400 anos, mas está formado por uma sociedade internacional de exploradores dos pequenos para poder viver sempre assim: gastando à larga, inadvertidamente, injustamente."

De todo modo, a precariedade urbana era evidente e denúncias como poluição do ar, sessão 18.12.1953, Homero Silva (UDN); desinteresse pelos moradores em bairros populares, sessão 23.06.1952, Abel Ferreira (PSP); transporte urbano precário, sessão 21.03.1952, Cantídio Sampaio (PSP), sessão 26.03.1952, Gabriel Quadros (PDC), sessão 16.10.1953, Tarcílio Bernardo (PST); deficiente coleta de lixo, sessão 03.02.1954, Luiz Miranda (PSD), eram quase sempre correlacionadas com o grande interesse das autoridades pela organização dos festejos.

Preocupado com a imagem da Câmara de Vereadores e sua responsabilidade com o planejamento de um futuro melhor para São Paulo, o vereador Nicolau Tuma (UDN), sessão 04.12.1953, além de imputar as mazelas da vida urbana "à incúria do Poder Público", chamava todos os colegas para "a obrigação de evitar que os futuros habitantes desta cidade nos lancem a pecha da imprevidência que hoje é atirada a administrações antigas, que não puderam ou não quiseram evitar este crescimento desregrado". Ele não queria que a Câmara fosse responsável pela "precariedade dos nossos serviços públicos, a deficiência dos nossos serviços assistenciais, dos transportes, de todos aqueles elementos necessários a que a vida da cidade possa fluir com normalidade e felicidade para

a sua população". E fazia votos, irônicos, sem dúvida, para que "em seu quinto centenário, a cidade esteja em condições bem melhores do que as que apresenta hoje".

Caracterizando a movimentação festeira do ano de 1954 como "o fracasso do IV Centenário", Cantídio Sampaio (PSP), sessão 05.02.1954, pintou um cenário urbano bastante pessimista, ao mesmo tempo em que lamentava a inoperância do poder executivo municipal:

A desgraça, a calamidade, estão aos nossos olhos para quem quiser ver. Convido V. Ex.as cheguem aos bairros pobres, visitem as favelas e vejam esta cidade, que é tida como a mais rica do Brasil: gente morrendo de fome! Favela em que entrou um tuberculoso e, em menos de seis meses, já existem oito morrendo. Com fome, de inanição! Este o espetáculo da nossa cidade, este o espetáculo desta cidade, no seu ano da graça do IV Centenário.

Independentemente da posição política imediata do parlamentar que estivesse na ocasião utilizando a tribuna, eram nítidas as avaliações dos serviços públicos oferecidos pela cidade como muito precários. E, neste sentido, a realização dos festejos do IV Centenário aparecia como uma atividade de elite, superficial, senão falseadora, em relação ao encaminhamento de soluções para a criação de uma cidade mais solidária para com a grande maioria de seus habitantes.

Uma cidade para a elite.

Não resta dúvida de que a ideia de promover uma remodelação da cidade para comemorar o IV Centenário contaminou boa parte da população, sobretudo os meios de comunicação. Foi o caso da Folha da Manhã, que comentando o aniversário da cidade, em 25 de janeiro de 1949, apresentou com bastante antecedência, mas de maneira crédula, a sua aspiração para satisfação de uma série de problemas sociais que esperava fossem sanados a fim de que a cidade comemorasse seus quatrocentos anos da maneira auspiciosa. O jornal acreditava que até o IV Centenário da fundação da capital poderemos realizar um vasto programa de fomento da produção, de combate à deficiência na distribuição de mercadorias, de elevação do nível cultural do povo e de repressão aos abusos que em boa parte respondem pelo excessivo encarecimento do custo de vida.

Tais expectativas não eram compartilhadas, de um modo geral, pela Câmara Municipal paulistana, na medida em que diversos vereadores apresentaram suas censuras quanto aos propósitos e ao andamento dos trabalhos dirigidos pela autarquia responsável pela comemoração dos Festejos do IV Centenário.

Na sessão de 21.02.1952, o vereador Scalamandré Júnior (PTB), chamava a atenção para as boas condições financeiras com que a Comissão de prepara-

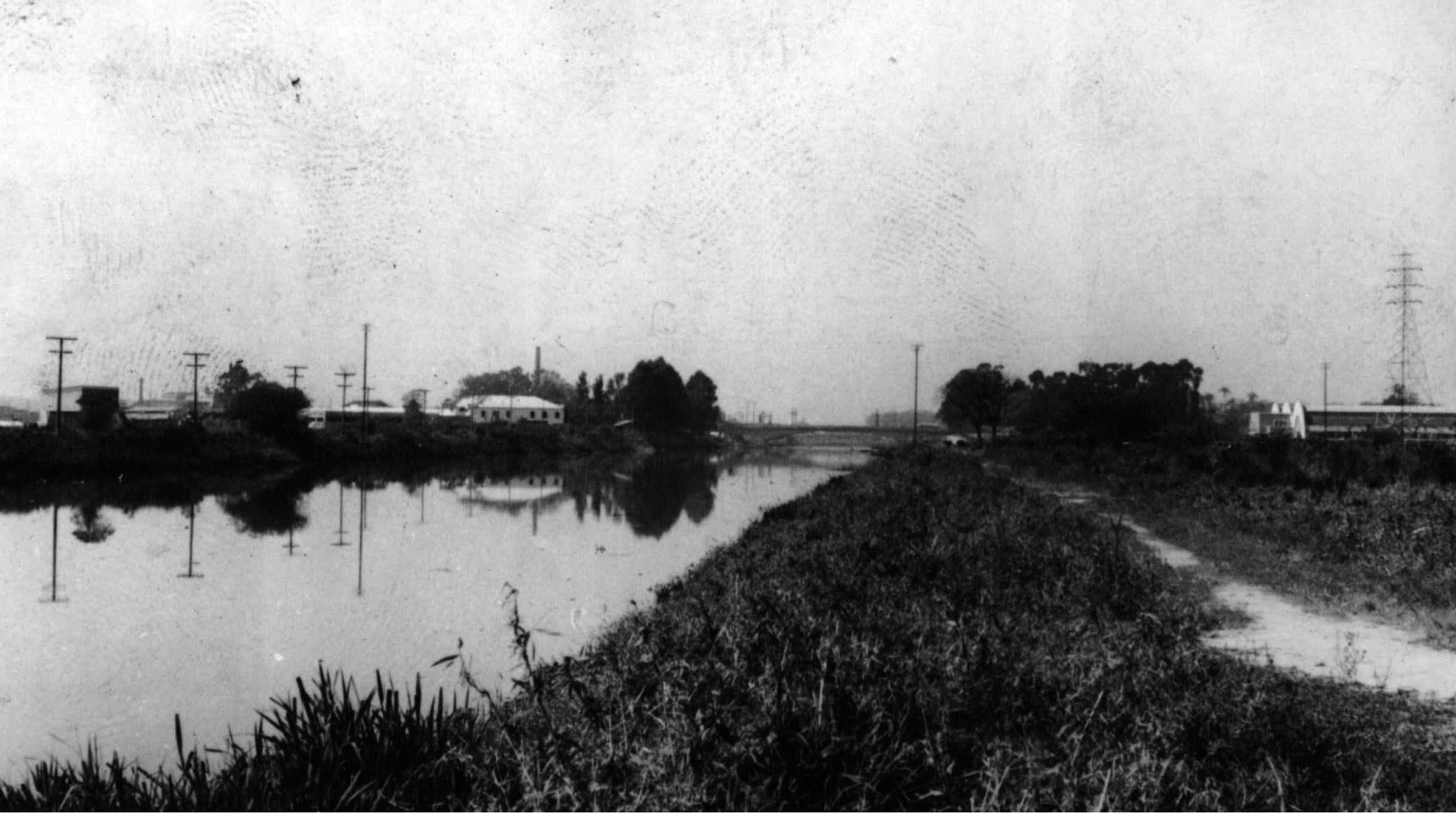
ção dos festejos deveria contar, pois recebera uma polpuda verba de seiscentos milhões de cruzeiros para realizar a "construção de obras suntuárias na Capital de São Paulo, a fim de receber condignamente aqueles que naquela ocasião queiram visitar nossa cidade". Por outro lado, continua o parlamentar, verificamos que há ruas nos bairros afastados e bairros operários onde o Executivo não houve ainda por bem executar melhoramentos públicos, tão necessários àqueles bairros, dentre os quais se destaca a zona servida pela linha de Santo Amaro. Citaria, por exemplo, o bairro de Indianópolis, industrial e laborioso, por sob o qual passam os tubos que levam água à metrópole e que, no entanto, não possui uma gota de água sequer. É um bairro esquecido pelos poderes públicos.

A preocupação com o tipo de alocação que a verba pública deveria merecer apontava para uma utilização na qual o Poder Executivo, e seu braço gerencial, a Comissão dos Festejos, priorizassem o interesse público e não apenas os bairros privilegiados nos quais se localizava a elite da população. Por isso, o vereador, sem dar à sua análise um caráter de embate de classes sociais, mas apenas buscando o usufruto democrático do espaço público, acrescentou:

"os nossos Poderes Legislativo e Executivo, devem olhar com mais carinho para a nossa cidade em geral. E isto para que os nossos visitantes possam percorrê-la em todas as direções e não apenas pelo Jardim América, Avenida Nove de Julho e Avenida Anhangabaú."

Promover as comemorações erguendo a cidade para um patamar mais alto de qualidade de vida, pelo menos no nível do discurso, era uma intenção generalizada da Câmara, pois independentemente do partido havia opinião forte a respeito de que a grande ocasião estava dada pelo IV Centenário. Na sessão de 12.03.1952, o vereador Bruno Fl., do PRP, partido fundado e então dirigido pelo filo-fascista Plínio Salgado, discursava dizendo que "as vilas de São Paulo necessitam, em primeiro lugar, de luz elétrica, conserto de ruas, melhor condução e água encanada. A construção dos esgotos, a realização de calçamento seriam uma maravilha". Ao que o colega Homero Silva da UDN concordando, observou que "não há certeza maior de que esse é um dos graves e profundos problemas de São Paulo. O Centenário está às portas e o maior presente que se daria à Metrópole no seu aniversário seria o plano de salvação dos bairros pobres".

Ao tomar conhecimento do tipo de obra pública adotado para a comemoração do IV Centenário, sobretudo das construções não populares de grandes prédios no Ibirapuera, o vereador Paulo Vieira (PSP), sessão 05.05.1952, demonstra toda sua incredulidade, diante de tantas obras a serem realizadas e, a seu ver, mais necessárias:



SÃO PAULO, SP, BRASIL, 05-08-1958: Vista das obras de derrocação e dragagem para saneamento e retificação do curso d'água, no rio Tietê, no trecho do bairro Casa Verde, em São Paulo (SP).
Foto: Folhapress

Falava-se da inauguração do Metropolitano, do Paço da Cidade, do Jardim da Praça da Sé, da Retificação do Tietê, da Av. Itororó, do Túnel sob o Largo de S. Bento, do Palácio da Policia, da Estação Rodoviária, do fechamento do arco das arquibancadas do Estádio do Pacaembu, da Av. Leste, da Sumaré, da ligação das vias Anhanguera e Dutra, do Monumento de Caxias e de muitas outras obras e monumentos como os Piratininganos sonhavam, ficará para depois... Talvez para a comemoração do 5º Centenário.

E na mesma ocasião, explicava que, a seu ver, o que estava errado na condução administrativa da cidade era permitir "o abandono em que se encontram os bairros da periferia [...] (eles sim deveriam) ser prioridade para a administração municipal". A condição destas localidades parecia-lhe indicar o mais completo descuido, sem água, sem luz, sem condução, sem gás e também podemos dizer, sem ruas, pois as vias de comunicação que os servem são verdadeiras estradas esburacadas, intransponíveis nos dias de chuva. Mas, não só os bairros periféricos se encontram neste estado. Também alguns bairros próximos da cidade, aqueles bairros quase no coração de São Paulo, estão nas mesmas condições. Para citar um só referimo-nos ao de Perdizes.

Também do ponto de vista do vereador Farabulini Júnior, PR – sessão 13.06.1952 – a cidade tinha problemas maiores a resolver do que produzir melhorias próximas aos bairros de moradia da elite paulistana e enaltecer por meio da propaganda as ações da Comissão dos Festejos:

"(É preciso) lembrar aos poderes competentes, que São Paulo não é uma beleza, que São Paulo não é aquilo que, ainda outro dia, acabei de ver quando me mostravam as fotografias para o IV Centenário, esta beleza que está aí do lado de fora. Não. São Paulo aí está por dentro, nas favelas, que é justamente o que de fato está a merecer dos poderes competentes, do Executivo e do Legislativo, todo o carinho, para que a nossa gente não venha a periclitar ainda mais e que não se veja aumentar, cada dia, a mortalidade infantil."

Certamente um dos problemas maiores se constituía em manter os empregos dos munícipes, buscando mitigar as agruras da população mais carente. Foi neste sentido que Cantídio Sampaio (PSP), sessão 09.11.1953, chamou a atenção para o desemprego entre os guardadores de carros nas ruas, "profissão" que ele pretendia ver regulamentada. Tais circunstâncias ocorriam por efeito de medidas impopulares adotadas em nome do embelezamento fictício da cidade, para agradar aos turistas que acorreriam quando das comemorações dos quatrocentos anos:

A Diretoria do Serviço de Trânsito proibiu terminantemente a lavagem de carros nas vias públicas da zona urbana da Cidade de São Paulo, determinando ato continuo as medidas policiais para assegurar a rígida observância dessa drástica deliberação. [Porém] nem mesmo a efeméride do IV Centenário pode constituir justa razão para que sejam condenadas à fome 800 famílias e, portanto, muitos milhares de brasileiros".

Caráter elitista dos festejos.

Entre as festas programadas para comemorar os quatrocentos anos da cidade, o presidente da Comissão dos Festejos enfatizou a importância da realização do Grande Prêmio do Centenário, uma corrida de cavalos nas elegantes dependências do Jockey Club de São Paulo, certamente um reduto da elite endinheirada. A futilidade de tal ocorrência para a história da cidade, e o prestígio da instituição promotora do certame junto a autoridades do município não passaram despercebidas aos olhos do vereador trabalhista José Nicolini. Na sessão de 28.04.1952, ocupando a tribuna, ele usou de toda a sua ironia para ridicularizar o evento:

O Jóquei Clube continua impávido e com tal prestígio que o Sr. Presidente da Comissão de Festejos do Quarto Centenário declarou como quem proporciona ao público um grande benefício, um entretenimento inédito, que, entre outras iniciativas, por ocasião dos festejos, fogosos cavalos de raça nacionais e estrangeiros disputarão o 'Grande Prêmio Centenário'. Trata-se, realmente de grande novidade...

O mesmo Vereador explicitaria exatamente o que lhe parecia ser necessário adotar como política pública, em lugar destes festejos para públicos privile-

giados. Em sessão de 20.10.1952, afirmava com todas as letras que outras eram as prioridades da população:

O povo deseja, isso sim que se tomem medidas acauteladoras em benefício do bem-estar de todos. Os trabalhadores querem gêneros alimentícios a preços acessíveis, de acordo com o ordenado insignificante que recebem. O povo quer água nos bairros, quer luz, calçamento, telefones, esgoto, casas para morar, condução em abundância e escolas. O povo, evidentemente, não se interessa por festa alguma, e muito menos por festejos que farão com que os cofres públicos sofram desfalque.

No lugar de festejos patrióticos e elitistas, alguns entre os vereadores propunham apoiar festas populares, apresentações circenses que naquela ocasião atraiam multidões e falavam a linguagem apropriada para atingir a maioria da população. Assim, Elias Shammass (PSP), sessão 21.10.1953, sugeriu que a Câmara dos Vereadores apoiasse o Circo do Arrelia, uma atração que em tempos pouco posteriores ganharia projeção nacional por meio das emissões televisivas. A argumentação do Vereador se contrapunha à elitização de diversas atividades do IV Centenário:

Proponho amparar uma arte tão combatida pelos potentados que só frequentam o Teatro Municipal, mas que nós, representantes do povo, de vez em quando, também gostamos de ir a um circo, porque é no circo, realmente, mais do que nas tribunas populares, que a gente, em palavras causticantes, às vezes até com expressões brejeiras, verifica a luta persistente daqueles artistas contra as deformidades da vida.

Concordando com o colega, o vereador do PTB, Armando Zemella acrescentou que:

"O Município de São Paulo dispende vultosas quantias de dinheiro para outras festas, inclusive, como disse o nobre Vereador Gumercindo Fleury, para o IV Centenário, onde vamos jogar fora perto de trezentos milhões de cruzeiros. Nada mais justo do que darmos trezentos mil cruzeiros para o circo dos Irmãos Seyssel."

Já durante o ano de 1954, tendo ocorrido a principal concentração popular programada para homenagear o aniversário da Cidade, os festejos de 25 de janeiro, que reuniu milhares de pessoas no Anhangabaú, percebeu o vereador Farabulini Júnior (PR), sessão 10.02.1954, que estiveram ausentes da comemoração elementos fundamentais para a composição da população paulista e brasileira. No afã do enaltecimento do mítico bandeirante:

" (...) portugueses e neolatinos foram esquecidos. Não se prestou uma homenagem sequer àqueles que trouxeram a São Paulo pelos seus esforços, pela sua capacidade de trabalho, o seu desenvolvimento e foram os artificies de nos-

sa terra. Nem uma homenagem, sequer, aos portugueses e outros estrangeiros que aqui vieram e ajudaram a construir esta terra maravilhosa."

Numa cidade que pelo censo de 1950 ainda comportava 14% de estrangeiros entre os 2,200 milhões de habitantes, e certamente mais da metade de sua população de descendentes daqueles, em primeira ou segunda geração, o alerta da Câmara de Vereadores não ganhou as ruas e palanques. Porém, certamente esteve nos corações e mentes da maioria do público espectador dos festejos que dificilmente se identificava com a simbologia edificante da epopeia bandeirante.

A polêmica Comissão de Festejos.

Em dezembro de 1951, o prefeito Armando Arruda Pereira promulgou a Lei Municipal n. 4.166 que criava a Comissão do IV Centenário como autarquia. Isto é, a Comissão anterior, que já atuava desde 1949, passaria agora a ser uma entidade de serviço estatal com autonomia econômica, com orçamento e patrimônio próprios e flexibilidade administrativa, embora tutelada pelo poder público. A mesma lei autorizava o Executivo Municipal a celebrar um convênio com o Governo do Estado a fim de instituir uma verba inicial para o funcionamento da Comissão, cujo conjunto orçamentário se constituiria também de créditos especiais que lhe fossem atribuídos, bem como do produto da arrecadação de todas as rendas e contribuições obtidas nos festejos e comemorações.

Do ponto de vista de boa parte dos vereadores – senão da maioria, como se poderá ver – esta autarquia nasceu com problemas e ao longo de sua atuação mereceu diversas críticas. Logo nos primeiros momentos de sua instalação, Hermínio Vicente (PSB), sessão 27.06.1952, apresentava uma crítica estrutural à entidade:

"Essa Comissão dos Festejos do IV Centenário começou errada desde a sua constituição. Não vejo por que criar-se uma autarquia para cuidar dos festejos comemorativos do IV Centenário da nossa Capital, quando temos, na Prefeitura, uma Secretaria da Educação. A esta Secretaria é que deveriam estar afeitos estes festejos. Eu creio que essa autarquia foi criada apenas para dar emprego a muita gente que necessitava ganhar mais do que ganhava.[13]"

As razões deste mal-estar nas relações entre a Câmara e a Comissão dos Festejos podem ser reconhecidas em pelo menos três áreas de sua organização: quanto à atuação de seus componentes, quanto às dotações orçamentárias e a aplicação das verbas, e finalmente quanto às ações propriamente adotadas para a realização das comemorações.

Desde sua transformação em autarquia, a Comissão foi dirigida por Francisco Matarazzo Sobrinho, dito Ciccillo, um lídimo representante da economia ascendente de São Paulo, comandante de parte do conglomerado de

indústrias da família, que, na década de 1930, tornou-se o único proprietário da Metalúrgica Matarazzo. Mantendo relações estreitas com intelectuais paulistas de projeção, ligou-se a tradicionais cafeicultores pelo casamento com Yolanda Penteado. Desta forma, Ciccillo, nascido em São Paulo de uma família imigrante de sucesso, associado a "quatrocentões", dotado de educação europeia refinada, podia representar muito bem a elite paulista daqueles anos, nos quais o grupo dominante construía sua visão específica da personalidade da cidade. Foi nesta condição de elite que o vereador Armando Zemella (PTB), sessão de 27.06.1952, resolveu criticar o presidente da Comissão, afirmando que não podia ser confiável "um indivíduo que se diz conde, mas não é conde. É um rei, o rei dos tubarões do Brasil". Discordando, em parte do colega, o vereador Gumercindo Fleury, do mesmo partido, e tentando desanuviar o caráter de classe da crítica, observou: "Trata-se de um industrial credenciado. E' um homem bom."

De toda a forma, parecia a estes vereadores que a função da composição da Comissão a levaria a fugir de um andamento popular para os trabalhos, satisfazendo interesses mais específicos da elite. O próprio Hermínio Vicente acrescentava à sua crítica:

"À testa dessa Comissão foram colocadas pessoas que, podem ser honestas, honradas, podem ser tudo, menos intelectuais, menos pessoas que deveriam cuidar da organização de tais festejos; foram convidadas para esses lugares, principalmente industriais e pessoas interessadas em tornar os festejos mais uma feira de exibição de seus produtos do que, realmente, festejos comemorativos do IV Centenário da nossa Capital."

Sem dúvida, mescladas a críticas de caráter antipopular da figura pública de Ciccillo, alguns parlamentares, próximos aos problemas sociais mais candentes da população, mas distantes da vida intelectual refinada da capital paulista, entendiam-no como "blasé". Condenavam sua relação com a arte moderna e mesmo suas visitas constantes à Europa para avaliar exposições. Representando a opinião generalizada de vereadores presentes à sessão de 27.05.1953, aferível pelas manifestações de apoio, Gumercindo Fleury (PTB) condenou a realização da I Bienal de Artes, ocorrida no ano anterior sob a direção do mesmo Ciccillo, e lastimou que ali se apresentassem as "tristezas que a arte moderna pode oferecer [...] uma arte que ninguém compreende, que ninguém sente, que a ninguém faz vibrar."

A partir de meados do ano de 1952, a Câmara tentou alterar a composição da Comissão do IV Centenário no sentido de limitar a liberdade de atuação do seu presidente e também introduzir na Comissão componentes que representassem instituições da sociedade civil, permitindo um controle por representantes da população situados no interior da entidade. Ou, como afirmava Farabulini Jr. (PR), sessão de 08.05.1952, um dos vereadores apoiadores da alteração, "era

13. Na sessão de 18.02.1952, o vereador Arruda Castanho (PDC), encaminhou um requerimento ao Executivo Municipal pedindo informação a respeito da nomeação de Maria do Vale, filha do prefeito Armando de Arruda Pereira, para servir como Assistente do Presidente da Comissão dos Festejos. Nos meses seguintes, diversos parlamentares se referirão a tal nomeação como nepotismo e outros, apoiadores do prefeito, membros do PSP, defenderão a atitude do Presidente da Comissão.

preciso abrir a Comissão para participação de entidades representativas da opinião pública paulistana."

Em junho, em caráter urgente, a Câmara requereu [14] ao prefeito responder a diversas informações sobre a atuação da Comissão, denotando o estado de exagerada autonomia assumido pela entidade. Os vereadores queriam saber quantos funcionários a autarquia empregava, quais suas funções, uma descrição minuciosa das obras, seus custos e prazos a serem cumpridos, enfim, quais eram os planos para a realização das Comemorações. Assim instado, o prefeito vetou a parte do projeto que inseria representantes populares na Comissão, mas promulgou a Lei Municipal n. 4.297, de 27.09.1952 que, de toda forma, passou a exigir que mês a mês a Comissão prestasse contas de suas ações, executivas e financeiras.

Embora se manifestassem vozes críticas na Câmara de Vereadores, a instituição sofria direta influência dos executivos estadual e municipal, dominados pelo PSP adhemarista. Assim, comemorações do IV Centenário contavam com todo o apoio oficial e apesar de a Comissão desfrutar de ampla autonomia, a estrutura governamental é que sustentava o conjunto das atividades e interesses. Neste sentido, o partido majoritário no período da 2ª Legislatura, por meio de seus vereadores, procurou facilitar a atuação da Comissão do IV Centenário liberando as verbas necessárias e disponíveis.

Entretanto, mesmo com o terreno aplainado, a questão da dotação orçamentária nunca foi consenso entre os vereadores. Quando o montante estipulado para ser entregue pela Prefeitura paulistana à Comissão, de 300 milhões de cruzeiros, correspondente a 50% da verba inicial para as Comemorações, passou a ser discutido na Câmara, a questão tornou-se polêmica. O vereador Gumercindo Fleury, PTB – sessão 27.06.1952 – que fora membro da anterior Comissão dos Festejos, presidida pelo prefeito Antônio Arruda Pereira, antes mesmo de assumir o executivo municipal, comparando a ação das duas comissões, defendeu a primeira experiência: aquela Comissão não havia recebido nenhuma verba e realizara todo o planejamento inicial.

Ainda no mês de fevereiro daquele ano, pouco após a criação da autarquia, o vereador José Nicolini (PTB), sessão 21.02, discursou dizendo que não via motivos de se conceder ao Executivo tão avultada verba, no momento em que o povo se debate procurando livrar-se das enormes dificuldades em que se encontra, com o aumento compulsório e continuo dos gêneros de primeira necessidade, enfrentando, com denodo o alto custo de vida. Não vejo motivo para que a Prefeitura de São Paulo coloque em primeiro plano [...] os festejos do nosso próximo Centenário, que por certo farão com que o custo de vida mais se eleve, uma vez que para realização dessas ostentações inexpressivas e improfícuas teremos, sem dúvida, nos valer da inflação monetária.

14 .Sessão, 9 de junho de 1952. Assinaram o requerimento, Gumercindo Fleury (PTB), Hermínio Vicente (PSB), Rubens do Amaral (UDN), Thomé Filho (PSP), Benedicto Rocha (PST), Hélio Fiori (PTN), Nicolau Tuma (UDN), Valério Giuli (PDC), Cillo Neto (PSB), Benedito Quintino da Silva (PDC), Gabriel Quadros (PDC), José Nicolini (PTB), Américo Rossini e Homero Silva (UDN), Jarbas Tupinambá (PSD), Marcos Mélega (UDN).

Mesmo após as primeiras comemorações, ocorridas no Anhangabaú no dia do aniversário da Cidade, podiam-se ouvir na Câmara vozes condenando o excesso de dinheiro envolvido nos eventos. Na sessão de 27.01.1954,[15] o vereador Gabriel Quadros, censurando os festejos, afirmou que os problemas ocorridos advinham da pequena representação dos parlamentares municipais na Comissão. Dizia ele:

"Contribuiu o Município, face ao Decreto existente, com a vultosa soma de duzentos milhões de cruzeiros, dados de mão beijada, à faustosa Comissão do IV Centenário, na qual esta Câmara teve apoucados representantes, em grande minoria, sem voz ativa, como simples observadores, sem preponderância na votação das medidas postas em prática discricionariamente."

Buscando mesmo responder a reclamos deste gênero e justificar sua atuação à frente da Comissão, o seu presidente, Francisco Matarazzo Sobrinho, compareceu à Câmara pela primeira e última vez em 04.02.1954, pois pouco depois pediria demissão do cargo, adiantando-se à decisão de exoneração pelo então prefeito Jânio Quadros.[16] Ciccillo defendeu diante da Câmara a aplicação das verbas pela Comissão afirmando que "os gastos feitos até agora, pela Comissão, longe de empobrecerem, quer ao Estado, quer à Prefeitura, enriquecem o patrimônio público, pois cerca de 85% das despesas destinam-se a obras permanentes, algumas já concluídas e outras em via de conclusão".

A verdade é que as relações entre o mecenas da arte moderna e os populares representantes dos cidadãos paulistanos nunca haviam sido adequadas. Mesmo após a saída daquele prócer da autarquia, o vereador Elias Shammass, do PSP, partido que havia sustentado a Comissão e a liberação das verbas disponíveis para ela, levantou veemente protesto, na sessão 08.03.1954: contra a atuação daqueles que detiveram, em suas mãos, 620 milhões de cruzeiros, não dando ao povo uma participação condigna nas comemorações, dando um tratamento desigual a esta Casa, a esta Câmara, que é a mais legítima intérprete das aspirações populares. [17]

O desfecho crítico da presidência de Ciccillo na Comissão fora apressado pelo desenrolar das comemorações em seus momentos culminantes, isto é, o desfile patriótico do dia 25 de janeiro de 1954 e a preparação dos festejos de carnaval, que por suas características atrairiam e envolveriam massas populacionais. Nestas duas ocasiões, segundo opiniões de vereadores, a Comissão do IV Centenário se houve muito mal. Para estes críticos, ficou claro o caráter elitista dos organizadores e seu descarte para com os habitantes da cidade.

Para o vereador Valério Giuli (PDC), sessão 27.01.1954, apesar do entusiasmo popular por ocasião do desfile cívico de 25 de janeiro, a Comissão do IV Centenário deixara o povo nas ruas sem qualquer possibilidade de informação através de alto-falantes, através de outro qualquer meio. É de se lamentar que

15 Talvez porque o ano de 1953 tivesse conhecido momentos dramáticos maiores, tais como a campanha e a vitória do Movimento 22 de Março com a formação de um secretariado socialista pela primeira vez na história do município, e também por causa da greve dos 300 mil com as paralisações decorrentes, a Câmara pouco tratou das questões relativas à Comemoração do IV Centenário; deve-se também considerar que as decisões políticas estruturais sobre a questão estavam tomadas e as obras seguiam um ritmo acelerado.

16 Quando o vereador Farabulini Jr. pediu ao prefeito Jânio Quadros que chamasse a atenção de um membro da família Matarazzo sobre as condições de insalubridade em que seus operários trabalhavam – sessão 20.08.1954 – o seu colega Moraes Netto acrescentou com toda a ironia: "Queremos ver se o Sr. Prefeito terá coragem de enfrentar o industrial Francisco Matarazzo como enfrentou o outro de cuja Comissão do IV Centenário S. Ex.ª expulsou".

esse entusiasmo patriótico do povo, que o faz afluir às praças públicas, não tivesse encontrado repercussão de parte dos organizadores da Comissão dos Festejos que colocou praticamente este mesmo povo à margem dos referidos festejos.

Seu colega, Gumercindo Fleury (PTB), com a concordância de Alípio Henrique (PST), explicando que a iluminação nos locais de festejo havia sido muito deficiente e que "faltaram os rojões", entendeu quem foi o povo de São Paulo unicamente quem, na sua vigília e no seu entusiasmo, fez a festa maravilhosa dos seus 400 anos de vida! Infelizmente e isto precisa ser frisado — não pôde a Comissão do IV Centenário oferecer ao povo aquela festa que era esperada e que marcaria, por certo, um êxito maior.

Continuando, o mesmo vereador afirmou que o fiasco fora tão grande que a Comissão não teria sequer se responsabilizado "pelo próprio palanque oficial onde esteve S. Ex.ª o Senhor Presidente da República e S. Ex.ª o governador Prof. Lucas Nogueira Garcez [...] (pois o mesmo) não foi custeado por aquela autarquia, mas oferecido por uma firma particular"[18].

Diversos parlamentares – entre eles os adhemaristas Lino de Mattos e Cantídio Sampaio, do PSP, na mesma sessão, embora concordando com a precariedade das ações da Comissão dos Festejos, procuraram atribuir o sucedido à atuação do prefeito Jânio Quadros, e reclamaram que a Prefeitura esteve propositalmente ausente das comemorações; nem sequer teria enfeitado o seu próprio prédio[19].

Outro importante momento que esteve na base da cisão final entre a prefeitura e o presidente da Comissão dos Festejos foi por ocasião do carnaval. Também esta seria uma oportunidade em que os responsáveis pela autarquia poderiam promover a participação popular nas comemorações do aniversário da cidade. Mas não houve suficiente disposição ou sentido de dedicação ao evento.

A Comissão do IV Centenário assumiu a responsabilidade de organizar os desfiles de Carnaval, mas o fez contratando para isto uma instituição denominada Centro Paulista dos Cronistas Carnavalescos. No entanto, conforme o relato de diversos vereadores na sessão de 09.03.1954, na noite da apresentação dos carros alegóricos houve total descontrole da festa, que ocorreu de forma tumultuada, com grandes atrasos. A população que sem sucesso havia ficado de pé nas calçadas esperando por horas seguidas, respondeu violentamente aos desmandos e promoveu mesmo a depredação de alguns dos precários carros alegóricos que tardiamente iriam se apresentar. Dias depois correu a notícia de que três funcionários da Comissão do IV Centenário teriam desviado dos recursos desta festa a quantia de dois milhões de cruzeiros, "uma verba polpuda destinada à organização do carnaval".

17 Na sessão de 18.05.1954, Jarbas Tupinambá (PSD), discursou em homenagem a Ciccillo, no entanto mais nenhum outro vereador acrescentou qualquer palavra ao orador. Parecia pairar um mal-estar no ar.

18 Grande constrangimento pode ter ocorrido por ocasião da vaia que sofreu o presidente da República, Getúlio Vargas, ao comparecer ao dito palanque dos festejos. Por isto, teria a banda da Força Pública iniciado imediatamente a tocar a marcha militar Paris-Belfort, também denominado Hino MMDC de 9 de Julho. O patriotismo paulista parecia voltar-se mais uma vez contra Vargas.

19 O vereador Gabriel Quadros (PDC) – na mesma sessão - pai e apoiador do prefeito, explicaria que na verdade Jânio, por não ter nascido em S. Paulo, havia sido rejeitado nos festejos pela Comissão: "Foi usurpado ao Prefeito o direito de enviar sequer um convite aos seus familiares ou amigos para o comparecimento a quaisquer solenidades, sendo-lhe vedada a honra de ter um lugar reservado na Catedral, ao ser esta inaugurada [...] pois ele não havia nascido alhures, em qualquer borralho bandeirante!"

1951 Oca do Ibirapuera, arq. Oscar Niemeyer
Fonte: Wikicommons/ autor: Eduardo Yamanaka

Em 9 de abril, a Câmara preparou uma sessão solene para recepcionar o novo presidente da Comissão do IV Centenário, o poeta Guilherme de Almeida, que ao agradecer a acolhida prometia, numa clara alusão à administração anterior da autarquia, não mais permitir o "divórcio entre as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo e a Câmara Municipal[20]".

Objetivos ideológicos das comemorações

Diversos trabalhos acadêmicos já indicaram e reafirmaram o conservadorismo das comemorações do IV Centenário e seus objetivos ideológicos. Lembre-se aqui do excelente artigo de Paulo Marins sobre o parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista:

A modernidade cosmopolita das edificações de Niemeyer e do símbolo em espiral foram intensamente invocadas na propaganda oficial e nos anúncios publicitários privados publicados na imprensa. A vasta louçaria comemorativa do evento, broches, placas, além dos jornais e revistas, foram suportes para a expressão da "Aspiral" e da aspiração pelo futuro, que disputavam espaço ou se justapunham às representações de bandeirantes, de jesuítas e de alguns poucos índios – mas jamais de negros ou imigrantes. (MARINS, 2003)

A própria construção do Ibirapuera embora representasse uma decisão pela modernidade, bastante evidente no arrojo arquitetônico de Niemeyer, com suas formas em concreto armado, situou-se em meio a uma cidade que em nada seguiu sua indicação, ao contrário. De certa forma, o Ibirapuera foi criado para ser um nicho de ar e horizonte livres num conjunto sufocante de metrópole. Talvez sua função, para um determinado setor da elite, pudesse ser interpretada como uma existência justamente para deixar a cidade seguir o modelo mais tradicional, no qual a especulação imobiliária, a exploração mais cruel e evidente de todos os outros espaços, não mais com o intuito de uma convivência saudável como naquele parque, mas para o marketing mais deslavado. Assim alguns vereadores da 2ª Legislatura da Câmara Municipal apontaram a crise urbana

20 A partir desta data os Anais da Câmara registram diversas visitas do presidente da Comissão à entidade.

de seu tempo e suas consequências sociais para a pobreza e a precariedade da maioria da população.

O sentido ideológico das comemorações – a disseminação do conceito de bandeirantismo, a ilusão da conquista do progresso econômico para todos na "cidade que mais cresce no mundo" – ficava evidente na medida em que todas as ações festivas pretenderam convencer a maior parte da população que poderia usufruir de uma cidadania plena. Mais uma vez, diversas vozes advindas do Parlamento Municipal buscaram demonstrar a falsidade destas afirmações numa urbe carente de serviços básicos.

Muitos vereadores denunciaram a construção mitológica por trás de afirmações como: "o paulistano deve apresentar um justo orgulho por uma terra que tão generosamente recompensa os esforços de seus filhos[21]". Mas, é possível reconhecer alguma identidade na maneira como a elite ainda hoje pensa e se refere à "personalidade paulistana". Passados 60 anos daquele momento de comemoração para o grupo dominante, pode-se ainda tomar conhecimento de declarações de líderes empresariais como: "São Paulo tem o espírito de luta e conquista dos antigos bandeirantes. É desbravadora. É uma cidade que valoriza o trabalho e não quer nada de graça[22]".

Numa análise de conjunto dos discursos, debates e requisições parlamentares da Câmara Municipal, o pesquisador pode verificar que nem sempre se apresentou uma voz em uníssono, denunciando ou se indispondo ao projeto elitista de comemoração do IV Centenário. Entretanto, ali estava entre os mais críticos representantes eleitos pela população – mostrando que o benfazejo voto popular permitia a perseguição de objetivos de ampliação da cidadania – um grupo de exigentes fiscalizadores das autoridades e defensores de um desenvolvimento humano com melhores índices sociais, compatível com o conceito de cidadania democrática.

A instituição, levando em conta os limites da conjuntura política do período, e consideradas as regras de sua totalidade parlamentar, fez sua parte. Deslindou a pabulagem em que aquelas comemorações se constituíram para a maioria da população paulistana.

21. Informação retirada do jornal O Estado de S. Paulo, publicado em 25.01.1954.

22. As palavras são de Antônio Ermírio de Moraes, presidente do grupo Votorantim, conforme Revista Exame, 10.12.2003.

Referências

MACHADO, Alcântara. Vida e morte do bandeirante. São Paulo: Martins, 1965.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX. Bauru: Edusc, 2001.

BARROS, Liliana S. L. de; MOIZO, Rosana P. A. Formação administrativa da Cidade de São Paulo, 1854-1954. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, n. 199, p. 9-112, 1991.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Câmara Municipal de São Paulo: 450 Anos de História. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. Disponível em <http://www2.camara.sp.gov.br/dce/livros/livro_cmsp_450anos_2ed.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Cultura. Texto de Luís Soares de Camargo. História das ruas de São Paulo. Disponível em: <http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/Introducao.aspx>. Acesso em: 20 jul. 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (Coord.). São Paulo: uma viagem no tempo. São Paulo: CIEE, 2005.

GRAJEW, Oded. As escolhas de São Paulo. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 jan. 2014. Disponível em: <http://folha.com/no1401425>. Acesso em: 20 jul. 2015.

HECKER, Alexandre. Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965). São Paulo: Unesp, 1998.

LOFEGO, Silvio Luiz. 1954 – A cidade aniversariante e a memória coletiva: o IV Centenário da cidade de São Paulo. Proj. História, São Paulo, n. 20, p. 301-314, abr. 2000.

MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. Anais do Museu Paulista, história e cultura material, São Paulo, v. 6-7, n. 1, p. 9-36, 1999.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. Bandeirantes do progresso: imagens do trabalho e do trabalhador na cidade em festa. São Paulo, 25 de Janeiro de 1954. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 14, n; 28, p. 231-246, 1994. Disponível em: <http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3766>. Acesso em: 20 jul. 2015.

PAULA, Eurípedes Simões de. A segunda fundação de São Paulo: da pequena cidade à grande metrópole de hoje. Revista de História, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 167-179, mar. 1954. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36096/38817>. Acesso em: 21 jul. 2015.

PILAGALLO, Oscar; DIWAN, Pietra. São Paulo: de vila a metrópole. São Paulo: Folha de São Paulo, 2012. (Folha Fotos Antigas do Brasil, v. 1).

RODRIGUES, Marly. Parque Ibirapuera. Pesquisa e texto de Marly Rodrigues. Fotografias de Tetsuo Segui. São Paulo: Metalivros, 2012.

SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura. O Poder em São Paulo: História da Administração Pública da Cidade, 1954-1992. São Paulo: Cortez, 1992.

SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, Paula (Org.). História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 555-587. (História da cidade de São Paulo, v. 3).

SEVCENKO, Nicolau. Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Brasil Cidadão).

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11. ed. Brasília: UnB, 1998. p. 585-597. Disponível em: <http://www.filoczar.com.br/Dicionarios/Dicionario_De_Politica.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. Ibirapuera. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo; Secretaria Municipal de Cultura; Departamento do Patrimônio Histórico, 1977. (História dos bairros de São Paulo).

CAPÍTULO 3

DEBATES QUE TOMARAM CONTA DO PLENÁRIO, COM A EXPLICITAÇÃO DAS DISCUSSÕES EM TORNO DE PROJETOS POLÊMICOS

Lúcia Helena Polleti Bettini[1]

1. Doutora em Direito do Estado – subárea Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009); Mestre em Direito do Estado – subárea Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Integra o Conselho Editorial da Revista de Direito Educacional e da Revista de Direito das Comunicações, Editora Revista dos Tribunais. Professora na Universidade Presbiteriana Mackenzie, Professora titular da Universidade de São Caetano do Sul - USCS-IMES nas Escolas de Direito e Comunicação, Professora no Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública e Direitos Humanos, Professora Conferencista da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, Professora convidada da Fundação Dom Cabral e Professora no programa de Mestrado da Faculdade de Direito Sul de Minas - FDSM em 2014, onde também lecionou na Especialização e Graduação. Autora de diversos artigos científicos e livros em coautoria.

"Há dois modos opostos de compreender a promoção da vida política. O mais fácil – e que não conduz a nada de bom – é o modo hábil, esperto ou violento. O mais difícil e exigente, mas de valor construtivo e progressista – é o modo moral, ético ou humanista"

André Franco Montoro

"Hoje, no mundo todo, fortalece-se a consciência ética de que os regimes políticos, tanto no plano da organização estatal, quanto na esfera internacional, só têm legitimidade quando adotam, integralmente, o princípio republicano e o princípio democrático(...) Trata-se, na verdade, de princípios essencialmente complementares, e que respondem às duas questões fundamentais de toda organização política: Qual a sua finalidade última? Quem deve exercer a soberania, isto é, o poder político supremo?"

Fabio Konder Comparato

O presente capítulo pesquisa e registra, dentre questões relevantes ocorridas na 2ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo, período de 1º de janeiro de 1952 a 31 de dezembro de 1955, alguns dos debates que foram levados ao plenário. As discussões serão as que se apresentaram em projetos polêmicos e que, de alguma forma, ainda hoje, refletem a realidade, especialmente dos que vivem em São Paulo. Apesar da condição jurídico-constitucional de município, dotado de autonomia e afirmado como ente federado, pessoa política de direito público interno, só acontecer em 1988 com a Constituição vigente, pode-se observar que as situações ali discutidas são as mesmas que nos afetam e nos influenciam diretamente na atualidade, tal como no período em estudo, na vida dos que aqui moravam. Os temas abordados perpassam a importância do Município e sua atuação, conforme legislação existente à época; o papel do vereador e sua condição diante de exercício de representatividade do povo e consequente atuação que deve ir ao encontro da ética na política, no parlamento; e, também, por temas que começavam a ganhar relevância destacada e influenciar não só o crescimento da cidade, como também a sua condição econômica. Vale destacar que muitas das questões ganharam tratamento diferenciado em razão do IV Centenário da cidade de São Paulo, o que está documentado fartamente. No presente estudo, a autonomia municipal, a escolha de André Franco Montoro em razão de sua postura ética e consequentes decisões como forma de exemplo de atuação esperada dentro da Casa Legislativa, e as temáticas já

2 Bastos e Martins (1993), ao estudarem os municípios, os reconhecem como a forma de organização primitiva da vida do homem sedentário, portanto, para tal vivência se faz necessário o poder político, o que engendra a descentralização e autonomia. As Cidades-Estados Gregas são a primeira representatividade dessa realidade.

3 A Constituição de 1988, em seus artigos 1º e 18º, afirma a condição de municípios de pessoa jurídica de direito público interno e dotado de autonomia. São eles respectivamente:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

Art. 18º A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

4 A partir da Cidade de Roma que se engendra o grande império.

discutidas na ocasião, quais sejam, a questão dos transportes e sustentabilidade ambiental como posturas municipais, estão sustentados por meio de projetos de lei polêmicos que chegaram ao plenário.

Do ponto de vista metodológico, ele foi viabilizado por meio de pesquisa documental no Departamento de Pesquisa da Câmara Municipal, que forneceu ampla coleção de recortes dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Diário de São Paulo*, muito presentes na cobertura do Legislativo à época; bem como a listagem de alguns dos projetos de lei constantes dos anais da Câmara.

Todo material pesquisado – jornais de grande circulação da época, incluindo as fotos utilizadas para ilustração do artigo – integra o acervo da Câmara Municipal de São Paulo.

Discussões acerca da Autonomia do Município de São Paulo

A condição jurídico-constitucional dos municípios na atualidade[2], ente político, dotado de autonomia, administrativa, legislativa e financeira, não existia à época da 2ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo, mas o Parlamento Paulistano já se pronunciava de forma a resgatar e individualizar tal condição à cidade de São Paulo[3], uma vez que a particularização da organização social lhe é inerente.

A origem da instituição Câmara Municipal encontra-se na Roma Antiga[4] e a atividade da vereança[5](SILVA, 1995), está relacionada com o bem comum (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 20--). Durante todo o período de colonização, as ordenações do reino indicavam o exercício das atividades na cidade e, os vereadores detinham atribuições administrativas dotadas de coercibilidade, especialmente acerca do abastecimento precário de alimentos, com destaque à carne, e questões sobre encarceramento[6] (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 20--).

Com a Independência do Brasil, 7 de setembro de 1822, D. Pedro I outorgará a primeira Constituição brasileira em 25 de março de 1824. Com a intenção explícita da resolução da questão da unidade nacional, a opção pela centralização do poder restou evidente, mas sem o afastamento dos elementos estruturantes da teoria política da época, entre eles, o constitucionalismo.

Para tanto, além da Constituição escrita, liberal, a adoção da separação dos poderes ratifica a influência da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, em seu artigo 16[7]. Seguiu o modelo de Benjamim Constant, modelo quadripartito, incluindo o Poder Moderador ao lado do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, exercido privativamente pelo Imperador[8], até para que se configurasse a unidade nacional[9](BARROSO, 2012).

5 Vale destacar que o vereador era chamado Edil, sendo que em Roma tinha o sentido de indicar o magistrado que iria zelar pelos interesses comuns. Por extensão, passou a designar o vereador municipal que tinha atribuições de decretar as posturas municipais acerca das construções, interesses municipais e de seu povo.

6. Em 1720, no mesmo sobrado, funcionavam, no andar de cima, o Senado da Câmara e, embaixo, o açougue e a cadeia.

7. Art. 16º A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição.

8. Art. 98º O Poder Moderador é a chave de toda a organisação Politica e é delegado privativamente ao Imperador como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independencia, equilibrio, e harmonia dos mais Poderes Politicos." Consoante os princípios de Constant, a Constituição estabelece (sic):

9. Cf. BARROSO, Luis Roberto. "Curso de Direito Constitucional Contemporâneo". São Paulo: Saraiva, 2012. págs. 89 e ss. Destaque ao grande atraso que houve no tocante à chegada do liberalismo, vez que os traços patrimonialistas que darão sustentação ao domínio do Imperador, Igreja e nobreza se prolongam no tempo.

A centralização do poder resulta em submissão das províncias ao poder central, por meio do seu presidente que era escolhido e nomeado pelo Imperador, procedimento que se repetia com as chefias de polícia, portanto, havia influência em todos os órgãos dotados de autonomia municipal[10] (BASTOS; MASTINS, 1993).

Somente com o advento da República, 1889, é que as forças descentralizadoras oriundas dos poderes locais irão sustentar a condição de federalismo[11] , o que explicita, ao lado dos Estados, a atuação das províncias. Ademais da divisão dos poderes e do federalismo formalmente existirem em Constituição escrita – Primeira Constituição da República, 1891 –, o que se configura no plano fático é o poder em mãos de poucos, ou seja, as oligarquias sustentadas pela coerção, pela lei oral e o coronelismo[12]. Vários acontecimentos históricos marcam as lutas contra o regime oligárquico[13], o que irá culminar com a Revolução de 1930 e uma Constituição com ideais sociais, desconstruída na sequência pelo Estado-Novo e pelo estabelecimento da ditadura. Somente com o advento da Constituição de 1946[14] [15], se traz a questão da redemocratização e descentralização por meio da federação, mas o município continua inferior diante da União e Estados[16], e aparece como uma entidade estatal de terceiro grau[17] .

Nesse contexto histórico e político, verificamos a existência dos ideais constitucionais[18] da redemocratização e consequente representatividade do povo pela atividade da vereança[19] , e do federalismo, com a autonomia na realização das funções do Poder do Estado, no caso o Legislativo com as funções principais de elaborar as leis e fiscalizar as contas do Executivo. As funções principais do Legislativo, no caso o Parlamento de São Paulo, foi matéria constante da discussão em plenário que envolvia a aprovação das contas do prefeito, destaque-se, que fora indicado pelo governador e, por duas vezes consecutivas, a Câmara Municipal não enfrentou a questão da verificação dos gastos, ou seja, não houve apreciação e votação de projeto de lei que aprovasse as contas apresentadas pelo Executivo, descumprindo com sua missão de fiscalizar e aprovar as contas do prefeito, ressalte-se, que deveriam estar de acordo com a lei orçamentária do parlamento paulistano, sem votação, sem enfrentamento da questão pelos representantes do povo de São Paulo. Havia a ausência de autonomia do município ainda em razão das influências dos períodos anteriores, nos quais o patrimonialismo era constante e, ainda, a ausência do interesse público nas tomadas de decisão.

O que se almejava era que o Parlamento paulistano pudesse apreciar as contas de um prefeito eleito e, se necessário, lhe atribuir a responsabilidade pela atuação. Retomam-se, em plenário, os mesmos anseios de 1932: autonomia! Agora para que se apreciem os gastos que foram além dos aprovados no orçamento, destacadamente, por meio de contratações e desfiles carnavalescos e a cada inauguração de obra próxima às eleições. Apesar de não haver rejeição

10.Afirma José Afonso da Silva e Celso Ribeiro Bastos.

11.O Federalismo tem por característica fundamental a descentralização que irá se sustentar por meio de autonomia, seja ela material, legislativa ou financeira

12.Vale repetir Luis Roberto Barroso (2012) acerca do patrimonialismo e sua herança maldita, qual seja, o cargo público, e com isso, no local do dever funcional o que se pedia em troca pelas nomeações eram os favores, a gratidão e lealdade ao chefe em primeiro lugar. O que se delineava era uma pessoalidade e corrupção, com afastamento do interesse público.

13.Ives Gandra da Silva Martins (BASTOS; MARTINS, 1993) afirma que: "Por fim, a República, que no Brasil surgiu com o movimento armado de 1889, não se tem revelado fator de estabilização maior do que fora a monarquia, sendo inúmeros os movimentos insurrecionais que gerou, não para modificá-la, mas para alterar os governos, mesmo à custa da democracia".

14.Apesar do pós-Segunda Grande Guerra ser reconhecido como um dos marcos do constitucionalismo contemporâneo, as influências ao texto de 46 não foram tão grandes, uma vez que se buscou nas constituições anteriores, do Império, 1824 e 1934 as respostas para 1946.

15.Cf. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946:

Art 1º - Os Estados Unidos do Brasil mantêm, sob o regime representativo, a Federação e a República.

Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido.

§ 1º - A União compreende, além dos Estados, o Distrito Federal e os Territórios.

§ 2º - O Distrito Federal é a Capital da União.

16.Celso Bastos e Ives Gandra em "Comentários à Constituição" (1993) identificam que as necessidades básicas do bem-estar individual defluíram da vida do município.

17.Cf. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores, 2011. p.. 639 e SS. Silva (2011): "Acolhe-se assim a reivindicação de municipalistas clássicos, como Hely Lopes Meirelles e Loredo de Melo, que pleitearam com insistência e veemência a inclusão dos Municípios no conceito de nossa Federação. Esses autores já sustentavam que o Município é peça essencial de nossa Federação, desde a Constituição de 1946, que o erigiu à entidade estatal de terceiro grau, integrante e necessária ao nosso sistema federativo".

Valerio Giuli
Fonte: Acervo CMSP.

das contas, o plenário discute e resgata as questões relacionadas à autonomia que deve ser dada aos municípios, sendo possível a eleição do representante da comuna diretamente pelo povo, o uso do dinheiro público quando este uso for ao encontro da busca do bem comum[20] [21]e não de interesses alheios ou particulares[22.] Fica evidenciado no projeto em destaque a necessidade de se assumir como princípio a supremacia do interesse público, votações e manifestações do parlamento que estejam consoantes aos interesses dos que vivem na cidade e não de alguns grupos ou de pessoas determinadas e seu interesse particular.

Vale transcrever integralmente a manifestação do Vereador Valério Giuli, Comissão de Finanças do Orçamento, em Projeto de Resolução nº 12/51, favorável à aprovação das contas do exercício, na legislatura seguinte, na qual a questão da autonomia municipal aparece enfaticamente. É a manifestação:

"O Parecer da Nobre Comissão de Finanças com referência às contas do ex-prefeito, e hoje Deputado Estadual, Asdrúbal Eurytisses da Cunha, examinou a segunda peça desta natureza deste plenário da Câmara.

Na legislatura passada, Senhor Presidente, quisemos demonstrar aos nobres colegas de então, que uma das funções precípuas de um legislativo, é sem dúvida alguma, o exame do orçamento do Município e a análise das contas de um Prefeito, isto é, como o Chefe do Executivo usou o dinheiro que a Câmara lhe deu, através de um orçamento aprovado.

Acredito, Sr. Presidente, que na Legislatura que se findou em 1951 razões políticas perduraram ao derredor deste Parecer durante todo o tempo que ele permaneceu na pauta, visando os colegas de então que a Câmara não entrasse no mérito da peça, porque, como dissemos em discurso anteriormente pronunciado, a única peça neste sentido que entrou nesta Câmara foi sumariamente rejeitada por duas vezes.

O Parecer terminou pela aprovação das contas do Sr. Prefeito Asdrúbal Cunha e outro não é nosso pensamento, Sr. Presidente. Também somos a favor de sua aprovação, porém não podíamos naquela altura, como não podemos hoje, deixar de fazer uma referência a determinados atos daquele Prefeito, que, embora praticados a contragosto de S. Exa., vêm de certa forma, demonstrar de maneira inconfundível este inconveniente extraordinário de termos, ainda, no Município de São Paulo, prefeitos nomeados pelo Sr. Governador do Estado. E nosso discurso de então terminava, Sr. Presidente, num verdadeiro grito de ânsia, que seria encaminhado ao Senado Brasileiro, para que devolvesse a São Paulo, o mais depressa possível, sua autonomia, a fim de que pudéssemos nós, legisladores, examinar serenamente as contas de um prefeito eleito, atribuindo-lhe integral responsabilidade de seus atos..." (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 1).

18.A Constituição de 1946 reafirma ao Município a responsabilidade pelo peculiar interesse que, por meio de interpretação, afirma tudo que fosse interesse do Município, com o afastamento da vagueza e imprecisão do conceito.

19.Hely Lopes Meirelles ao estudar o município e interesse peculiar, vai afirmar a predominância do interesse do Município sobre a União e Estados, sendo que pode haver o entrelaçamento de interesses.

20.Além das discussões aqui tratadas envolverem diretamente a Comissão de Finanças, houve manifestação favorável de André Franco Montoro, tanto no que diz respeito à autonomia municipal como na utilização do dinheiro público nos interesse do povo. Integrava na 2ª Legislatura a Comissão de Constituição e Justiça.

21.A finalidade social dos Estados Democráticos de Direito é a busca do bem comum, que deve ser entendido como um de seus elementos estruturantes.

Na sequência, André Franco Montoro, da Comissão de Justiça, elogia as palavras do nobre colega e parlamentar, e vários outros vereadores integrantes de comissões distintas prosseguem com o mesmo discurso fundamentado em única vontade, o interesse público e sua preservação, sem se fazer bonito com chapéu alheio.

Ainda o Vereador Valério Giuli prossegue e completa o raciocínio acerca da manutenção do interesse público

"Qual o resultado de um Prefeito nomeado? Ele está aqui neste Parecer que nos é submetido a exame e, como sabemos é sobre um dos mais ilustres Prefeitos destes últimos anos, outras contas já virão Sr. Presidente. Uma delas já foi rejeitada e outras virão e provarão de sobejo, que o Prefeito nomeado, mesmo dentro de uma linha de honestidade administrativa, conduta ilibada, não pode fugir às exibições de carnaval e admissão de funcionários, tudo isso, com graves prejuízos para os cofres municipais.

Que nos devolvam, Sr. Presidente, nossa Autonomia..." (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 1).

Discussões acerca da ética no parlamento

Discutir e afirmar a ética no parlamento[23] , destacadamente na 2ª Legislatura da Câmara Municipal, 1952/1955, implica em reconhecer algumas questões que passam a influenciar os Estados Democráticos de Direito, especificamente no pós-Segunda Grande Guerra Mundial. Por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, além de delimitar parâmetros para as Constituições, haverá uma aproximação do direito e ética pelo reconhecimento da dignidade da pessoa humana nas tomadas de decisões políticas num sentido alargado[24].

Apesar de a Constituição de 1946 não prescrever a dignidade da pessoa humana de forma expressa, o que só viria em 1988[25], as discussões acerca da redemocratização, proteção das liberdades e dos direitos, era o almejado[26]. O exercício da democracia nos moldes da origem dos municípios no Brasil, em especial Brasil-colônia, muito se assemelha às cidades-estados gregas[27].

Necessário se faz resgatar a condição de ente federado e da doutrina que, fundamentada em Kelsen, afirma a existência de esferas de atuações, o que será denominado por Celso Bastos como níveis de atuação de cada ente federado. Apesar do pensamento de nossos doutrinadores, sabemos que, ainda hoje, remanesce um ranço de centralização, pois há maior importância na atuação da União que aos demais entes federados.

O mesmo contexto retro mencionado era o dominante na 2ª Legislatura da Câmara Municipal Paulistana, seja no que diz respeito à autonomia, como na

22. 5ª Sessão Ordinária de fevereiro de 1952, na qual o vereador Valério Giuli discute a necessidade de se devolver a São Paulo, o mais depressa possível, a autonomia do município no que se refere à eleição do prefeito e, em seguida, se fala de uma lei referente aos combatentes da revolução de 1932 que, segundo o citado Vereador, oneram os cofres públicos injustamente. Nas suas palavras: "... famigerado artigo 30, esse artigo que visa recompensar aqueles que lutaram por São Paulo, em 32. Chamamo-lo famigerado artigo 30, porque sabemos perfeitamente que foram por ele beneficiadas criancinhas, verdadeiros nenês que, talvez, tenham prestado seus serviços à revolução, experimentando mamadeiras nas trincheiras. E permito-me sugerir à Câmara que vote, imediatamente, uma lei que se encontra nesta Casa, fazendo cessar de pronto os benefícios do artigo 30, porque, consultados dados estatísticos, participaram da Revolução de São Paulo, em 32, mais pessoas, possivelmente, do que a população de São Paulo naquele ano. E São Paulo perdeu a revolução!..." — Pag. 320 do 1º volume dos Anais de 1952.

23 Cf. André Franco Montoro (1996) que, posteriormente, já no fim de sua carreira e vida política, escreveu sobre a ética na política e, inicia as discussões acerca do tema citando J. Maritain: "A máxima segundo a qual a política deve ser indiferente ao bem e à moral é um erro fatal", ou seja, retomada das exigências éticas.

24. Atualmente vivenciamos tais influências pelo reconhecimento do constitucionalismo contemporâneo que tem, respectivamente, por marcos histórico, filosófico e jurídico, o pós-Segunda Grande Guerra e Declaração de Direitos Humanos, a dignidade da pessoa humana e a supremacia da norma constitucional.

25. O art. 1º Inciso III da Constituição de 1988 traz, de maneira expressa, como um dos fundamentos do Estado brasileiro, a dignidade da pessoa humana.

26. Apesar de a Constituição de 1946 não trazer ao Município a condição de ente federado, a Supremacia da Constituição e respeito à democracia e, nos dizeres de Bobbio, o "poder em público", deve prevalecer.

27. Na antiguidade clássica, século V a.C. já existiam as polis gregas como referência não só à democracia como ao constitucionalismo.

discussão que lhe é consequente e intrínseca, a ética[28] no parlamento, ou seja, uma atuação que no mínimo sustente a autonomia municipal e o interesse e representatividade dos munícipes, e consequente afastamento do patrimonialismo ou negociações com os interesses públicos, para que se possa afirmar a vivência na comunidade.

Celso Bastos[29](2002) ao afirmar a existência dos níveis de governo, destaca aos municípios competências que digam respeito ao interesse local, ou seja, às necessidades imediatas, que podem, ainda que indiretamente, em maior ou menor repercussão, afetar as necessidades gerais[30] (BASTOS; MARTINS, 1993).

A sessão plenária de 30 de dezembro de 1953 para votação e escolha, cargo a cargo, da mesa diretora dos trabalhos da Câmara Municipal de São Paulo no ano de 1954, nos moldes do regimento interno da referida Casa Legislativa, começa com o respeito ao devido processo legislativo, o que deve ser entendido não só como observância da lei, mas que se soma a uma atitude ética[31], a posturas ético-jurídicas, desde a escolha que respeite formalmente os requisitos para votação, a condição democrática do parlamento e existência e atuação de vários partidos políticos, como também, a justificativa, a motivação da opção daqueles que irão conduzir todos os trabalhos parlamentares na sessão legislativa que terá início no ano seguinte.

Todo o procedimento se deu em respeito ao Regimento Interno do Parlamento Paulistano, com a eleição do presidente da mesa diretora dos trabalhos, sendo selecionado aquele que alcançasse maioria absoluta, ou seja, cinquenta por cento mais um dos votos dos membros da casa[32]Há todo um trâmite que implica, inclusive, na verificação da cabine indevassável e existência do número de cédulas com o nome de cada vereador para eleição dos cargos da mesa de trabalhos.

Observar todos os parâmetros legais é a postura que se espera de todo parlamentar, sejam tais regras ou princípios, expressos ou implícitos, decorrentes da função que desempenham, atuação que se compatibiliza com a representatividade e interesses do povo. Ainda que tal postura não venha descrita em cada procedimento e atos constantes do regimento é sua fundamentação, a justificativa que deve permear toda atividade parlamentar.

Portanto, tal verificação é premissa da votação e escolha de cada parlamentar para os cargos da mesa de trabalhos. Tal sessão teve alguns acontecimentos que determinaram a realização de novos e repetidos escrutínios, desde o cargo de presidente até os de secretários. Seja por votação que, em desacordo com as normas regimentais não indicaram o eleito, vez que, somente aquele que alcançasse a maioria absoluta dos votos dos membros da casa estaria eleito, ou ainda, por consequência de discussões internas de parlamentares que declinaram da indicação de seus nomes para dar força a outro grupo ou vereadores

28. Cf. COMPARATO, Fábio Konder. "Ética: Direito, Moral e Religião no mundo moderno." São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Págs. 584 e SS. O Autor inicia as discussões sobre dignidade da política com o reforço do pensamento de Aristóteles, o qual afirma o homem como ser político, e o desenvolvimento integral de sua personalidade quando existe convivência em uma comunidade organizada por normas de comportamento.

29. Cf. BASTOS, Celso Ribeiro. "Curso de Direito Constitucional" São Paulo: Editora Saraiva, 2002. págs 512 e 513. "No que toca à repartição de competências entre os três níveis de governo existentes no Brasil, a Constituição adotou o seguinte critério: competem aos Municípios todos os poderes inerentes à sua faculdade para dispor sobre tudo aquilo que diga respeito ao seu interesse local... é evidente que não se trata de um interesse exclusivo, visto que qualquer matéria que afete uma dada comuna findará de qualquer maneira, mais ou menos direta, por repercutir nos interesses da comunidade nacional."

30. Cf. BASTOS, Celso Ribeiro e SILVA MARTINS, Ives Gandra. "Comentários à Constituição do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988" São Paulo: Editora Saraiva, 1993. 3º volume, tomo II, p. 146.

31. Adotamos no presente artigo o conceito de ética como ciência da moral, dos mores, dos comportamentos esperados socialmente para determinada atividade.

32. Cf. Regimento Interno da Câmara Municipal.

Vereador André Franco Montoro

Fonte: Acervo CMSP.

dentro das eleições, o que rompe com a conduta parlamentar esperada em razão do respeito aos eleitores, os cidadãos e sua vontade[33].

Tal dinâmica gerou por parte do vereador André Franco Montoro, filiado ao Partido Democrata Cristão[34], o pedido de renúncia, amplamente noticiada pelos jornais da época[35](FRANCO, ENTRE 2012 E 2015), constante dos anais da Câmara Municipal em sessão plenária[36] e de biografia elaborada pelo Senado Federal do ilustre parlamentar[37]. Destaque-se que, apesar do pedido de renúncia em sessão plenária, ela não foi aceita, vez que a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal, artigo 29, afasta a aceitação da renúncia que deve ser expressa e por ofício. Foi uma forma de protesto ao mecanismo utilizado para preenchimento dos cargos existentes na direção da mesa de trabalhos no Parlamento Paulistano, que se desvia da ética parlamentar, ou seja, dos comportamentos que são os esperados pelos vereadores no exercício da vereança, representar o povo e não o interesse segmentado e particular de candidatos, partidos[38].

Ratificando o pensamento que sustentou a renúncia ao mandato em 1953, André Franco Montoro[39](1996) escreveu para o Centro de Estudos Konrad Adenauer acerca da ética na política e, com fundamento no pensamento de Maritain, chega à conclusão da necessidade de um humanismo político, ou seja, aquele que apoia a vida política com o sucesso para uma nação e o interesse público e não o interesse particularizado[40]. Tal pensamento refere-se à natureza humana que foi reverenciada na Declaração Universal de Direitos Humanos, portanto, deve ocorrer em todas os setores da vida social, especialmente quando vislumbra-se a representatividade nas democracias.

Ressalte-se que Montoro sempre repetia: "As pessoas vivem nas cidades, não nos estados nem nos países", o que demonstrava sua preocupação com o cidadão, com a população, público-alvo das ações governamentais. Utilizando-se do pensamento de Ortega y Gasset, afirma que a ética é o lugar da liberdade, mas do reconhecimento de pessoas em sociedade e não de sua coisificação, com respeito à dignidade inerente à condição do humano.

Vale encerrar a questão com a menção à Max Weber[41](1968) e distinção entre a Ética da Convicção e Ética da Responsabilidade que tem por antecedente, no pensamento weberiano, a diferença entre "viver para a política" e "viver de política", ou seja, a distinção entre o interesse público e o interesse privado são determinantes para atuação coerente e adequada na política. Para tanto, Weber vai afirmar e diferenciar a ética da convicção e a ética da responsabilidade, com preocupação focada nos meios e fins, nas consequências.

A Ética da Convicção relaciona-se com o cumprimento do dever, mas no que diz respeito aos resultados da ação, responsabiliza-se a vontade de Deus: "O cristão cumpre seu dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus".

33. Cf. sessão plenária de dezembro de 1953

34 O fato de André Franco Montoro ser filiado ao Partido Democrata Cristão nos permite identificar o pensamento do teólogo Frances Jaques Maritain e influências em sua vida política e de Professor de Direito com fundamentação em humanismo político.

35. Acervo do Estado de São Paulo em http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,franco-montoro,711,0.htm

36. Cf. Requerimento nº 1-54

37. As renovações ao pensamento do Partido Democrata Cristão e influências de Jaques Maritain e Concílio Vaticano II implicaram no apoio à descentralização e chamada dos governados para participação nos atos de poder, o que demonstrou maturidade política e coerência com o pensamento acadêmico.

38. Quando referimos o devido processo legislativo constitucional como decorrente do processo legal, apontamos para o contraditório e ampla defesa também nas tomadas de decisão na Casa Legislativa. Ou seja, todas as decisões devem ser motivadas e, quando houver citação a outro parlamentar ou grupo de parlamentares, nasce o direito de defesa, ao contraditório, o que ocorreu na ocasião da renúncia de André Franco Montoro e eleição para presidente da mesa dos trabalhos da Câmara Paulistana, William Salem.

39. MONTORO, André Franco. "Retorno à ética na virada do século". Fundação Konrad-Adenauer-Sifitung, Centro de Estudos, 1996. Pág. 02. Comunicação no V Congresso Brasileiro de Filosofia, São Paulo, Setembro de 1995.

Quanto à Ética da Responsabilidade: "Devemos responder pelas previsíveis consequências de nossos atos"[42](WEBER, 1968).

Transcreve-se o pronunciamento do Presidente da Câmara, no 1° volume dos Anais da Câmara de 1954, acerca de requerimento e renúncia de André Franco Montoro:

"Nobres Vereadores. A Lei Orgânica do Município, em seu art. 29, parágrafo único, e o Regimento Interno desta casa, em seu artigo 21, § 1º, prescrevem o seguinte: As vagas na Câmara dar-se-ão apenas por falecimento, renúncia expressa ou perda do mandato, cabendo à Câmara declará-las por proposta de qualquer Vereador; parágrafo – A renúncia de vereador far-se-á por ofício, autenticado e dirigido à Câmara, reputando-se aberta a vaga, independente de aceitação expressa, desde que o ofício seja lido em sessão e lançado em ata." (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1954, v. 1).

Discussões sobre o crescimento da cidade e influências do IV Centenário

A década de 50 foi marcada por investimentos estrangeiros oriundos de política interna [43] que visava ao crescimento econômico brasileiro por meio de avanços no processo de industrialização[44](CAPUTO; MELO, 2009). Tais ações tiveram início no segundo governo Vargas e buscavam atingir o desenvolvimento da economia com a promoção da integração vertical da indústria, momento em que a parceria com os Estados Unidos da América se consolida junto com o investimento privado diretamente nas multinacionais[45].

As notícias dos jornais de grande circulação da época, multiplicavam a ideia de que a industrialização[46]era a única saída para o crescimento e o afastamento da crise oriunda do declínio da exportação do café. Tal discurso era o oficial, por meio, inclusive, de pronunciamento do Ministro da Fazenda do Presidente da República recém eleito, Getúlio Vargas. Na ocasião, Horácio Lafer, empresário paulista e parlamentar, foi o indicado para conduzir o processo de industrialização.

A indústria cresce no país em razão da internacionalização do capital[47] , tanto nas áreas do setor público como no privado, o que modifica o comportamento e o crescimento das cidades. Houve aumento da importação de bens de capital estrangeiro, com política garantidora dos custos que não criava problemas para o balanço de pagamentos, uma vez que, além de remuneração que atraia em razão de tal política, diminui-se a burocracia para que os investimentos ocorressem a contento.

No mesmo ano, a indústria automobilística teve uma progressão muito importante, uma vez que os automóveis já eram objeto de desejo do imaginário masculino[48], sendo que, em 1953, a Volkswagen começa a montar seus carros em São Paulo[49].

40. Tal situação na atualidade, por meio da interpretação das normas constitucionais, leva ao respeito ao humano, que não pode se confundir com coisa, objeto, mas sim pessoas. Discutir e abordar dentro do Parlamento Paulista em 2ª Legislatura, há mais de sessenta anos, mostra-nos um avanço e respeito à vida social nos moldes que o mundo começou a exigir por meio da Declaração Universal de 1948 no pós-Segunda Grande Guerra.

41.WEBER, Max. "Ciência e Política: duas vocações". São Paulo: Editora Cultrix, 1968. p. 114.

42. WEBER, Max. "Ciência e Política: duas vocações". São Paulo: Editora Cultrix, 1968. p. 112-113. Não podemos esquecer que as discussões se fundamentam em ética religiosa.

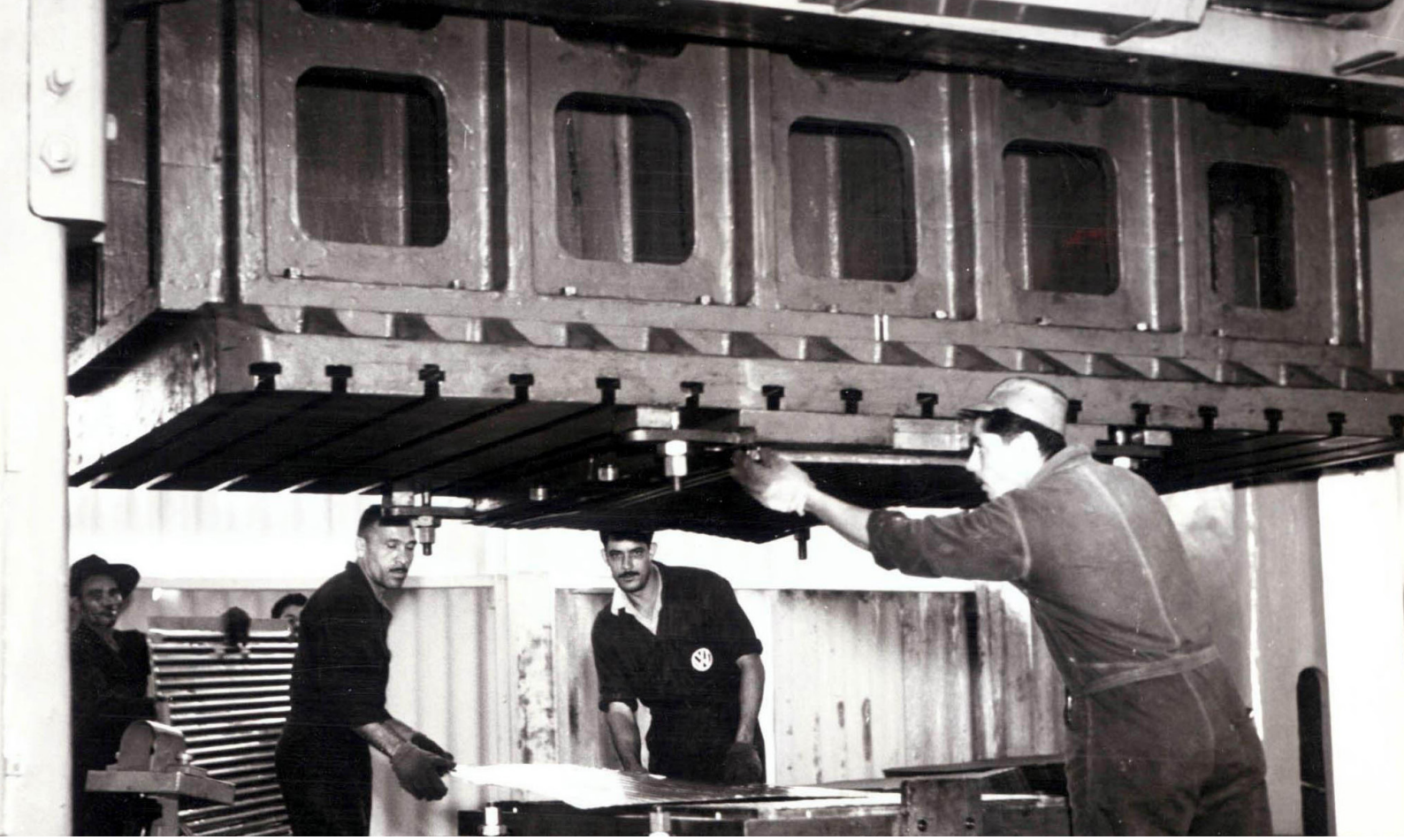
43. Nesta ocasião, além do ingresso de capitais estrangeiros, cria-se a Petrobrás e a Eletrobrás.

44. Cf. Estud. Econ. vol.39 n.3 São Paulo July/Sept. 2009 A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC Ana Cláudia Caputo; Hildete Pereira de Melo.

45. Somente após a Primeira Grande Guerra que, aos poucos, as empresas estrangeiras começam a se estabelecer no país.

46. O Estado de São Paulo, Fevereiro de 1951: "Industrialização é a única forma de enriquecer um país, o único caminho para tornar um povo industrial. A industrialização emancipa a nação das dificuldades cíclicas inevitáveis. Os industriais devem querer evitar o desajustamento entre a produção das suas fábricas e a capacidade aquisitiva do povo que servem. Por isso, os industriais detestam a inflação que, ao contrário do que muitos pensam, não favorece a indústria." Horácio Lafer, Ministro da Fazenda em discurso na FIESP.

47. Cf. BASTOS, Celso Ribeiro. "Curso de Direito Constitucional". São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002. p. 734 e SS. Conforme Bastos (2002), "realmente, as atividades industriais brasileiras vieram-se a desenvolver tardiamente...As primeiras atividades industriais de monta que se desenvolveram no nosso país datam de meados do século passado. A própria abolição da escravatura teve como motivo, dentre outros, o fornecimento de mão-de-obra quase gratuita às primevas utilidades do Estado já em grande parte voltadas para os serviços públicos. A partir daí, tivemos surtos industriais que só puderam despontar em virtude da contratação dos parques industriais estrangeiros durante as guerras mundiais."



Funcionários trabalham na linha de produção na fábrica da Volkswagen. 1958.
Foto: Acervo UH/Folhapress

Nesse contexto, a economia brasileira é modificada, pois a proibição da importação vem junto com a política de desenvolvimento industrial, fazendo com que toda a indústria automobilística[50]seja favorecida, inclusive pela exploração do petróleo, à tépoca, sinônimo de poder e de "acesso à vida melhor e abundante[51]".

São Paulo foi pioneiro nesse processo de verticalização da indústria, com destaque à indústria automobilística, pois várias montadoras se fixaram na cidade alterando sua dinâmica no tema transportes. Houve modificação na vida dos que ali viviam e alguns projetos de lei tomaram conta dos debates na Câmara Municipal.

Destacamos o momento que coincide com os 400 anos da Cidade de São Paulo e grandes comemorações durante todo o ano de 1954, mas especialmente, em 25 de janeiro daquele ano, aniversário da cidade. As comemorações aparecem em todos os jornais de grande circulação da época e vale destacar o Jornal de São Paulo em edição especial:

(Janeiro, 1954). "O IV Centenário da Fundação de São Paulo será comemorado durante todo o ano de 1954. Mas o auge dos festejos foi ontem, 25, dia oficial da maior cidade do Brasil – que atualmente conta com 2 milhões de população e parque industrial respeitável".

As comemorações foram iniciadas às 08h30 da manhã pelo Presidente da República Getúlio Vargas, que colocou flores junto ao monumento, à Fundação

48. Identificava-se um menino esperto por meio do conhecimento das marcas dos carros, sendo que havia na ocasião 39 modelos europeus e 37 norte-americanos no país, em razão da importação que corria tranquila.

49. O Estado de São Paulo, janeiro de 1951: "A Companhia Distribuidora Brasmotor já iniciou a montagem de carros alemães 'Volkswagen' e dentro de poucos dias será lançado o primeiro desses veículos inteiramente montado naquela organização".

50. A criação da Petrobrás vem ao encontro dessa política de desenvolvimento industrial-econômico.

51. Tal discurso era o utilizado pela ESSO na utilização do petróleo

de São Paulo, no Pateo do Colégio, Centro. Neste ato, estavam também presentes o Governador de Estado, Lucas Nogueira Garcez, e o Prefeito Jânio Quadros. Em seguida, eles foram à Praça da Sé, onde inauguraram a Catedral da Sé, em construção desde 1912.

[...](Janeiro de 1954). "O Parque do Ibirapuera foi o maior presente que São Paulo ganhou pela comemoração dos 400 anos de fundação. Até a presente data a cidade não tinha um grande espaço de lazer."

Destaque-se que todas as inaugurações feitas, especialmente as de janeiro de 1954, foram projetos oriundos da 2ª Legislatura, em específico, o Parque do Ibirapuera, 1953. Lazer, cultura, esportes em único lugar e acesso democrático, ou seja, como concretização do princípio democrático.

Nem sempre houve tranquilidade sobre os temas debatidos em plenário. Entre eles, houve ampla discussão na sessão realizada no dia 29.01.1954, na qual alguns vereadores dirigiram duras críticas ao então prefeito Jânio Quadros. Houve pronunciamento muito contundente do vereador Cantídio Sampaio, em discurso contra um projeto de Jânio Quadros sobre a construção de uma praça.

Segue o discurso em plenário:

"Atentem V. Ex.as para o Projeto de Lei 216-53, de agosto do ano findo [1953], através do qual o Sr. Jânio Quadros pretende alterar um Decreto do tempo do ex-Prefeito Abraão Ribeiro, no que tange à construção de uma praça no entroncamento das ruas Consolação e Martins Fontes. O pretexto é economia, pois propõe a redução da área do futuro logradouro, a pouco mais da metade da que fora aprovada. Entretanto, a praça primitiva, na forma do Decreto de 1950, deveria servir para o retorno de bondes, com o que não concordou a CMTC. Ora, se o fim a que se destinava desapareceu, como confessa o Prefeito na sua exposição de motivos, é mais do que lógico ser desnecessária tanto a praça inteira como sua metade. A economia, na espécie, deve ser total – nada de praça! – porquanto a despesa que se fará de mister para a construção do novo "pequeno" logradouro ultrapassará a Cr$ 50.000.000,00!" (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1953, v. 1).

Também o Projeto de Lei 335/53 trata de assunto polêmico uma vez que a industrialização gerou uma modificação na vida dos habitantes da cidade de São Paulo que passam a enfrentar os problemas advindos da existência de indústrias nocivas, perigosas e com ruídos incômodos e, ademais da política nacional de incentivo à industrialização e crescimento econômico do país, já havia a discussão da poluição sonora e consequente direito ao sossego.

Pode-se perceber que junto com a escolha do crescimento acelerado houve várias modificações na cidade que determinaram mudanças na vida da comunidade que, ainda hoje, são visíveis e experimentadas pelos que aqui habitam,

ou seja, crescer a qualquer custo gerou consequências muito intensas, algumas boas e outras muito gravosas inclusive para a saúde das pessoas e do ambiente.

O que se pretende é chamar a atenção dos nossos parlamentares para inverter a lógica avassaladora que nos consome e adoece, para que a representatividade ocorra de acordo com o que lhe é intrínseco, as necessidades do povo, de preferência integradas pela dimensão da vivência em uma comunidade.

São Paulo sempre se mostrou à frente e inovadora em todas as épocas, o que se pode verificar e confirmar em cada um dos projetos de lei e discussões em sessões plenárias escolhidas no presente capítulo. As polêmicas levantadas naquela ocasião pelo Parlamento Paulista, são temas relevantes e de importância político-constitucional ainda hoje.

Seja pelo resgate da vontade de uma Constituição e consequente autonomia de São Paulo, com a retomada das vozes e anseios de 32; pela renúncia de André Franco Montoro ao seu primeiro cargo público, vereador do Município de São Paulo, integrante da Comissão de Justiça, como forma de protesto e repulsa ao comércio de votos para eleição dos cargos da mesa diretora de trabalhos; ou ainda, pelo avanço da industrialização e investimentos de aceleração do processo, concomitante com o IV Centenário da Cidade, temos indicadores de avanço que irão mostrar nossas dificuldades com a questão da sustentabilidade da vida na cidade.

Tal sustentabilidade das cidades deve ocorrer não só no plano do desenvolvimento da urbes, mas, especialmente, como forma de propiciar uma vida feliz, saudável, com dignidade a todos os que ali convivem, trazendo aos seus habitantes, o povo paulista, a sensação de comunidade.

Garcia, (2005) ao cuidar da cidade e de seus habitantes, afirma:

"A cidade é a casa, o país é o mundo: é o âmbito político de uma existência que se inicia, decorre e termina localmente; portanto, também um âmbito subjetivo, individual, pessoal".

Portanto, são as necessidades pessoais os fins e os limites de todo agir nas cidades.

1956 SP 450: Trânsito congestionado na rua da Consolação, centro de São Paulo, em frente à Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em 1956. São Paulo, SP, 1956.

Referências

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2012.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. Comentários à Constituição do Brasil (promulgada em 5 de outubro de 1988). São Paulo: Saraiva, 1993.

BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Organização: Michelangelo Bovero. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1952. v. 1.

_____. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1954. v. 1.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. História da Câmara Municipal de São Paulo. Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, [20--]. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/institucional/historia-da-camara/>. Acesso em: 22 jul. 2015.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul./set. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612009000300003>. Acesso em: 22 jul. 2015.

COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FRANCO Montoro. Acervo Estadão. São Paulo, [entre 2012 e 2015]. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/noticias/personalidades,franco-montoro,711,0.htm>. Acesso em 22 jul. 2015.

GARCIA, Maria (Coord.). A cidade e seu estatuto. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

MONTORO, André Franco. Retorno à ética na virada do século. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FILOSOFIA, 5., 1995, São Paulo. Papers. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer no Brasil, 1996. n. 26.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Oscar Joseph de Plácido e Silva. Vocabulário Jurídico. Atualização de Gláucia Carvalho e Nagib Slaibi Filho. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1968.

WOLKMER, Antonio Carlos. História do direito no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CAPÍTULO 4

William Salem, menino rebelde de Itapetininga que virou prefeito de São Paulo

Adolpho Queiroz[1]

1. Pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2009); Doutorado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (1998); Mestrado em Comunicação pela Universidade de Brasília - UNB (1992); graduado em Comunicação Social Publicidade e Propaganda pela Universidade Metodista de Piracicaba (1980); ex-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação-Intercom - Conselho Curador da entidade; um dos fundadores e atual Presidente de Honra da Sociedade Brasileira dos Pesquisadores e Profissionais de Comunicação e Marketing Político- Politicom; Diretor administrativo e financeiro da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Publicidade e Propaganda - ABP2; membro do Conselho Fiscal da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação - Socicom; sócio da Associação Brasileira dos Consultores Políticos - ABCOP; professor do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Presbiteriana Mackenzie; atua principalmente nos seguintes temas: comunicação, marketing político, propaganda política, publicidade e propaganda.

Este capítulo registra a trajetória de um personagem da 2ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo, no período entre 1º de janeiro de 1952 a 31 de dezembro de 1955 – William Salem.

A figura do Vereador destaca-se em razão de ter sido eleito e reeleito presidente da Casa nos anos de 1954, por ocasião do IV Centenário da cidade de São Paulo e de 1955, quando, em função da conjuntura política da época, marcada pela eleição do então Prefeito Jânio Quadros para o Governo do Estado, abriu-se a possibilidade de o então presidente assumir o cargo de Prefeito, por seis meses, até que se realizassem novas eleições municipais.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa deu-se no Departamento de Pesquisa da Câmara Municipal, onde se encontra ampla coleção de recortes dos jornais O Estado de São Paulo e Diário de São Paulo, muito presentes na cobertura do Legislativo à época; bem como nos Anais da Câmara Municipal – fonte principal – para a listagem de alguns dos projetos de lei apresentados por Salem no período.

A metodologia empregada baseou-se nos trabalhos de constituição da História Oral. Neste sentido, ao se entrevistar parentes de William Salem, buscou-se criar entrelaçamentos entre os documentos oficiais escritos, textos da imprensa da época e os depoimentos e registros orais. O oral e o escrito, analisados em conjunto, possibilitaram um mapeamento extensivo do que se desejava focar e problematizar. Em um trabalho de história oral, principalmente de história de vida, as sugestões dos entrevistados são de fundamental importância. Por isso, a entrevista inicial não deve ser determinada aleatoriamente. Em geral, dá-se preferência às pessoas que possuam um conhecimento abrangente dos episódios de interesse (MEIHY, 1998).

William Salem em Comício.
Fonte: Acervo CMSP.

Das entrevistas realizadas com a família do ex-prefeito, ex-vereador e ex-deputado federal, desvelaram-se informações importantes sobre o personagem, além de reflexões sobre registro, história e memória.

O ato de rememorar, o ir e vir no tempo, por parte do entrevistado e do pesquisador, possibilitou a reconstrução de um período da história de São Paulo e de vida do personagem, sob o ponto de vista dos dois. O processo de ouvir, registrar, criar e a transcrição do oral para o tex-

to escrito é repleta de objetividades e subjetividades. Cria-se um documento, um registro sob determinados olhares seletivos - o olhar do entrevistado e do pesquisador (PORTELLI, 1997).

O pesquisador que utiliza a história oral para desvelar o que os documentos escritos não apresentam, contempla o entrevistado com a participação na criação do novo documento. O produto final da entrevista, as palavras dessa transcriação, pertencem ao oralista e ao colaborador. O narrador é sujeito-colaborador e não objeto do conhecimento.

Eticamente o entrevistado deve ler o produto da sua fala em forma de texto escrito e aprovar a sua versão final. Assim, realiza-se, um processo de negociação entre pesquisador e entrevistado, elemento fundamental ao trabalho historiográfico.

Durante o processo de entrevista e cruzamento de dados com os documentos oficiais da Câmara Municipal de São Paulo e a imprensa, foi possível encontrar um livro de memórias, ditado por William Salem, em 2005, e sistematizado em 2006, mas ainda não publicado.

Identificaram-se nessa versão os principais acontecimentos da época sob a ótica do personagem, o que ele desejou perenizar e seus deslizes – propositais ou não – de memória. Desse trabalho e do acervo pessoal de Salem, obtivemos as imagens fotográficas que ilustram o capítulo. Não obstante, dadas as dificuldades em definir a autoria daquele material iconográfico, optamos pela simples indicação de que as imagens fazem parte do "Acervo da Família".

Observa-se ainda que, além das preocupações presentes, o pesquisador necessitou analisar não somente as palavras, mas também os gestos e olhares dos entrevistados. Quando de trata da feitura de uma história de vida, esses aspectos são por demais relevantes. A história de vida está balizada na compreensão de uma determinada narrativa colorida por versões individuais: como foram realizadas as transmissões dos fatos e as relações objetivas e subjetivas interpessoais presentes (SCHWARTZ, 2010).

O pesquisador atentou-se tanto aos documentos "tradicionais", escritos, como seguiu o caminho analítico fronteiriço e complicado entre a estória/história.

Outra dimensão teórica a ser ressaltada diz respeito ao campo do folclore político, muito presente nos jornais brasileiros durante os governos de Adhemar de Barros e Jânio Quadros, do qual Salem foi protagonista.

No livro que lancei recentemente Folclore político em Piracicaba e outras plagas, no capitulo "Dimensões teóricas sobre o campo", destaquei o inter-relacionamento do tema com os campos da paulistaneidade, tradição oral, jor-

nalismo político e propaganda política, destacando-se nelas as contribuições de Luiz Beltrão, Gaudêncio Torquato, Sebastião Neri, entre outros.

Do ponto de vista da paulistaneidade, o folclore político praticado nos jornais brasileiros desde o princípio tem sido tratado, segundo Beltrão como "o processo de informações e manifestações de opiniões, ideias e atitudes através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente são folclore (p. 21-22)". Já a tradição oral, descrita por Tineu, conforme Lovelock e Wright (p. 27), define a comunicação boca a boca como "comentários positivos ou negativos a respeito do serviço feito por um indivíduo para outro".

O primeiro livro sobre folclore político no Brasil foi publicado pelo jornalista Sebastião Nery, em 1973, que o define (p. 29): "a gente nunca sabe o que é verdadeiro e o que é inventado! tendo como precedente a petit histoire, a história com 'h' minúsculo do jornalismo francês do século XIX ".

Para Hohlfeldt o jornalismo político que abriga esse tema está dentro do que se denomina internacionalmente com faits divers, normalmente o que se chama de "colunismo" e, segundo o autor: "está na origem do jornalismo opinativo. Editava-se o jornal tendo em vista uma discussão ampla sobre um tema, que com o passar do tempo reduziu-se a pequenas notas cômicas e engraçadas sobre os políticos".

Outra dimensão teórica importante para compreender a passagem de William Salem pelos cenários políticos da cidade de São Paulo, nos anos 1950, está nos escritos de um dos pioneiros das discussões sobre propaganda política no mundo, o francês Jean Marie Domenach, que sistematizou os seus conhecimentos sobre o tema após a II Grande Guerra Mundial. Em um dos trabalhos que escreveu, intitulado "Mito, mentira e fato", Domenach alinhavou alguns preceitos que regem a propaganda política na atualidade. Abaixo transcrevemos o texto.

Mesmo sem a consciência de que a obra recém escrita por Domenach pudesse interpretar a realidade naquele momento, William Salem, assim como outros dois personagens importantes da época, Adhemar de Barros e Jânio Quadros, comporiam um quadro interessante de representações que transitou entre o mito, a mentira e o fato.

A propaganda política moderna não é simplesmente o uso pervertido das técnicas de difusão destinadas às massas. Ela precedeu a invenção da maior parte dessas técnicas: seu aparecimento coincide com o dos grandes mitos que arrastam um povo e o galvanizam em torno de uma visão comum do futuro. Compreenderam o ajutório que poderia advir dessas representações motrizes, cujo conteúdo, a um só tempo ideológico e sentimental, atua diretamente na alma das multidões. (DOMENACH, 1952).

Mais adiante, o autor demonstra que um mundo de alegrias é entregue ao campo subjetivo dos mitos e que a função deles é:

"Aproximar o desejo obscuro, informulado, de sua satisfação: entre aquele e essa não subsiste mais que diminuto intervalo que a luta e o sacrifício preencherão; essa distância já fora abolida pelas imagens, pelos cantos, pelos discursos, pelas bandeiras desfraldadas e desfiles ameaçadores: o alvo está quase ao alcance de nossas mãos e nos regozijamos de antemão pela felicidade que nos proporciona; milhões de homens "vivem" a terra prometida graças a essa exaltação poética da multidão, que decuplica a fé, antecipando sem dores o futuro. O mito é uma participação antecipada, que preenche um momento e reaviva o desejo de felicidade e o instinto de potência; o mito é indissoluvelmente promessa e comunhão"(DOMENACH, 1952).

Salem, apadrinhado num primeiro momento por Adhemar de Barros, torna-se amigo e aliado de Jânio Quadros, como quem se desentende em plenário e persegue nos corredores da Câmara Municipal até acertar-lhe um chute nos fundilhos, na sala em que Jânio se escondera, após discussão. Ou, na percepção das dimensões teóricas sugeridas por Domenach:

Nisso, a propaganda confunde-se com a poesia e dela se nutre. À criação e ao aformoseamento dos mitos nacionais consagraram-se as maiores obras poéticas da Antiguidade, as de Homero e de Virgílio. Em nossos dias, a propaganda substituiu a poesia épica na função primitiva de "contar histórias" ao povo, as do seu passado e as do seu porvir, dando-lhes, pois, uma alma comum, tal como fez Pisístrato a partir de poemas homéricos. Segundo vimos, a propaganda tomou à poesia grande número de seus processos, a sedução do ritmo, o prestígio do verbo e até a violência das imagens. No seu manejo encontraremos facilmente certos artifícios da ação dramática, com saltos, com tempos fortes e fracos, com "golpes teatrais" orientados no sentido de excitar o temor ou a esperança. (DOMENACH, 1952).

A propaganda política conseguiu captar esse devaneio que cada um de nós alimenta acerca de nossas origens e do nosso futuro, sonhos da infância e o acariciado desejo de felicidade. Com a ajuda dos mitos de que se nutre e que, de volta, amplifica, a propaganda, como em um sonho, aproximou até o absurdo o desejo ou o ódio de seu objeto que, em estado de vigília, os homens não ousam ou não podem atingir esse gênero de fantasia; não é forçosamente doentio; todos os povos vivos o nutrem.

Salem, Adhemar e Jânio foram igualmente beneficiários ou cobrados acidamente diante do engajamento da imprensa na época. Maior alvo entre eles, Adhemar num primeiro momento foi recebido com simpatia pela imprensa. Depois, duramente criticado por seus métodos de governo, Jânio Quadros igualmente beneficiou-se em princípio por sua simpatia, pelo ato de ter sido um

grande criador de fatos políticos que favoreceram a imprensa e, com o passar do tempo, passou a ser igualmente criticado por suas atitudes e gestos.

No período em que se postou como líder emergente entre estes dois grandes atores da política paulistana e brasileira naqueles dias, William Salem foi recebido pela imprensa com menos simpatia e mais críticas, por seu alinhamento com os líderes que o antecederam.

Na perspectiva de Domenach:

Contra a notícia falsa, o desmentido, em geral, é destituído de força, visto ser muito difícil desmentir sem parecer defender-se "como acusado", e acontece que, quanto mais grosseira a falsidade da notícia, maior o seu efeito e mais difícil se torna retificá-la, porquanto o público procede naturalmente ao seguinte raciocínio: "não teriam ousado afirmar semelhante coisa se dela não estivessem seguros". Hitler sabia que a credibilidade de uma mentira amiúde aumenta em função de sua enormidade: "a mais descarada mentira sempre deixa traços, embora reduzida a nada. Eis aí uma verdade sabida de todos os diplomados na arte de mentir e que prosseguem no trabalho de aperfeiçoá-la" (DOMENACH, 1952).

Como se pudesse sintetizar o que ocorreu naqueles dias dos anos de 1950 contra e a favor dos homens públicos de São Paulo, em seu livro, Domenach nos apresenta uma percepção definitiva sobre o fenômeno da construção do que poderia significar a construção de um novo mito (William Salem), diante de dois expoentes da envergadura de Adhemar de Barros e Jânio Quadros:

Nossa época, que conheceu o fulminante êxito de uma propaganda baseada na mentira e no blefe, manifesta, ao mesmo tempo, os sinais da profunda ineficiência dessa propaganda. Os discursos inflamados, os "comunicados" mentirosos, as tiradas líricas, finalmente aguçaram a sede dos fatos. Certamente os sucessos da propaganda são grandes na nossa época. Mas examinando-os de perto percebe-se que eles não podem ser separados de certas condições de receptividade: miséria, decepção, humilhação, esperança de bem-estar ou de liberdade... Por mais eficazes que pareçam as técnicas de ação psicológica, nós nos enganaríamos imaginando que elas estão à disposição de qualquer aparelho, visando qualquer fim. É preciso um conteúdo político e uma ressonância na população. (DOMENACH, 1952).

Tivesse tido um pouco mais de tempo como protagonista principal da vida pública no Município, William Salem poderia ter-se tornado sucessor da imagem pública imputada aos maiores governantes da época.

Origens E Trajetória Política

Quando chegou a São Paulo, vindo de Bratrun, Líbano, em 1890, acompanhando a mãe viúva, Nadra, o comerciante João Salem estabeleceu-se na pe-

quena Itapetininga, no interior de São Paulo, cidade que inicialmente era ponto de descanso de tropeiros, se desenvolveu junto à tropeirada e teve seu primeiro núcleo de tropeiros em 1724.

Voltou ao Líbano, depois de conhecer sua futura esposa, através de uma foto, Mary Baida; casou-se e com ela teve nove filhos. Destes, ela conseguiu cuidar com muito carinho de oito.

O sexto, William, nascido em 21 de outubro de 1921, ela conseguiu criar até os oito anos. Sempre muito rebelde, inventivo, criativo, revolucionava a casa de João e Mary, até que a esposa falou ao marido: "Daqui por diante quem cuida dele é você ... eu cuido dos outros oito ".

E assim foi feito, o velho João mandou William Salem aos oito anos para São Paulo, estudar no internato do Colégio Oriental, para onde as famílias sírias e libanesas enviavam os filhos, pois o colégio cultivava a cultura oriental, o idioma, e investia nas boas relações com seus alunos.

Uma das exigências do velho João, contudo, para manter a mesada do filho, era a de que ele enviasse mensalmente cartas à família. E William assim procedeu. Só que colocava uma folha de papel em branco, envelopava, endereçava aos pais. Sem dar notícias. Manteve a mesada e a criatividade, para desespero do velho João, que só tinha notícias do filho conversando com o diretor da escola.

Onze anos depois, já aos 19, prestou exames de ingresso no curso de Direito no Largo de São Francisco, USP e foi bem sucedido. Mas a política já o tinha conquistado. Percebeu que através dela poderia concretizar algumas das suas inquietações pessoais, como a de servir a cidade que o acolheu como um filho.

Por indicação do então Governador Adhemar de Barros, que o chamava de "turquinho", deu o primeiro e importante passo para conhecer a máquina pública, ao ser convidado pelo então prefeito Paulo Lauro para ser seu chefe de gabinete; foi candidato nas eleições de 1948 a deputado estadual, pelo Partido Social Progressista (PSP), comandado por Adhemar. Conquistou votos, mas como era ainda muito novo e desconhecido, não logrou êxito.

Aos 30 anos, já como oficial de gabinete do Governador, tentou novamente ser candidato a vereador na cidade, porém, mesmo tendo feito 1500 votos, não conseguiu se eleger.

Mas em 1951, morador e participante ativo da vida comunitária de Vila Mariana, conseguiu fazer 2.700 votos e eleger-se vereador.

Na Câmara, três anos mais tarde, viria a ser presidente, de 1954, ano do IV Centenário da Cidade, até 30 de janeiro de 1955, quando o então prefeito

Jânio Quadros e seu vice, Porfirio da Paz, renunciaram aos cargos para serem candidatos a governador e a vice de São Paulo, sucedendo Adhemar de Barros.

"Não acho bom um turquinho como você ser presidente da Câmara no ano do quarto centenário de São Paulo", disse-lhe Adhemar , mas Salem manteve sua candidatura; vencendo, virou Presidente da Câmara Municipal e, posteriormente, Prefeito da cidade de São Paulo, de 31 de janeiro a 1º de julho de 1955.

A eleição para a presidência da Câmara teria sido polêmica, conforme relatam jornais da época. Salem a disputou contra o vereador João Sampaio; ambos tiveram 20 votos e foram para um novo embate no segundo turno. Salem venceu por 25 a 15, tendo inclusive o voto de Sampaio, que não votou em si.

Mas o então jovem vereador do PDC, André Franco Montoro, derrotado, do grupo de Sampaio, discursou em alto e bom som que não se submeteria à liderança de Salem na casa, acusando-o de ter conquistado os cinco votos através de cheques dados aos que viraram o voto, conforme relata o jornalista Bernardo Schmidt (2011).

A polêmica ainda rende sensações de mal-estar na família de Salem, que preferiu manter-se distante do embate para preservar a memória do pai. No entanto, segundo outras versões, Salem teria contrariado os interesses do partido de Montoro, sendo este o motivo da renúncia. De qualquer forma, consultando-se o Diário Oficial da época, William Salem foi um prefeito bastante ativo, sendo sua gestão breve, mas proveitosa.

Como prefeito, Salem deu continuidade aos projetos do antecessor, Jânio Quadros. Como tinha amplo conhecimento da máquina pública, agilizou a construção da primeira escada rolante da qual se tem notícia na cidade de São Paulo, que dava acesso ao antigo prédio da Câmara Municipal, através da Galeria Prestes Maia. Sua ação mais polêmica, contudo, foi junto à Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC.

Escolheu para liderá-la, na ocasião, o ex-vereador Fioravante Iervolino. Como primeira decisão, revogou e diminuiu as tarifas de ônibus, demitiu 1500 funcionários "sem funções objetivas" na empresa, unificou os almoxarifados (eram quatro, sem nenhum controle).

Autorizou na época, conforme a Lei 4.644, de 20 de abril de 1955, a construção de uma herma em homenagem a Afrânio Peixoto, entre as ruas Mato Grosso, Pará e Itacolomy, na região da Consolação.

Outros destaques de sua breve passagem pela Prefeitura foram: criação de pronto-socorro municipal (Lei 4.658, de 28/4/1955), organização do Ensino Primário Municipal (Lei 5.607/59), criação do Serviço Funerário da Capital, implantação do Parque da Aclimação, reforma do Teatro Municipal, alargamento

William Salem , Altino Arantes no IV Centenário.
Fonte: Acervo CMSP.

da rua Boa Vista, construção do viaduto da Avenida Prestes Maia sobre os trilhos da então Estrada de Ferro Santos/Jundiaí, construção do grupo escolar do Jardim Japão, extensão das linhas de bondes até a Avenida Jabaquara, implantação sistemática de controle de passageiros em ônibus por catracas (borboletas), início das obras de abertura e pavimentação das avenidas marginais do Rio Tietê, entre outras.

Sua carreira política prosseguiu após a Prefeitura, tendo sido reeleito à Câmara Municipal de São Paulo, em 1955, com grande votação. Voltou ainda uma terceira vez. Foi reeleito mais duas vezes para a presidência da Casa.

Entre os destaques dos inúmeros projetos que aprovou na ocasião estão a criação de 26 subprefeituras na Cidade, de onde surgiram as atuais Administrações Regionais; a obrigatoriedade dos ônibus de terem dispositivos especiais de escapamento (chaminés); a criação do ensino primário municipal; a determinação do nome de República do Líbano a uma das vias da Capital; o que criou a maternidade do hospital de Vila Mariana e o que criou e determinou a obrigatoriedade de grupo gerador de energia elétrica nos hospitais para atendimento dos centros cirúrgicos.

Depois disso foi candidato a deputado federal em 1961, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, liderado por João Goulart. Foi cassado pela revolução de 64, tendo seus direitos suspensos por 10 anos, mas em 6 de fevereiro de 2012, o então Presidente da Câmara dos Deputados entregou à família Salem um diploma devolvendo o mandato popular do qual foi destituído arbitrariamente naquele ano. O diploma encontra-se em local de destaque na sala que contém o memorial de Salem, na Avenida Paulista.

Salem inauguração de linha de Bonde.
Fonte: Acervo CMSP.

Após a cassação, Salem voltou ao exercício da advocacia, ficou mais próximo da família e das atividades comunitárias, tendo sido condecorado por elas como Cidadão de Paris, França; Cidadão de Miami, Estados Unidos;

Comendador da Ordem do Cedro, Líbano; foi secretário geral da Câmara de Comércio Árabe Brasileira; recebeu a medalha "Chevalier Du Liban"; recebeu uma salva de prata da comunidade húngara, foi rotariano e pertenceu à loja Maçônica Estrella da Syria.

Sua última condecoração foi recebida na Câmara Municipal de São Paulo, a Medalha Anchieta. Foi conselheiro do Hospital do Coração, do Clube Atlético Monte Líbano e do Esporte Clube Sírio, entre outros. Foi presidente de honra de vários clubes sociais da cidade de São Paulo, tendo colaborado com a criação de estatutos de diversas entidades sociais, culturais, esportivas e religiosas da cidade.

Livro de memórias

Encerrado com manuscrito do próprio William Salem "São Paulo, 25 de Dezembro de 2005. Too be continued..." e sistematizado em 2006, o livro de memórias que ditou, denominado Lágrimas e risos, ainda inédito, contém as versões pessoais de Salem para os episódios polêmicos de sua trajetória política,

Salem Cidadão Parisiense .
Fonte: Acervo CMSP.

sua vida pessoal, sonhos, expectativas em relação à política, ao país, à família e às atividades comunitárias, às quais se dedicou por toda a vida.

Recebi autorização da família para transcrever alguns trechos , como se pudesse estar entrevistando Salem nestes dias, para que ele possa narrar, com suas próprias palavras, tudo o que viveu na vida e na política.

Das peraltices do menino, como ele próprio relata, destaquei um comentário que fez à página 7 do seu livro/manuscrito, contando que:

"Durante a revolução de 1932, eu, então com dez anos, fui escalado para dar água aos cavalos, junto com outros garotos. A cavalaria dos revolucionários ficava perto da escola pública, onde eu fiz o primário, e nós carregávamos baldes e mais baldes para dar de beber aos animais. Esse gesto, que para mim parecia tão simples, rendeu uma condecoração da Associação MMDC, Veteranos de 32. "

Salem teve, certamente, com esta tarefa, o início de sua vida pública, compartilhada posteriormente com seu envolvimento com o poder público em São Paulo, no país e no exterior.

Lembrando-se ainda dos tempos de infância em Itapetininga, falava no livro, com orgulho, dos talentos musicais dos irmãos que, nas quartas-feiras, dias festivos para a sua família, apresentavam-se aos amigos, conforme relato na página 17:

“Nos encontros semanais, meus irmãos exibiam talento musical. A minha irmã mais velha tocava piano. A segunda, violino. Meu irmão mais velho tocava bandolim, que é um instrumento muito usado nos países árabes. Os três então se apresentavam em conjunto, tocando peças ensaiadas com carinho. Deixavam os presentes maravilhados e minha mãe, toda orgulhosa. “

Das peraltices que cometeu no Colégio Oriental, Salem conta outra passagem inigualável na página 24, relembrando o vigilante José Malaquias, que os obrigava a dormir muito cedo:

“Uma vez, nós resolvemos desatarraxar a lâmpada do corredor, que iluminava a escada, e pusemos uma mala de zinco num dos degraus, de modo a obstruir a passagem de quem descesse. Em seguida, corremos para o quarto e ficamos deitados em silêncio, com a luz apagada, aguardando o desfecho. Logo ouvimos os badalos do sino dados pelo José Malaquias, vigilante do nosso prédio: bléin (pausa), bléin (pausa), bléin (pausa), bléin (pausa). À medida que ele se aproximava, os sons ficavam cada vez mais fortes. Até que tropeçou na mala e o sino veio rolando degraus abaixo: bléin, bléin, bléin, bléin, bléin. Dentro do quarto nós chorávamos de tanto rir.”

Uma das habilidades de Salem foi a oratória, desenvolvida especialmente durante o Curso de Direito, tendo como parceiros na ocasião o ex-vereador Brasil Vita, e o advogado Waldir Troncoso Perez. No livro, página 44, ele relata um pouco da técnica que utilizava para ocasiões especiais. Não preparava os discursos, improvisava sempre:

“Aliás, os discursos eram algo muito comum na faculdade, onde nós tínhamos curso de oratória. Os professores gostavam de ver o desembaraço dos alunos. Diziam que não queriam ver advogados mudos. Nos cursos, eram sorteados temas diversos e o estudante era obrigado a falar de improviso durante alguns minutos sobre o assunto em questão. Nessa época, eu tinha o hábito de encontrar sinônimos para as palavras mais usadas, de forma a ampliar o vocabulário. Quando notava que um vocábulo era muito requisitado em um discurso, logo procurava outros correspondentes. Assim, se num determinado momento eu falava em fidalgo, começava a relacionar a príncipe, nobre, aristocrata. Era um exercício praticado sempre.”

Do desenvolvimento da oratória à participação política foi um passo. No seu último ano de faculdade, em 1946, começou a se aprofundar nos aspectos políticos do país, à época governado por Eurico Gaspar Dutra; do estado, por Macedo Soares e da capital, administrada por Abraão Ribeiro. Como relembra à página 45:

“As forças partidárias se agrupavam de modo frenético, aguardando as eleições para governador que se realizariam naquele ano. Os membros das novas agremiações acertavam alianças, negociações, apoios. A atmosfera política

Salem, reunião do prefeito.
Fonte: Acervo CMSP.

fervia. Até que um dos meus professores, membro do PSP, resolveu me apresentar ao Adhemar de Barros. Naquela época, a sede nacional do Partido ficava próxima da faculdade, na rua Senador Feijó, de fácil acesso para todos nós que podíamos ir a pé. Fui apresentado a ele, figura marcante, que me fez perguntas, ficou me analisando, interessado em saber seu eu poderia ou não contribuir para o crescimento do Partido. Quando se convenceu, foi direto: Por que você não se filia? Preencha esta ficha.'

Embora favorito, Adhemar de Barros teve fortes adversários na época como Almeida Prado, Hugo Borghi e Mário Tavares. Salem, orador entusiasmado, foi escalado por Adhemar para entusiasmar o público e falar antes do candidato: "quando estiver fervendo, eu entro e faço o meu discurso", dizia-lhe o líder do PSP. E assim Salem iniciou seu aprendizado nos comícios públicos.

Com a vitória e a posse em 1947, Salem foi contemplado com seu primeiro cargo público, conforme relata à página 48:

"Eu fui contemplado com a função de oficial de gabinete. Para a Prefeitura de São Paulo, uma das cadeiras mais cobiçadas, ele indicou Cristiano Stockler das Neves. No final de agosto substituiu o comando da capital, efetivando no cargo o Paulo Lauro. Aí ele me passou nova incumbência, naquele seu jeito irreverente, Turquinho, você vai ser o chefe do gabinete do prefeito e lá dentro fará o papel dos meus olhos. Não deixe escapar nada que lhe chame a atenção. "

Das histórias memoráveis que conta no seu livro, Salem deixa um exemplo do quanto o líder do PSP, Adhemar de Barros, se impressionava com as

Salem utilizava o próprio carro para fazer sua propaganda pelas ruas de São Paulo nos anos 50.
Fonte: Acervo CMSP.

coisas do além. Havia um grupo político que pretendia a nomeação do Coronel do Exército, Asdrúbal Nascimento, no lugar de Paulo Lauro para a Prefeitura. O grupo levou Adhemar certa vez a um centro de candomblé, argumentando que a situação da política na cidade era difícil e que precisaria ouvir conselhos de todos os lados. Como relata Salem, à página 50:

"Com isso arrumaram um jeito de levá-lo ao centro mais próximo. Argumentavam que a questão envolvendo a Prefeitura era difícil. Convencido o líder, entraram todos no misterioso lugar, onde havia um grupo fumando charuto e soltando fumaça na cara de quem se aproximasse, ao mesmo tempo que pronunciava coisas ininteligíveis. Na verdade, esses supostos mentores já tinham sido orientados pelos correligionários, que lhe advertiram para não pronunciar o nome Asdrúbal, mas tentar conduzir a coisa noutra direção. Os membros do grupo começaram a falar "Duba, Duba, Duba" e, fingindo espanto, os correligionários olharam para Adhemar a disseram "Doutor, eles estão mencionando o nome do Asdrúbal". Impressionado, Adhemar logo retirou-se, mas ficou decidido a nomear o Coronel para o cargo de prefeito da Capital. A tática tinha dado certo. Em janeiro de 1949, Asdrúbal do Nascimento assumiu o cargo."

Contudo, nada foi fácil para Salem, cuja liderança começou a incomodar. Um dos episódios mais marcantes e trágicos da sua passagem pela política aconteceu em 1953, quando atropelou e matou um jovem na Rua do Vergueiro, com seu Cadillac. Grande parte da imprensa, na época contrária ao estilo de governar de Adhemar de Barros, procurava atingir também seus aliados mais próximos, entre eles William Salem, que, nas páginas 60 a 63 do seu livro, narra o episódio com suas próprias palavras e percepções:

"Certo dia, eu descia a Rua do Vergueiro e, num determinado momento, tive a visão do para-brisa turvada pela fumaça de um ônibus da CMTC, que como os demais era movido a óleo diesel. O ônibus ia à frente de um bonde, atrás do qual eu estava. A fumaça era tão forte que mesmo com o deslocamento provocado pelo bonde à minha frente, a visão continuava prejudicada. A rua era de mão dupla, e quem atravessasse teria que olhar para os dois lados, uma vez que o movimento de carros, ônibus e, claro, de bondes era constante. Foi quando um menino, inadvertidamente, vindo da minha esquerda, atravessou correndo a rua e tentou passar entre o bonde e o meu carro. Por causa da cortina de fumaça eu não o vi e o acabei atropelando. Na hora, profundamente abalado, desci do carro para socorrer o garoto, que ainda estava vivo. Como o movimento da rua era intenso, pedi a um dos motoristas que vinham no sentido contrário que parasse e o levasse ao hospital mais próximo. A pessoa imedia-

tamente o fez, mas o menino morreu no hospital de traumatismo craniano. Foi uma tragédia!"

Na época, a imprensa noticiou que Salem havia exigido que a família o indenizasse pelos estragos no carro, mas, ao contrário, Salem prestou toda a ajuda à família, pagando o sepultamento, o hospital e indenizando-a.

Do episódio resultou uma das contribuições importantes de Salem para a Cidade. Ele, a partir daí, lutou pela promulgação de uma lei que exigia que os ônibus instalassem um tipo de chaminé como extensão do escapamento, jogando a fumaça para cima, de forma a nunca mais atrapalhar a visão dos motoristas da cidade. Exemplo que foi seguido posteriormente por inúmeras cidades brasileiras, bem como da Europa e África, que adotaram este sistema.

Bem-humorado, Salem fecha esse capítulo de sua história relatando à página 88 que:

"Algum tempo depois, uma peça de teatro abordou o assunto em forma de comédia e num dos diálogos um personagem dizia que agora nos ônibus "as fumaças Salem por cima". Mandaram-me um convite e fui assistir ao espetáculo. Claro que fiquei envaidecido com a brincadeira em forma de homenagem."

Mais adiante, Salem relata de forma objetiva sua passagem à frente da Prefeitura de São Paulo em 1955, às páginas 91 e 92 de seu livro:

"Apesar de curto, meu mandato na Prefeitura foi repleto de boas realizações. Mandei construir o Pronto-Socorro Municipal, serviço muito importante com o qual a Cidade ainda não contava. Também dei início à construção do Hospital de Tatuapé, dando atenção à Zona Leste. Além do asfaltamento das ruas da Vila Mariana e adjacências, promovi uma mudança urbanística significativa no centro, ao determinar o alargamento da Rua Boa Vista, a nossa Wall Street. Em 1º de julho de 1955, eu encerrava minha participação à frente da Prefeitura de São Paulo. No dia seguinte, Juvenal Lino de Matos, candidato escolhido nas eleições realizadas em 22 de maio, assumia o cargo de Prefeito. Jânio Quadros não quis se envolver na eleição, pois os partidos que o apoiavam estavam divididos. Realmente: o PTN lançou Emilio Carlos e, o PSB, Rogê Ferreira. Por isso, o PSP ganhou fácil! "

Ainda na página 92, Salem finaliza, com uma observação que confirma o seu caráter, contando um pouco sobre a despedida da Prefeitura, promovida por seus amigos e correligionários no Club Homs:

"Naquela noite, pela primeira vez, vi meu pai, que a vida toda só apreciou cigarros de palha, fumar charuto. Uma cena inesquecível. Ele e minha mãe estavam orgulhosos. O filho peralta, que na infância teve que ser internado num colégio, por coincidência a duas quadras dali, era naquele momento homenageado por ter sido prefeito da então segunda maior cidade do país. A vida dá voltas!"

William Salem conduzindo uma reunião.
Fonte: Arquivo da família.

Intrépido, sempre, Salem investiu certa feita contra os próprios colegas da Câmara dos Vereadores, que, a seu juízo, faziam do cargo um instrumento mais para vaidades pessoais e menos para o interesse público. A extensa lista de moções de aplauso e denominações de ruas, peculiares ao cargo, ensejaram a Salem uma pequena vingança. Ele estimulou um colega a propor uma emenda para denominação de uma rua, como relembra à página 122:

Coisa corriqueira que eu nunca engoli era o hábito de certos vereadores darem título de cidadão paulistano a pessoas muito ricas e sem nenhum mérito social. Não se sabe se por motivo político, ou eventualmente financeiro, o fato é que desde o meu tempo consistia em uma prática disseminada. Um dos casos célebres foi para a indústria de aparelhos elétricos Arno, que por iniciativa de um membro da Câmara batizou com seu nome a avenida que passava em frente às instalações da empresa. Um outro vereador, que não se conformou com a proposição, sugeriu para mudar para "Arno, rio da Itália". Mas a emenda foi rejeitada.

William Salem conduzindo reunião na época em que foi Prefeito de São Paulo.
Fonte: Arquivo da familia.

Para tentar diminuir o impacto destas ações, Salem propôs um título de "Cidadão Paulistano ao Sr. João dos Anzóis", o que acabou gerando um debate intenso entre os pares, quando, então, Salem pediu aos pares um pouco mais de cuidado no encaminhamento de questões, privilegiando mais o interesse público e a diminuição do desgaste da Câmara Municipal perante o restante da sociedade "não homenageada".

Eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), William Salem teve outros grandes embates políticos na Câmara Federal. Em seu livro-depoimento, nas páginas 138 e 139, mostrava-se decepcionado com o que denominou de ação paroquial dos colegas que, ao invés de legislarem sobre temas nacionais, procuravam socorrer-se das questões municipais e regionais para argumentarem seus pontos de vista:

Seguindo a mesma tendência do meu tempo de vereador, proferi discursos muito polêmicos na Câmara Federal. Não sabia ser neutro. Se algo merecia ser trazido a público ou colocado em discussão, eu o fazia sem mesuras. Por

William Salem com autoridades estrangeiras.
Fonte: Acervo CMSP.

isso, muitas manifestações minhas causaram transtornos num parlamento cujos membros poderiam ter tudo, menos um sentimento genuinamente nacional. Eu que estava começando ainda não conhecia esse aspecto paroquial da Câmara dos Deputados. Tive a ideia de fazer um discurso tresloucado e polêmico sobre a lei eleitoral. Em linhas gerais, disse que achava um absurdo o migrante recém-chegado poder votar logo nas primeiras eleições após a sua mudança. Por isso me manifestei favorável a conceder o voto ao migrante após cinco anos de residência no Estado. A colocação causou certa revolta, porque ninguém saía de São Paulo para morar noutros Estados, mas a maioria sai dos outros Estados para morar em São Paulo.

Por conta dessa proposta foi alcunhado de "imperialista" pelos colegas do Norte e Nordeste do país e também de "vendido aos americanos", entre outras pérolas.

Outro gesto ousado de Salem, durante a passagem pela Câmara dos Deputados, foi o de sugerir uma renúncia coletiva da bancada do PTB, após a deposição de João Goulart do poder. Protocolou a proposta sozinho e colheu, sozinho, os frutos de sua ousadia. Num dos dias seguintes, um emissário de Adhemar de Barros, ainda influente politicamente em São Paulo e no país, insinuou que cabia a Adhemar definir os políticos que seriam cassados pelo Governo Militar recém-empossado. E que o nome de Salem constava da lista.

William Salem e Jânio Quadros no Clube Homs.
Fonte: Acervo CMSP.

Salem nunca atendeu ao convite de Adhemar e foi cassado sem maiores informações, acusado de divergir do próprio partido. Segundo relata à página 186,

Alguns dias depois o Henrique La Roque de Almeida me procurou e disse que o Adhemar queria falar comigo. Informei que não iria, porque tinha certeza de que, com os meus desentendimentos com ele, ele queria que eu 'lhe pedisse penico', como se diz popularmente, que me humilhasse. Eu não fui. E ele mandou me cassar.

Depois dessa tentativa, por mais duas vezes, foi chamado a conversar com o antigo chefe, mas não compareceu. Até que, após a publicação do Ato Institucional nº 1, recebeu um abraço e um aviso de La Roque de que sua cassação seria publicada dias depois no Diário Oficial da União.

A contribuição legislativa

Nos diversos mandatos como Vereador junto à Câmara Municipal de São Paulo, William Salem encaminhou várias propostas, muitas aprovadas, muitas rejeitadas, como é do perfil do Legislativo.

Nelas, ficou nítido o seu engajamento junto a causas especiais, das quais podemos destacar a lei que criou as subprefeituras, a que propôs chaminés para os ônibus municipais movidos a diesel (aplicada posteriormente na Europa e

África), a construção do Serviço Funerário Municipal e as modificações profundas na CMTC - Companhia Municipal de Transportes Coletivos.

O resultado-síntese dos projetos apresentados nos três períodos legislativos, apresentado neste artigo de forma parcial, inclui ainda muitos projetos assinados em conjunto com o Poder Executivo, o que mostra a força de Salem naquele período, vereador sempre alinhado à Prefeitura no encaminhamento de causas em favor da comunidade paulistana.

Importante também destacar as atuações dos jornais Diário de São Paulo e O Estado de São Paulo que à época, cobriam praticamente todas as semanas os acontecimentos do Legislativo Paulistano.

O Estado usava sempre o título para a seção de "Câmara Municipal", relatando invariavelmente as pautas, resoluções, aprovações e debates ocorridos. Da mesma forma, o jornal Diário de São Paulo mantinha, como uma coluna, a seção "Na Câmara Municipal", em formato similar ao outro jornal. Este acervo, disponível nos arquivos do Legislativo paulistano, ajudou de forma especial a compreender o ambiente e os embates da época.

Abaixo, destacamos algumas dessas ações, que constam dos arquivos da Câmara Municipal, após detalhada pesquisa da equipe especializada para esta ação, para que se tenha alguma referência sobre as preocupações que marcaram em sua trajetória como legislador na cidade de São Paulo.

Importante frisar que a maioria dos projetos foi apresentada tendo em William Salem o líder do governo, por isso suas causas precediam as dos demais vereadores e interessados.

Uma delas, apresentada em 1952, determinava que os cinemas e teatros da cidade instalassem aparelhos de ar condicionado em suas salas de exibição. A construção de um "grupo escolar" na região da Saúde e de uma maternidade municipal esteve no rol das suas indicações. Além disso, tornou igualmente obrigatória a instalação de geradores em unidades de saúde da cidade, para que os profissionais pudessem realizar seus procedimentos cirúrgicos mesmo em ocasiões em que houvesse falta de energia elétrica em São Paulo.

Curiosa uma das exigências da época, a qual o então líder atendeu, uma demanda para a construção de instalações sanitárias em logradouros públicos. Outra ação polêmica de Salem na época foi a incorporação do Serviço Funerário pelo Município. Até então, mantido pela iniciativa privada, o assunto gerou polêmicas até a sua municipalização.

Auxílios a entidades assistenciais também fizeram parte da obra legislativa de Salem, que, no decorrer da vida, esteve ligado a um sem-número de associações filantrópicas na cidade de São Paulo, daí a sua manifestação constante

Inauguração de linha de ônibus.
Fonte: Arquivo da familia.

de apoio aos pedidos que vinham das mais diferentes entidades e associações beneficentes da época.

Outro tema polêmico encaminhado pelo Vereador foi a criação, na própria Câmara dos Vereadores, de uma seção de reclamações sobre a falta de serviços públicos na cidade. Pioneira no campo, foi criada precedendo as ouvidorias existentes nas modernas organizações empresariais brasileiras e internacionais.

A construção de um estádio distrital, após desapropriação de imóvel na rua Bom Pastor, foi outra contribuição de Salem para o desenvolvimento das práticas esportivas na cidade.

Denominar ruas, avenidas e praças, também por solicitação do Executivo da época, foi outra das tarefas atribuídas a Salem como líder do governo. Entre elas a denominação da Avenida República do Líbano, Praça 13 de Dezembro, próxima ao mercado de Osasco (outrora bairro de São Paulo), rua Marcelo Tupinambá na Vila Prudente. Também foi do vereador a iniciativa para que se erigisse um monumento em homenagem à Virgem Santíssima, no educandário Sacre Coeur.

Outra contribuição importante de Salem, datada de 21 de maio de 1955, mantém-se atualíssima: o Projeto de Lei 4.686 aprovado, na ocasião, proibindo a lavagem e conserto de veículos nas vias públicas da cidade.

O abono de Natal dos servidores públicos, promulgado também em 1955, foi outra iniciativa do poder público municipal, que contou com os necessários

encaminhamentos de Salem junto ao Legislativo para que obtivesse êxito e fosse transformado em ação permanente do poder público municipal.

Sua intervenção igualmente foi decisiva em momentos necessários para a desapropriação de terrenos e casas a fim de promover o alargamento de avenidas e construções diversas pelo poder público municipal.

Foi também de sua autoria a lei que criou diversos novos cemitérios na cidade, como o da Freguesia do Ó, Saúde, Casa Verde, Perus e Itaquera.

Considerações Finais

Como em todos os tempos, a 2ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo teve suas venturas e desventuras.

O destaque dado neste capítulo para a figura do vereador William Salem, foi por conta do protagonismo que teve entre os anos 1952 a 1955.

Na época, como ainda hoje, as eleições para a Presidência da Câmara eram anuais. Aliado do Executivo no encaminhamento da maioria dos projetos que produziu em três legislaturas, portanto, um profundo conhecedor dos meandros do poder na cidade de São Paulo, acabou sendo beneficiado com o afastamento do então prefeito Jânio Quadros, para assumir o cargo de Prefeito Municipal, por seis meses.

Ao ser estimulado por Adhemar de Barros para filiar-se ao PSP e iniciar sua carreira política, o jovem advogado William Salem entrou para o cenário político municipal cheio de energia, entusiasmo e boas intenções. Foi abrindo caminhos pelos corredores do poder público – no Executivo e depois no Legislativo – aprendendo a conversar com as pessoas certas nos locais certos, habilidade peculiar aos povos de sua origem e linhagem e, sobretudo, mantendo uma convivência social sempre fraterna.

Alguns aspectos da infância, da família, da formação intelectual do cidadão William Salem ficaram mais visíveis com a pesquisa realizada.

O apoio da Câmara Municipal de São Paulo, através dos seus arquivos de jornais e projetos, foi decisivo para a consolidação das ideias que permeiam este trabalho de pesquisa, que contou também com a participação de pesquisadores designados pela Escola do Parlamento, organizadora da obra.

Somam-se, ainda, os depoimentos de familiares, o livro que o vereador escreveu, embora não tenha publicado, o acervo fotográfico e, especialmente, o diploma que recebeu do ex-presidente da Câmara dos Deputados, em Brasília, Marco Maia, devolvendo-lhe simbolicamente o mandato cassado em 1964 – certamente o maior dos troféus guardados por aqueles que conviveram mais de perto com ele. Em forma de diploma, fica hoje em lugar de destaque no memo-

rial que a família construiu para ele num edifício fincado na Avenida Paulista, que leva o nome de seu pai, João Salem.

Polêmico, empreendedor, criativo, sagaz, William Salem é retrato e fruto do seu tempo, que procurou na política, o meio de contribuir para os avanços da sociedade, quer seja através dos projetos que apresentou, das obras que realizou, dos amigos que fez e das histórias que contava para suas filhas, antes de dormirem.

Algumas dessas histórias que o menino de Itapetininga sonhou viraram realidade no município. A ideia das subprefeituras foi dele. Assim como a de proibir a lavagem de carros nas calçadas – ainda presente na cidade diante do cenário contemporâneo de falta de água em razão de uma das maiores estiagens – ou a lei que impedia os ônibus de soltarem fumaça através de escapamentos rebaixados, são algumas dessas histórias e contribuições que procurei lhes apresentar nesta empreitada intelectual.

Com a carreira política interrompida por sua cassação no cargo de Deputado Federal e as decorrências que advieram do impacto dessa ação, sobrou, perante a história, um pedido formal de desculpas da Nação, em diploma assinado pelo Deputado Marco Maia, do PT, devolvendo ao ex-vereador, ao ex-prefeito e ao deputado federal, aos seus familiares e descendentes, o mandato que lhe roubou o velho Adhemar de Barros, num gesto de raiva por ter perdido um dos seus mais hábeis políticos da época, o "turquinho" William Salem.

Casou-se em 12 de dezembro de 1957 com Haydee Jabra, filha de Elias e Josefina Jabra, com quem teve as filhas Vera, Regina e Maria Ângela. São seus netos Juliana Salem Gattaz, Guilherme Salem Gattaz, Alexandre Sallum e Willian Sallum. Tem a bisneta Gabriela Gattaz Siqueira.

William Salem faleceu em 10 de junho de 2010, na cidade de São Paulo.

Referências

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALVINO, Italo. A palavra escrita e a não-escrita. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 139-148.

DOMENACH, Jean-Marie. A propaganda política. Paris: Difel, 1952.

ITAPETININGA (Cidade). Prefeitura. História de Itapetininga. Itapetininga, SP, [20--]. Disponível em <http://portal.itapetininga.sp.gov.br/sobre/1204/historia-de-itapetininga>. Acesso em: 24 jul. 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Canto de morte kaiowá: história oral de vida. São Paulo: Loyola, 1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História, São Paulo, v. 15, p. 13-50, jul./dez. 1997 Ética e História Oral.

QUEIROZ, Adolpho; SPADOTTO, Erasmo; VICENTE, Evaldo (Org.). Folclore político em Piracicaba e outras plagas. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba; Capivari: Nova Consciência, 2014.

SCHMIDT, Bernardo. William Salém, a morte do corrupto. O Patativa. São Paulo, 25 mar. 2011. Disponível em: <http://bernardoschmidt.blogspot.com.br/2011/03/william-salem-morte-do-corrupto.html>. Acesso em: 24 jul. 2015.

SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato. Mulheres em movimento, movimento de mulheres: a participação feminina na luta pela moradia na cidade de São Paulo. 2007. ?? f. Tese (Doutorado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Entrevista concedida ao autor pela filha Vera Salem e pelo ex-genro Milton Gattaz, em 9 e 16/12/2014, em São Paulo.

PESQUISA DOCUMENTAL SOBRE OS PROJETOS E RECORTES DE JORNAIS NO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL.

SALEM, WILLIAM, Lágrimas e risos, 2006, livro de memórias, ainda sem edição .

http://portal.itapetininga.sp.gov.br/sobre/1204/historia-de-itapetininga

http://bernardoschmidt.blogspot.com.br/2011/03/william-salem-morte-do-corrupto.html

CAPÍTULO 5

A cidade e o progresso: o Legislativo e o cenário urbano paulistano

Ubirajara de Farias Prestes Filho[1]

1. Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (2000) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2006). Foi professor de ensino fundamental e médio, em escolas públicas e privadas, além de Assistente Técnico Pedagógico (ATP), na Diretoria de Ensino de Carapicuíba e Cotia. Lecionou História da Educação no curso de "Gestão Educacional" (especialização) do Unasp. Atualmente é Supervisor do Arquivo Geral e Consultor Técnico Legislativo (História) na Câmara Municipal de São Paulo, e autor de fascículos e livros didáticos de Ensino Fundamental e Médio, pela Casa Publicadora Brasileira. Trabalha principalmente com os seguintes temas: Arquivos Públicos, Ensino de História, História das Religiões, História de São Paulo e História do Brasil.

Conselho de Mulher
(...)
Pogréssio, pogréssio...
Eu sempre iscuitei falar, que o pogréssio vem do trabaio.
Então amanhã cedo, nóis vai trabalhar.

Quanto tempo nóis perdeu na boemia.
Sambando noite e dia, cortando uma rama sem parar.
Agora, iscuitando o conselho das mulheres,
Amanhã vou trabalhar, se Deus quiser, mas Deus não quer!

Adoniran Barbosa / Oswaldo Molles / João Belarmino dos Santos (1952)

Tempos de "pogréssio"

As décadas de 1940 e 1950 são marcadas pela ampliação em grande escala de mudanças que já vinham ocorrendo desde o final do século XIX. A cidade de São Paulo atraiu investimentos e, como consequência, recebeu grande afluxo de imigrantes e migrantes. Estudos demonstram as contradições e fissuras desse processo de crescimento, o que pode ser identificado em expressões populares, como é o caso de "pogréssio", usada na canção que aqui serve de epígrafe.

As representações sobre o crescimento de São Paulo apontavam para uma cidade de progresso, cujo trabalho a tornava condutora do industrialismo e da modernidade brasileiros. Os meios de comunicação, as propagandas e os eventos que reuniam a elite citadina reverberavam a autoimagem de uma cidade cujo principal valor era a vida laboriosa.

O samba popular "Conselho de Mulher", registrado por Adoniran Barbosa, ironiza brilhantemente a ideia de progresso. A linguagem utilizada mostra olhar atento ao cotidiano da cidade, já marcada pelo multiculturalismo. Intencionalmente, afasta-se da norma culta, difundindo o modo de ser daqueles que estavam, de alguma maneira, afastados do modelo homogeneizador de progresso. É a experiência dissonante, que foge aos esquemas preestabelecidos.

O crescimento acelerado gerou intensa especulação imobiliária e a correlação de forças favorecia a acumulação de riquezas por parte de alguns e a marginalização de muitos. O contexto era o IV Centenário de São Paulo, período

Na estação Roosevelt, da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.), em São Paulo, migrantes nordestinos recém-chegados fugindo da seca, aguardam ida para a Hospedaria dos Imigrantes em 31 de agosto de 1956.
Foto: Folhapress/Ângelo Pirozzelli.

em que verticalização e a expansão urbana constituíam os ideais de cosmoplitismo. Os números impressionavam e havia um orgulho explícito pela cidade que "mais cresce no mundo". São Paulo chegava a 2,5 milhões de habitantes, tornando-se a mais densamente povoada do país.

A partir desse cenário contextual, vale dizer que a proposta deste texto é apresentar faces da Câmara Municipal, no período da 2ª Legislatura, e suas posições e representações a respeito das mudanças pelas quais a cidade passava. As percepções, avaliações e sentimentos dos vereadores em relação aos problemas sociais constituem importantes fontes para o historiador, interessado no olhar daqueles que foram eleitos em um contexto de interesse crescente pelo debate político, que integrava um número cada vez maior de atores sociais.

Ao verificar os problemas da cidade, faz sentido "(...) dizer que as relações políticas no âmbito da cidade se configuram a partir das necessidades de produção e reprodução postas pelo movimento do capital." (NORITOMI, 2014). É no âmbito das disputas que se constroem as estratégias e programas de planeja-

mento urbano e os movimentos promovidos por diferentes grupos da sociedade, em busca de espaço e oportunidades. Vários interesses estavam em jogo, como as "elites" locais, movimentos sociais que pressionavam por serviços públicos e os setores capitalistas que buscavam potencializar seus lucros. A Câmara Municipal era, portanto, um espaço de disputa.

Os diversos interesses em movimento na cidade não podem ser vistos como estanques, pois se interpenetram, e o espaço do Legislativo congrega diferentes posicionamentos que oscilam de acordo com os interesses representados pelos parlamentares em conformidade com as estratégias para ampliar o eleitorado. Somam-se a isso as posições ideológicas de cada vereador.

Por essas razões, estudar a Câmara Municipal amplia as possibilidades de entendimento dos problemas da cidade, sobretudo por que a instituição mantém uma prática antiga de preservação de dados e documentos. Serviços de preservação dos projetos e registro dos discursos constituem em grande aporte de informações para os pesquisadores. Para a 2ª Legislatura (1952-1955), por exemplo, foram publicados 89 volumes de anais, com média de 500 páginas por volume, que reúnem discursos, embates, apresentação de projetos, etc. Já o Arquivo possui centenas de documentos originais do período, que foram digitalizados e estão disponíveis aos cidadãos interessados. Os trabalhos dos 45 vereadores eleitos podem ser estudados sob várias perspectivas. Enfim, trata-se de possibilidades que não se esgotam com essa publicação.

Aspectos gerais do contexto político

Entre os nomes da 2a Legislatura, destacam-se alguns já antigos no cenário político, como João Sampaio e Gabriel Quadros, pai de Jânio. Mas havia também jovens políticos, como Elias Shammass, Homero Silva e André Montoro.

Naquele período, a discussão sobre a necessidade de uma sede própria para o Legislativo e a Prefeitura já vinha sendo discutida, há tempos, pela Câmara. Até então, a administração municipal instalava-se em prédios alugados, o que causava mal-estar entre os políticos. O clima de euforia em torno das comemorações do IV Centenário foi o mote para reafirmar a necessidade de uma sede própria. Em 1953, o Prefeito Armando de Arruda Pereira resolveu iniciar o projeto do Paço Municipal, que teria Prefeitura e Câmara. Foi aberta concorrência pública, mas essa obra não foi adiante. Apenas em 1961 o projeto foi reformulado e decidiu-se pela construção do prédio que ficou conhecido como Palácio Anchieta, no Viaduto Jacareí.

A aprovação das contas dos prefeitos era atribuição da Câmara Municipal. Na 1ª Legislatura, um dos temas debatidos foi os problemas das contas do ex-prefeito Paulo Lauro. Na Segunda Legislatura, o tema voltou à tona, reafirman-

do-se muitas irregularidades. Após várias discussões, as contas foram enviadas ao Prefeito Armando Pereira para serem encaminhadas ao Judiciário. Porém, um ano depois, ele as enviou a uma comissão para serem examinadas, o que foi criticado por alguns vereadores. Finalmente, em setembro de 1953, um projeto de resolução rejeitou as contas de Paulo Lauro, com voto de vinte e três vereadores. As contas foram depois enviadas ao Judiciário.

Uma das questões mais caras aos vereadores era a autonomia do Município, que reconheciam ser direito da população escolher o prefeito. No início da 2ª Legislatura, o tema continuou em pauta, até que foi aprovada a Lei Federal nº 1720 de 1952, que garantiu eleições para o cargo Executivo, depois de vinte anos. Os diferentes grupos partidários digladiaram-se em suas posições. Naquele período, entre as várias tendências políticas, destacavam-se os defensores das propostas de Adhemar de Barros, em contraposição aos opositores arvorados em torno de Jânio Quadros, ex-vereador da primeira legislatura. Essas disputas ficavam evidentes nos bairros.

O Presidente da Câmara na ocasião, André Nunes, enviou uma mensagem ao Governador Lucas Garcez comunicando a intenção de assumir o cargo de Prefeito de São Paulo, baseado na Lei Orgânica dos Municípios, que dizia ser o cargo passado ao Presidente do Legislativo na ausência do Prefeito e seu vice. Mas o Governador, depois de consultar vários juristas, posicionou-se por manter o Prefeito Armando Pereira, até a posse do novo Prefeito, que seria eleito pelo voto popular.

Para as eleições, o candidato oficial era Francisco Cardoso, apoiado pelo Governador Lucas Garcez, a partir de uma coligação de vários partidos: PSP, PSD, UDN, PTB, PRP, PR e PRT. Já a candidatura de Jânio gerou inicialmente dúvidas, mas seu nome foi confirmado pelo PDC e PSB, tendo como vice Porphyrio da Paz. Jânio procurou articular outros apoios, como ocorreu com a tentativa do Vereador Marcos Mélega de costurar apoio junto a membros da UDN. Apesar do fracasso dessa tentativa, Jânio conseguiu apoio de grupos dissidentes do PTB.

Jânio Quadros venceu as eleições para Prefeito, e tomou posse em abril de 1953. Na cerimônia de posse, realizada na Câmara Municipal, o Presidente Cantídio Sampaio saudou com entusiasmo o Prefeito eleito pelo voto popular, e destacou alguns desafios, entre eles a necessidade de um Plano Diretor. Com isso, Sampaio apontou para um problema bastante discutido: a necessidade de planejamento urbano. Era inconcebível que uma cidade, da proporção de São Paulo, não tivesse claras diretrizes para seu crescimento.

O novo prefeito afirmou que estava disposto a um diálogo aberto e a relações cordiais com a Câmara. É preciso ressaltar, porém, que o Legislativo no

período era formado em sua maioria por vereadores do PSP, partido de oposição. Segundo CHAIA (1991):

O PSP detinha 28,9% da representação; o PTB 13,3%, seguido da UDN e PDC com 11,1%; o PSD e o PR possuíam 6,8% respectivamente; enquanto que o PST, o PTN, o PRP, o PRT e o PSB possuíam 4,4% cada um. A bancada janista era formada por 10 parlamentares (5 do PDC, 3 do PTB e 2 do PSD) do total de 45 vereadores. Havia o Bloco Independente, formado por 11 vereadores (4 da UDN, 3 do PR, 1 do PTN e 3 do PTB), que, apesar de não fazer oposição sistemática, também não aderia incondicionalmente ao governo.

Em seus discursos, os vereadores oposicionistas faziam duras críticas ao Prefeito. De maneira habilidosa, Jânio procurou estabelecer relações pessoais com líderes dos partidos, recebendo-os em seu gabinete. Dessa maneira, tentava ampliar sua base de apoio, para que seus projetos fossem aprovados. Além disso, Jânio procurava sustentar sua força no apoio popular. Para isso, fazia comícios pedindo ajuda da população para aprovação de medidas que contrariavam a Câmara (CHAIA, 1991). Dessa maneira, enfraqueceu o papel do Legislativo.

Muitos vereadores, entretanto, continuavam a fazer firme oposição às atitudes do Prefeito consideradas personalistas. Várias denúncias eram feitas:

(...) a do Vereador Cantídio Sampaio, do PSP, que acusou Jânio Quadros de ter suspendido a compra de material de consumo dos parques infantis; a de Willian Salem, do PSP, que declarou que o Prefeito suprimiu o transporte que era fornecido às crianças cegas de São Paulo para que frequentassem aulas de braile, sob a alegação de contenção de despesas; a de Toledo Piza e Bruno Filho, ambos do PRP, que comentaram sobre a proibição do comércio dos vendedores ambulantes, relembrando que Jânio, quando Vereador, defendeu-os e agora, como Prefeito, ponderava que só toleraria vendedores que fossem portadores de defeitos físicos. (CHAIA, 1991)

No começo de 1954, Jânio foi apresentado como candidato ao Governo do Estado de São Paulo. A ausência constante do prefeito era também criticada pelos vereadores oposicionistas, sob a alegação de que o município sofria de descontinuidade administrativa. Depois de um longo período de prefeitos nomeados, esperava-se que o prefeito eleito fosse mais presente e cumprisse seu mandato. Mas a Câmara teve que aceitar a eleição de Jânio como governador, e o Presidente da Casa assumiu interinamente o cargo de Prefeito de São Paulo, em janeiro de 1955.

A sensação geral de instabilidade na Prefeitura de São Paulo permanecia. Jânio conseguiu construir uma imagem que o levaria a galgar níveis cada vez mais elevados da administração pública. Mas os grandes problemas da cidade ainda mereciam atenção e eram discutidos intensamente pelos vereadores, que apresentavam propostas, debatiam, ouviam a sociedade. Mantinham-se assim

como representantes das diferentes vozes que se expressavam no cenário político local.

Discutia-se sobre a falta de planejamento do desenvolvimento dos serviços públicos, problemas de abastecimento de água e energia elétrica, falta de rede de esgoto compatível com as dimensões da cidade, o crescente problema dos congestionamentos de veículos entre outros temas que afetavam diretamente o cotidiano das pessoas.

Aumentava a necessidade de aproximação dos vereadores em relação à população dos bairros. A Câmara se impõe como representante dos bairros e para isso são solicitados. Por exemplo, o Vereador Agenor Lino de Matos, na sessão de 28-01-1952, sugere que a Câmara discuta problemas que estejam de acordo com as necessidades do povo. Como migrante do Estado, disse que era procurado pelo povo:

Agora há pouco recebi, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, conforme tenho recebido todos os dias no meu escritório, na minha casa, nas ruas de São Paulo, moradores dos bairros, moradores esquecidos, pais de família que me perguntam: - o senhor pode ir até o meu bairro? Eu irei, porque prometi não calçar ruas, não levar condução, não levar escolas somente em vésperas de eleições, mas prometi a este povo, diante de Deus, conforme me encontro neste momento, de trabalhar pelo engrandecimento de São Paulo, pelo engrandecimento do Brasil, porquanto este povo que foi às urnas de nós exige agora que trabalhemos por ele (...). (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 1).

Como se vê, as demandas da população aos vereadores aumentavam. As indicações, projetos e requerimentos dos vereadores constituíam importantes meios de levar adiante propostas de interesse popular.

A expansão da cidade e seus problemas

Além da imigração em larga escala, cujo auge havia passado, migrações internas foram fundamentais para o crescimento demográfico de São Paulo. Nos anos 1950, cerca de 24% da população rural brasileira migrou para as cidades, e São Paulo foi um dos grandes polos de atração.

O crescimento industrial e a construção civil atraíam pessoas interessadas em melhores condições de vida. No ano do IV Centenário, São Paulo concentrava 436.850 trabalhadores, em 19.286 estabelecimentos industriais.

A questão da vinda de migrantes, sobretudo nordestinos e mineiros, é bastante debatida durante a 2ª Legislatura. Por exemplo, na sessão ordinária de 06-02-1952, o Vereador Quintino da Silva apresentou um Requerimento que chama a atenção para o problema da migração, e as péssimas condições em que vivem os retirantes. Ele clamou pela criação de uma comissão que estude

formas pelas quais o município possa cooperar com as autoridades federais e estaduais para criação de melhores condições às milhares de pessoas que chegavam a São Paulo (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 1). Na sessão seguinte, o mesmo Vereador fez um longo discurso sobre a questão. Destacamos dois trechos:

> Na visita que realizei à Hospedaria, pude verificar quanto é precária a assistência médica ora prestada aos nossos irmãos do norte, apesar da boa vontade e dedicação do Diretor do Departamento, dos funcionários e dos poucos médicos da Hospedaria (dos Imigrantes), pois a par da falta de espaço e local apropriado, verifica-se a absoluta carência de material, principalmente de medicamentos. Vi, Sr. Presidente, recorrerem aos médicos, além de adultos e adolescentes, em precário estado de esgotamento físico, crianças de colo, em geral atacadas de disenteria, sem que a Hospedaria pudesse contar com os mais elementares recursos em medicamentos para atendê-las.
>
> (...) Não precisarei encarecer aos meus nobres colegas os perigos a que se expõe a população da Capital com o aglomerado dessa massa humana, em cujo meio, como acentuei, verifica-se, em regra, a presença de numerosos doentes de moléstias contagiosas, que podem mesmo, na atual emergência, sem exagero, trazer surto epidémico entre nossas populações da Capital e Interior. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 1)

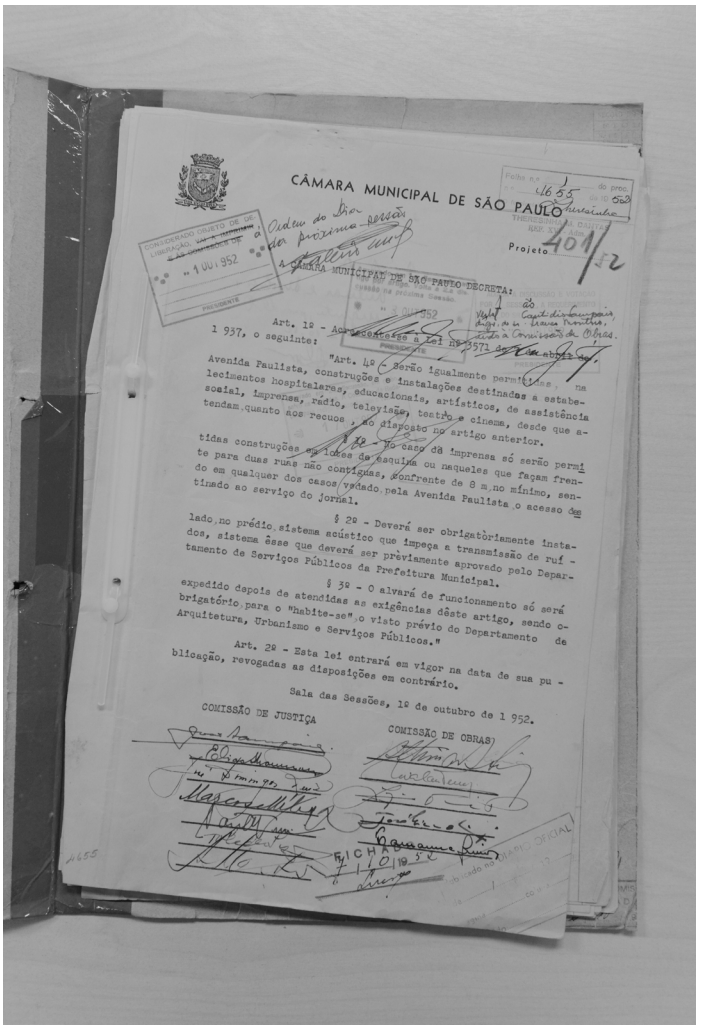
O Vereador alerta para a expansão de epidemias que poderiam crescer na cidade. Na sessão de 13/02/1952 (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 2), discute-se se o problema é realmente o migrante. O Vereador Gumercindo Fleury disse que os verdadeiros causadores do mal são os contratadores de nordestinos que os arrematam e os levam para trabalhar em São Paulo. Por outro lado, há aqueles que diziam ser essa uma mão-de-obra necessária para as lavouras do Estado. O fato é que se discutia com assombro o problema, e buscavam-se soluções que minimizassem o impacto dessa grande leva populacional. O regionalismo vem à tona na fala do Vereador João Sampaio, quando disse, na sessão de 22/02/1952 (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 2), que os auxílios e gastos para solução do problema dos nordestinos deveriam vir do Governo Federal e não dos recursos da população de São Paulo.

O assunto era recorrente na Câmara. Em fevereiro de 1953, foi apresentado o Projeto de Lei nº 38/1953, de autoria do Vereador Elias Shammass, autorizando o Executivo a dispensar a importância de dez milhões de cruzeiros aos flagelados da seca do Nordeste, como contribuição da Municipalidade de São Paulo. O Vereador João Sampaio, presidente da Comissão de Justiça da Casa, questionou o projeto: "(...) a arrecadação municipal, já por demais limitada pela distribuição de rendas feita na Constituição Federal, tem o destino legal de prover as necessidades da administração e dos serviços públicos do

Município" (SÃO PAULO, 1953). O Vereador defende que tal ajuda deveria vir do governo federal. Já o Vereador Silva Azevedo argumenta: "Se é bem verdade que ao governo federal compete o auxílio a estas populações, não menos verdade também é que, por um dever de solidariedade, todos os municípios e os munícipes do Brasil devem socorrer seus irmãos nordestinos." (SÃO PAULO, 1953, fl. 15). Muito foi discutido sobre o assunto, mas prevaleceu a proposta do Projeto, que se tornou a Lei 4360/1953. Os recursos foram passados à Cruz Vermelha Brasileira, seção São Paulo, que, uma vez cumprida a missão, deveria prestar contas.

O apoio de São Paulo foi reconhecido, como se vê no texto do requerimento 119, da Assembleia Legislativa de Pernambuco, juntado ao Projeto de Lei 38/1953:

Projeto de Lei 38/1953
Fonte: Arquivo Geral da CMSP



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Projeto 401/52

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art. 1º - Acrescentam-se à Lei nº 3571 de 1 937, o seguinte:

"Art. 4º C - Serão igualmente permitidas, na Avenida Paulista, construções e instalações destinadas a estabelecimentos hospitalares, educacionais, artísticos, de assistência social, imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, desde que atendam, quanto aos recuos, ao disposto no artigo anterior.

§ 1º - No caso da imprensa só serão permitidas construções em lotes de esquina ou naqueles que façam frente para duas ruas não contíguas, confrente de 8 m, no mínimo, sendo em qualquer dos casos/vedado pela Avenida Paulista o acesso destinado ao serviço do jornal.

§ 2º - Deverá ser obrigatoriamente instalado, no prédio, sistema acústico que impeça a transmissão de ruídos, sistema êsse que deverá ser prèviamente aprovado pelo Departamento de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal.

§ 3º - O alvará de funcionamento só será expedido depois de atendidas as exigências dêste artigo, sendo obrigatório, para o "habite-se", o visto prévio do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Serviços Públicos."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 1 952.

COMISSÃO DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE OBRAS

O gesto da Câmara Municipal de São Paulo, vindo discretamente ao encontro da aflitiva contingência em que se contorcem as populações nordestinas (...), não poderia deixar de tocar de perto os sentimentos dos representantes do povo, na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Tradicionalmente atento a todos os acontecimentos da vida nacional, auspiciosos ou não, o povo de São Paulo, que vem recebendo de braços abertos legiões e legiões de emigrados nordestinos, tangidos pela seca e outros desajustamentos socioeconômicos, põe em relevo, na atitude dos seus esclarecidos legisladores, sentimentos patrióticos e um amor à causa da unidade nacional (...) (PL 38/1953, folha 54).

O processo migratório para São Paulo foi bastante estudado e deve-se à demanda por mão-de-obra em São Paulo e às crises de seca pelas quais passavam regiões do Nordeste. Com isso, São Paulo crescia e essas populações ocupavam as regiões periféricas da cidade.

Além do crescimento horizontal, para as periferias, a cidade passava por um processo rápido de verticalização, que ocorria desde os anos 1920, intensificando-se nos anos 1950. Desconsideravam-se marcos arquitetônicos e o objetivo era projetar a cidade na vanguarda do progresso.

O Plano de Avenidas, idealizado por Prestes Maia e João Ulhôa Cintra, foi colocado em prática

Viaduto rio Branco, 1959.

Fonte: Arquivo Histórico da Cidade de São Paulo.

inicialmente na gestão do primeiro na Prefeitura, entre 1938 e 1945. Este plano marcou as características cosmopolitas de São Paulo. A ideia era facilitar a circulação por meio de um sistema viário baseado na expansão do Centro, a partir de largas avenidas articuladas a uma malha de vias perimetrais.

O plano abrangia várias intervenções viárias, como as Avenidas Anhangabaú e Itororó, atuais 9 de Julho e 23 de Maio, juntando-se no tronco do "sistema Y", atual Avenida Prestes Maia; o eixo Consolação-Rebouças, a Radial Leste entre outros. Podem ser identificados no plano o princípio do crescimento (vertical e horizontal, a partir da expansão do centro) e a preferência pelo transporte rodoviário e automóvel.

Em relação aos transportes, o número de ônibus crescia rapidamente. Em 1947 foi fundada a Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC que conviveu com a operação de ônibus de empresas privadas. Entre os anos de 1948 e 1952, por exemplo, a frota dos operadores privados e clandestinos de transportes coletivos cresceu cerca de 270% (ZIONI, 2008). Linhas de bonde gradualmente eram desativadas, em favor dos ônibus.

Mas o atendimento dos ônibus à população deixava muito a desejar. Nos discursos dos vereadores são constantes os pedidos para que a Prefeitura tome providências para que o transporte seja melhor e atenda a periferia. Um exemplo são os discursos do Vereador Bruno Filho, que discursou sobre as dificuldades de transporte nas regiões "esquecidas" (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 1).

Diante do crescimento da cidade e dos problemas urbanos que se avolumavam, identifica-se que as discussões dos anos 50 são marcadas pelo discurso de que revisões na organização urbana eram urgentes. Concluiu-se que era necessário um Plano Diretor, temática recorrente na Câmara Municipal de São Paulo, conforme o discurso citado do Presidente Cantídio Sampaio.

Segundo VIRGÍLIO (2010):

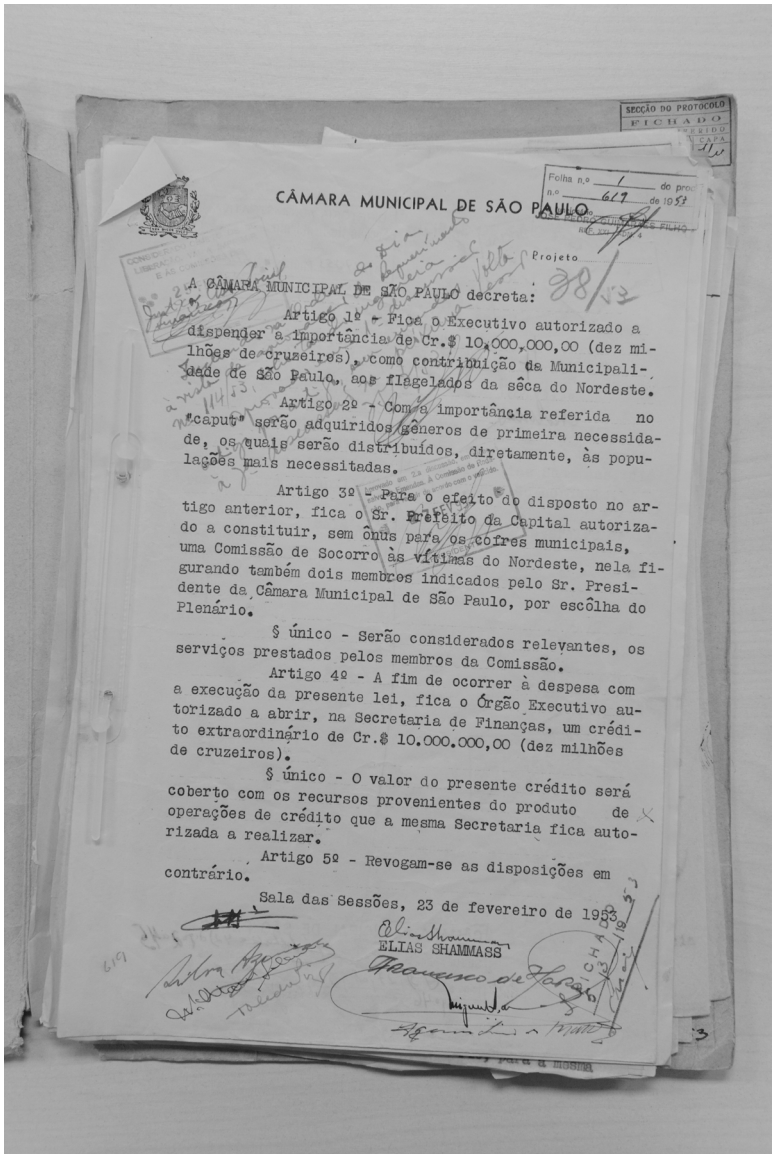
"A tônica geral da atuação do poder público pode ser resumida nos seguintes aspectos: 1) descontinuidade político-administrativa; 2) elaboração de muitos planos e poucas intervenções; 3) ampliação e diversificação das abordagens dos técnicos municipais; 4) planos e estudos realizados importantes para a formação de novos quadros técnicos e como subsídios para as intervenções futuras."

No pós-guerra, começou uma tímida abordagem de planejamento no trato dos problemas urbanos. Em 1947, foi formada uma Comissão orientadora do Plano da Cidade, mas que nada fez por seis anos. Entretanto, ao longo dos anos 1950, a despeito do interesse pela temática do planejamento, a cidade crescia

com rapidez e sem estrutura, através da ação de diversos agentes privados, e sob uma legislação urbanística insuficiente.

Nesse período ocorreram também mudanças nos padrões de moradia. Surgem prédios de apartamentos residenciais, condomínios, edifícios-galeria, edifícios-conjunto, entre outros. Em 1952, por exemplo, temos o Projeto de Lei 401/1952, promovido pelas Comissões reunidas de Justiça e de Obras da Câmara, que permitiu a construção, na Avenida Paulista, de hospitais, escolas, teatros, cinemas, etc., dentro de um modelo de verticalização.

Projeto de Lei 401/1952
Fonte: Arquivo Geral da CMSP



SECÇÃO DO PROTOCOLO
FICHADO

Folha n.º 1 do proc. n.º 619 de 1953

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Projeto

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a dispender a importância de Cr.$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), como contribuição da Municipalidade de São Paulo, aos flagelados da sêca do Nordeste.

Artigo 2º - Com a importância referida no "caput" serão adquiridos gêneros de primeira necessidade, os quais serão distribuídos, diretamente, às populações mais necessitadas.

Artigo 3º - Para o efeito do disposto no artigo anterior, fica o Sr. Prefeito da Capital autorizado a constituir, sem ônus para os cofres municipais, uma Comissão de Socorro às vítimas do Nordeste, nela figurando também dois membros indicados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, por escôlha do Plenário.

§ único - Serão considerados relevantes, os serviços prestados pelos membros da Comissão.

Artigo 4º - A fim de ocorrer à despesa com a execução da presente lei, fica o Órgão Executivo autorizado a abrir, na Secretaria de Finanças, um crédito extraordinário de Cr.$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

§ único - O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes do produto de operações de crédito que a mesma Secretaria fica autorizada a realizar.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 1953

ELIAS SHAMMASS

Para compreender devidamente o período, é importante considerar a grave crise habitacional. Difundia-se o modelo de aquisição de casa própria, em detrimento dos aluguéis. Uma das medidas de maior impacto foi a Lei do Inquilinato, de 1942, que congelou os aluguéis. Ao estimular a casa própria, o governo federal buscava criar condições para crescimento da produção industrial e ampliação do mercado interno. A casa própria reduziria a pressão por melhores salários e os industriais poderiam aumentar seus investimentos.

Estudos mostram que a Lei do Inquilinato provocou nos proprietários reações contrárias à redução de seus lucros. "A maior parte das artimanhas para burlar o espírito da lei passava pela ameaça verbal ou física de despejo ou sua solicitação legal, pois no quadro da falta de moradia, a possibilidade de perder a que já ocupava representava para o inquilino uma situação desesperadora." (VIRGÍLIO, 2010). Vários proprietários buscavam direcionar seus imóveis para a construção de grandes edifícios. Muitos inquilinos, ao perderem o local de moradia, precisavam se mudar para regiões distantes. O assunto era bastante discutido no Plenário da Câmara, conforme explica o historiador Pereira Neto (2006):

Em 1953, estabelecendo a associação tradicional entre casa e estabilidade familiar, dentro de uma visão organicista da sociedade, denunciava o Vereador Anselmo Farabulini Jr.

Barracos da favela de Vila Jaguara (zona oeste de São Paulo) que será desapropriada. São Paulo, SP, 05.07.1957.
Foto: Acervo UH/Folhapress

no Plenário da Câmara dos Vereadores a "insustentabilidade da família, como célula viva, como célula-máter do organismo social" uma vez que "(...) milhares de ações de despejo transitam pelas diversas Varas Cíveis do nosso Fórum". Essas ações partiram da Prefeitura em virtude da construção das radiais, como a Leste, do alargamento da rua da Consolação, da construção da Avenida Itororó. Portanto, o congelamento dos aluguéis, bem como as mudanças do espaço urbano, privilegiando a circulação de automóveis, acabavam estimulando as ações de despejo, o que tornava, em contrapartida, a construção da casa própria na periferia um empreendimento atraente.

Muitos cortiços foram demolidos para dar lugar aos edifícios. Todo esse movimento fez com que, já na década de 1940, meio milhão de pessoas passasse a morar em casas próprias, autoconstruídas, nas periferias em expansão. Faltava, entretanto, infraestrutura urbana básica, transportes e aprovação legal da Prefeitura.

A formação de favelas em São Paulo foi outra consequência da crise habitacional das décadas de 1940 e 1950. Muitos optavam por permanecer em áreas centrais, ao invés de irem para as periferias. A opção foi ocupar terrenos baldios, principalmente próximos às várzeas do Tietê e Tamanduateí, em barracos. Em 1957, "já existiriam 141 núcleos de favelas com mais de 10 barra-

cos, totalizando cerca de 8,5 mil barracos e 50 mil pessoas." (VIRGÍLIO, 2010). Assim, durante o período da Segunda Legislatura, o crescimento das favelas foi uma questão que chamou a atenção dos vereadores. Havia uma clara relação entre o problema dos despejos e a formação dos barracos na cidade.

Por exemplo, o Vereador Valério Giuli levou ao plenário uma reportagem do Jornal Folha da Tarde, que destacou o "Beco do Pinto", que teria sido fechado pela polícia, para servir de abrigo a migrantes que não tinham onde ficar. No lugar do beco, havia "uma construção rudimentar chamada, pitorescamente, de 'favela'(...)" Nas palavras do Vereador: "Em nossa visita, feita num destes dias, Sr. Presidente, pudemos constatar que, neste lugar, denominado 'favela', encontra-se, naquele dia e naquela hora, em absoluta promiscuidade, homens, mulheres, crianças, doentes, tuberculosos, ébrios, desalojados e dementes." (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 2).

Essa ideia de "promiscuidade" é bastante recorrente. A "favela" é entendida como espaço desorganizado e imoral, estímulo ao vício. Em alguns momentos, é também o espaço dos "vagabundos". Segundo Raquel Rolnik, "a categoria 'favelado' é imediatamente associada à categoria 'marginal', mesmo que todos seus moradores não sejam criminosos." (ROLNIK, 2007). Os vereadores também criticavam aqueles que exploravam as pessoas nas habitações precárias. Vários edis relataram visitas a favelas e cortiços e ficaram chocados com a situação insalubre, cobrando medidas de apoio a seus moradores.

O vereador Hermínio Vicente, por exemplo, critica o enfoque da Prefeitura nos festejos do IV Centenário: "Por acaso a Comissão do IV Centenário pretende que os turistas venham visitar as favelas de São Paulo? Se ela organizar um itinerário nesse sentido então será possível que o turismo para São Paulo se desenvolva muito." (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 12).

Os vereadores também apontam que o problema do "afavelamento" não atinge apenas migrantes, mas também trabalhadores da cidade, que não tem como pagar aluguéis. É o que destaca o vereador Cantídio Sampaio:

O operário está se afavelando, está entrando para as favelas e, por incrível que pareça, vou dizer a V. Exa., na favela do Canindé, entre os favelados, fui encontrar ontem um soldado da Aeronáutica e sua família. Veja bem, a que estado chegamos: um soldado, um servidor do governo federal afavelado porque não pode viver com mil e quinhentos cruzeiros mensais. E tem 20 anos de serviço. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1954, v. 1).

Como se vê no discurso do Vereador, não se pode atribuir a formação de favelas unicamente ao processo migratório, mas também ao aumento do custo de vida, baixos salários e crise habitacional da cidade, com a elevação dos aluguéis, desapropriações para grandes obras e especulação imobiliária.

Enfim, o crescimento desordenado, associado aos problemas sociais em São Paulo, potencializaram o desenvolvimento de problemas que até os dias de hoje afligem a cidade.

Os loteamentos irregulares nos bairros periféricos.

Paralelamente ao crescimento das favelas, ocorria a expansão dos loteamentos na periferia, geralmente clandestinos ou irregulares. Já na década de 20 era possível identificar essas ocupações, normalmente próximas a linhas férreas. Porém, nos anos 40, com a expansão do transporte por ônibus, o loteamento distante torna-se uma opção, apesar das dificuldades. Iniciava-se o modelo periférico de habitação, que marcou profundamente a história de São Paulo.

Em décadas anteriores, grandes áreas foram compradas a baixo preço ou foram "griladas". No tempo apropriado, essas terras foram divididas em lotes e especuladores esforçaram-se por divulgar e vender o que se tornara o sonho da população pobre da cidade: um lote para construção da casa própria.

Tais terrenos não estavam integrados à infraestrutura da cidade. Vale ressaltar que nos anos 30 e 40, a Câmara ficou fechada, com exceção de poucos meses em 1936 e 1937, até a sua reabertura em 1948. Assim, a expansão inicial dos loteamentos irregulares se deu sem a participação no poder público de representantes populares que pudessem trazer os problemas ao Executivo e discutir soluções para a crise habitacional.

Os loteamentos irregulares aparecem frequentemente nos discursos dos vereadores. Por exemplo, o Vereador Rubens do Amaral aponta para as dificuldades dos trabalhadores que moram em terras distantes, desprovidas de infraestrutura:

Pense-se ainda na perda de tempo imposta a quem trabalha e se transporta de subúrbios longínquos para os locais de trabalho, sem tempo para o almoço, retardado o seu jantar, roubadas as suas horas de recreio e de sono. Ver-se-á na própria evidência que vivemos numa cidade infeliz, que se orgulha dos seus arranha-céus, mas se envergonha dos seus porões, cortiços e favelas, da sua metade que não tem água encanada e utiliza poços, dos seus dois terços que não têm esgotos e sofrem o flagelo das fossas, das suas vilas que são aldeias de pó e lama, de matagais e atoleiros, com velas de sebo e lamparinas de querosene, pior do que nos mais distantes cafundós dos mais bárbaros sertões do Brasil.

A culpa é do poder público, que não disciplinou em tempo o crescimento da cidade. A ação daninha, porém, é da especulação territorial. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 9).

O Vereador Toledo Piza, na sessão de 31-10-1952, aponta para a gravidade do problema:

Devo informar a V. Ex.a que São Paulo é a cidade do mundo que tem mais loteamentos – loteamentos criminosos – que vem destruindo as ú ltimas reservas territoriais em que poderíamos localizar as nossas chácaras e as nossas granjas. Mas tudo isso é transformado em loteamento e, segundo cálculo do Instituto de Engenharia, os loteamentos existentes darão para uma população de 20 milhões de almas. Veja V. Exa. qual o crime por não existir uma lei que coiba esses loteamentos. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952, v. 16).

Ao comprarem terrenos, parte da população iniciava o plano de construção da casa própria, na chamada "nova periferia", dos anos 1940 e 1950, formada pelos bairros de Osasco, Pirituba, Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Guaianazes, Ibirapuera, Jabaquara, Indianópolis e Santo Amaro. Capela do Socorro e Parelheiros também eram gradualmente ocupadas.

Já na 1ª Legislatura pode ser identificada grande atenção aos bairros periféricos, sobretudo com projetos e indicações. Isso continua na 2ª Legislatura, o que demonstra que a periferia começa a ser problematizada nos debates. Diante da expansão periférica que já estava em curso, o poder público optou pela legalização em massas de vilas e começaram pressões por melhorias. É nesse contexto que a Prefeitura passa a ser cobrada no que se refere à infraestrutura para as regiões distantes da cidade.

Em 1952, na gestão do Prefeito Armando de Arruda Pereira, é proposta uma legalização em massa por meio do Projeto de Lei 284/1952, que só foi aprovada no ano seguinte. Jânio Quadros, eleito prefeito com apoio das periferias, defendeu a medida. É importante lembrar que a legalização também servia para cobrança de impostos prediais nessas áreas. Um parecer da Comissão de Justiça sobre o projeto reforça a ideia de que essas medidas eram esperadas pela população das periferias:

Constantes são os pedidos endereçados à Câmara pelos munícipes, solicitando a oficialização das ruas, praças, avenidas e estradas em que residem, como fórmula única e capaz de atrair os poderes competentes para aqueles locais, onde há absoluta ausência de luz, calçamento, água, esgoto e demais condições urbanísticas.

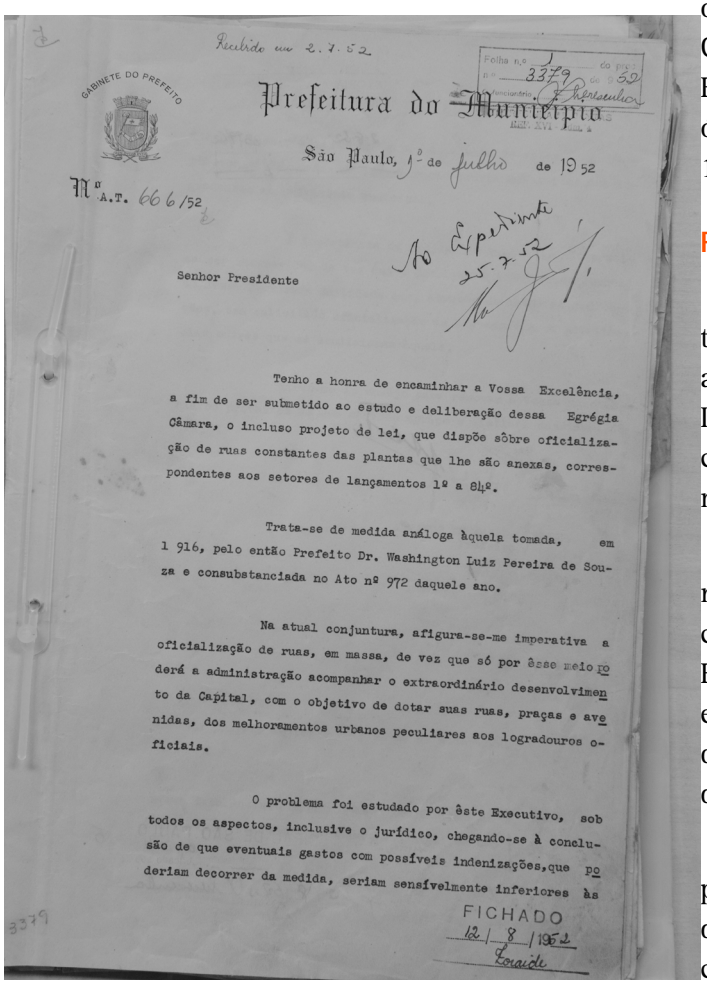
(...) Daí as constantes solicitações desta Ilustre Edilidade, através de inúmeras indicações, sugerindo a oficialização dos nossos logradouros. (PL 284/1952, folha 11).

Assim, a legalização posta em prática em 1953 teve apoio da Câmara, que pressionava o Executivo por meio de várias indicações. Estava evidente o peso político dos novos bairros periféricos.

O empobrecimento da população, por conta de crises financeiras, baixos salários, aumento do custo de vida e ampliação do processo migratório, somado à periferização do assentamento espacial dos trabalhadores, marca a vida cotidiana em São Paulo. Surgiam assim novas necessidades urbanas, o que gerou aumento de demandas por infraestrutura, transportes adequados, sistema educacional, saúde, equipamentos sociais e culturais, entre outros (SPOSATI, 1988). Esse contexto forçou a ampliação dos encargos sociais da Prefeitura, pressionado pelas Sociedades Amigos de Bairro, forma organizada dos movimentos sociais urbanos na década de 1950. Ainda segundo a autora,

Na Segunda Legislatura, vários debates ocorreram a respeito das responsabilidades do poder público na área de Serviço Social. Criticava-se a Casmu (Comissão de Assistência Social do Município), criada em 1951, por decreto do Prefeito Armando de Arruda Pereira. O mesmo Prefeito apresentou um projeto de lei, que foi discutido por dois anos na Câmara, tratando da criação do Departamento Municipal de Serviço Social. Tratava-se do Projeto de Lei 76/1953, que em abril de 1955 tornou-se a Lei 4637, criando a Divisão de Serviço Social, diretamente ligada ao Prefeito, na ocasião William Salem, que ocupava a Prefeitura na condição de Presidente da Câmara, já que Jânio Quadros abandonara o cargo. Essa divisão foi a primeira organização formal do órgão de assistência social do município. (SPOSATI, 1988).

Trecho de ofício que encaminhou à Câmara e Projeto de Lei
Fonte: Arquivo Geral da CMSP



Recebido em 2.7.52

GABINETE DO PREFEITO

Prefeitura do Município

São Paulo, 1º de julho de 1952

Nº A.T. 666/52

Ao Expediente 25.7.52

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao estudo e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, que dispõe sôbre oficialização de ruas constantes das plantas que lhe são anexas, correspondentes aos setores de lançamentos 1º a 84º.

Trata-se de medida análoga àquela tomada, em 1 916, pelo então Prefeito Dr. Washington Luiz Pereira de Souza e consubstanciada no Ato nº 972 daquele ano.

Na atual conjuntura, afigura-se-me imperativa a oficialização de ruas, em massa, de vez que só por êsse meio poderá a administração acompanhar o extraordinário desenvolvimento da Capital, com o objetivo de dotar suas ruas, praças e avenidas, dos melhoramentos urbanos peculiares aos logradouros oficiais.

O problema foi estudado por êste Executivo, sob todos os aspectos, inclusive o jurídico, chegando-se à conclusão de que eventuais gastos com possíveis indenizações, que poderiam decorrer da medida, seriam sensìvelmente inferiores às

FICHADO 12/8/1952

Projetos para a cidade

Segundo Meyer (1992), na década de 1950, a trajetória das relações entre metrópole e urbanismo assumiu uma nova versão: o planejamento urbano. Isso não significa, segunda a autora, o abandono completo das ideias urbanísticas que existiam anteriormente.

Intensificaram-se os estudos sobre planejamento urbano, e todas essas discussões, lentamente, culminaram na elaboração do Plano Diretor de 1972. Entre as primeiras propostas que merecem destaque, encontra-se a do engenheiro e advogado nova-iroquino Robert Moses, em 1950. O estudo foi encomendado pelo então Prefeito Lineu Prestes.

A essa altura já havia controvérsias sobre propostas para a cidade. De um lado, havia os que defendiam o plano de Prestes Maia, que apostava no livre crescimento e expansão da metrópole. Do outro lado,

havia os que apoiavam as ideias de Luís Inácio de Anhaia Mello, que defendia o controle e limitação do crescimento urbano (CAMPOS; SOMEKH, 2008).

Havia a expectativa de que o relatório de Robert Moses abordasse essas diferentes posições. O fato é que Moses defendeu a ideia de áreas periféricas conectadas ao centro por grandes avenidas. Para isso, a cidade precisaria de mais ônibus, valorizando assim o transporte rodoviário. Verifica-se que, nos anos seguintes, esse modelo foi colocado em prática e as políticas públicas parecem ter sido favoráveis à proposta de Prestes Maia de crescimento da cidade.

Moses apontou para a necessidade de uma planta oficial, regulamentação de zoneamento e um código de obras moderno. Essas ideias estavam de acordo com a necessidade defendida de planejamento e esse passa a ser um alvo perseguido ao longo das décadas seguintes. Trata-se de um caminho tortuoso, que aflige a cidade até os dias atuais.

A influência de Moses pode ser ilustrada por sua visita à Câmara Municipal, em 18/05/1954. O Vereador Marcos Mélega apresenta inicialmente um discurso bastante elogioso aos estudos e propostas de Moses, destacando seu olhar para o problema do abastecimento de água na cidade e o trânsito caótico. Ao ter a palavra, Moses apontou, entre outras coisas, para a necessidade de determinação na construção de obras necessárias ao crescimento urbano. Para tanto, seria importante tratar com bastante antecedência das desapropriações nas regiões onde se dariam essas obras. Segundo ele, seria preciso providenciar moradias decentes à população removida. No que se refere a questões financeiras, dizia ser necessário articular recursos municipais, estaduais e federais.

O vereador Gabriel Quadros aproveitou a visita de Moses para perguntar sua opinião sobre a construção de "subways" em São Paulo. A resposta foi que "em toda grande cidade há necessidade". Explicou as dificuldades para ampliação do metrô em Nova York, sobretudo os custos. E é isso que ele aponta como problema para São Paulo:

Traduzo, neste momento, a V.Exas, o pensamento do chefe de serviços de "subway", de metropolitanos, que mantém o ponto de vista de que para São Paulo qualquer coisa nesse sentido, isto é, no sentido da construção do metropolitano, ficará caro demais, devendo esta cidade preferir as avenidas largas, as vias de trânsito rápido, evitando os pontos de cruzamentos, para que não se diminua a velocidade do tráfego. Este ponto de vista, no entanto, não é falível, pode estar errado. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1954, v. 8).

Pelo discurso, a opção mais fácil, frente às dificuldades, seria apostar no transporte rodoviário. As discussões sobre o metrô ainda levariam tempo. No dia da visita de Moses, o Vereador Gabriel Quadros insistiu no assunto, com outras perguntas, mas foi interrompido pelo Vereador Marcos Mélega, que anunciou a saída do ilustre visitante.

A despeito dessas discussões, estudiosos apontam que o poder público em São Paulo, no tempo da 2ª Legislatura, não conseguiu elaborar planos urbanísticos consistentes. Segundo Campos; Somekh (2008):

A esfera técnica se distanciava do jogo político, e não surgia um grupo dominante que pudesse comandar o processo de intervenção (...). Iniciativas de racionalização do espaço urbano, essenciais ao funcionamento da metrópole industrial, esbarravam nas contradições do regime populista, em que interesses imobiliários podiam se aliar às demandas populares em torno da inexorabilidade de uma expansão à margem de qualquer veleidade urbanística.

Pela análise, parece ter havido um descompasso entre as propostas técnicas e a prática política. Enquanto isso, o crescimento urbano acontecia de maneira desordenada, à margem da lei, tolerada pelo poder público, que usava de anistias periódicas, como as que ocorreram durante a 2ª Legislatura, em 1953 e 1955. Assim, os serviços urbanos eram paulatinamente estendidos à periferia e, nesse processo, os vereadores tinham importante papel, apresentando as necessidades populares, redigindo indicações, discursando no plenário, etc.

A Comissão do Plano da Cidade, constituída em 1947, só apresentou sua primeira proposta em 1954: um estudo de Anhaia Mello, que defendia a tese de conter a expansão urbana, vertical e horizontal, e propunha uma articulação entre os níveis federal, estadual e municipal. A composição da Comissão, cujo nome passou a ser Comissão Orientadora do Plano Diretor, em 1953 era presidida pelo prefeito e composta por quatro representantes do Executivo, dois do Legislativo, um do Instituto de Engenharia, um do Instituto de Arquitetos do Brasil, um da Sociedade Amigos da Cidade, um da Associação Paulista de Imprensa, por dois professores das disciplinas de Arquitetura e Urbanismo, sendo um da USP e um do Mackenzie, e por outros profissionais que o prefeito julgasse necessários. Representaram a Câmara os Vereadores Teixeira Pinto e Nicolau Tuma. Este apresentou sua expectativa:

Com a instalação da Comissão do Plano Diretor da Cidade, certamente chegaremos a uma rápida conclusão sobre problemas de zoneamento, sobre a abertura das grandes avenidas perimetrais e diametrais, sobre a limitacão do uso dos lotes urbanos, a fim de impedir que a cidade seja um monstro de concreto e de aço a esmagar todos aquéles que a escolheram para centro das suas atividades. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1953, v. 25).

A influência de Anhaia Mello foi grande. Segundo Rolnik (2007), o "'Esquema Anhaia' lançou as bases no Brasil para toda a experiência de planejamento urbano, que ocorreu nas décadas seguintes, constituindo, em conjunto com o pragmatismo das grandes obras de Prestes Maia, a dualidade em torno da qual tem gravitado a política urbanística até nossos dias".

Do conjunto de propostas do "Esquema Anhaia", a Comissão do Plano Diretor apresentou um projeto de lei à Câmara Municipal, em 1954, na 2ª Legislatura. O assunto foi discutido e tornou-se lei apenas na legislatura seguinte (Lei 5261/1957), fixando "coeficiente de aproveitamento máximo de 6 para prédios comerciais e 4 para residências e hotéis, densidade residencial líquida de seiscentas pessoas por hectare, mínimo de 35 metros quadrados de terreno por habitação." (ROLNIK, 2007). Essa lei provocou fortes reações, e foi intensamente discutida nos anos seguintes. Apenas na década seguinte foi elaborado um Plano Urbanístico Básico (1968) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (1971), efetivamente o primeiro plano com força de lei.

Mais reivindicações

No período da 2ª Legislatura, em continuidade a uma tendência que já estava em andamento na legislatura anterior, muitos vereadores empenharam-se a denunciar e dar entrada em requerimentos e indicações, pleiteando melhorias nos bairros periféricos. Também participavam de reuniões de movimentos de mobilização nos bairros. Essa era uma das formas de conseguirem apoio para suas eleições.

Por exemplo, em São Miguel Paulista, bairro de grande concentração de migrantes nordestinos, foi eleito o Vereador Tarcílio Bernardo, que era janista. Na legislatura seguinte, a terceira, ele foi reeleito, mas também conseguiu uma vaga na Câmara o adhemarista Aurelino de Andrade. Enfim, os problemas do bairro foram amplamente tratados por estes Vereadores.

Vereadores, em particular, por representarem o bairro e viverem nele, tinham um papel vital de encaminhar e lutar para que as reivindicações da comunidade fossem atendidas. Para o político local não bastava morar no bairro, era preciso estabelecer uma relação de pertencimento, que pressupunha um compartilhar de experiências. Relações de identidade baseadas em classe e origem regional também podiam gerar ou reforçar os vínculos entre os moradores e seus representantes (FONTES, 2008).

Há um movimento crescente da população em pressionar o poder público, por meio de reivindicações. A tese de doutorado de Pereira Neto (2006) apresenta diversos exemplos. Um deles é o discurso de um ex-presidente da Sociedade Amigos da Vila Gumercindo, como explica o autor:

Enumerando as realizações de sua gestão e as formas de luta empreendidas, foram lembradas a formação de comissões, apelos, visitas à Câmara Municipal, ao Prefeito, cartas, requerimentos, iniciativas qualificadas pela reportagem do Última Hora como um mundo de atividades que só o desprendimento de cidadãos dedicados ao bem comum poderia desenvolver". (PEREIRA NETO, 2006)

Abaixo-assinados também eram importantes canais de reivindicação, e eram apresentados a vereadores. Essa era uma maneira de comprometer o vereador com o tema, que deveria ser apresentado ao prefeito e demais autoridades. Textos da população eram lidos no Plenário. Pereira Neto cita, por exemplo, trechos do discurso do edil Nicolau Tuma, em 1954, que leu um abaixo-assinado:

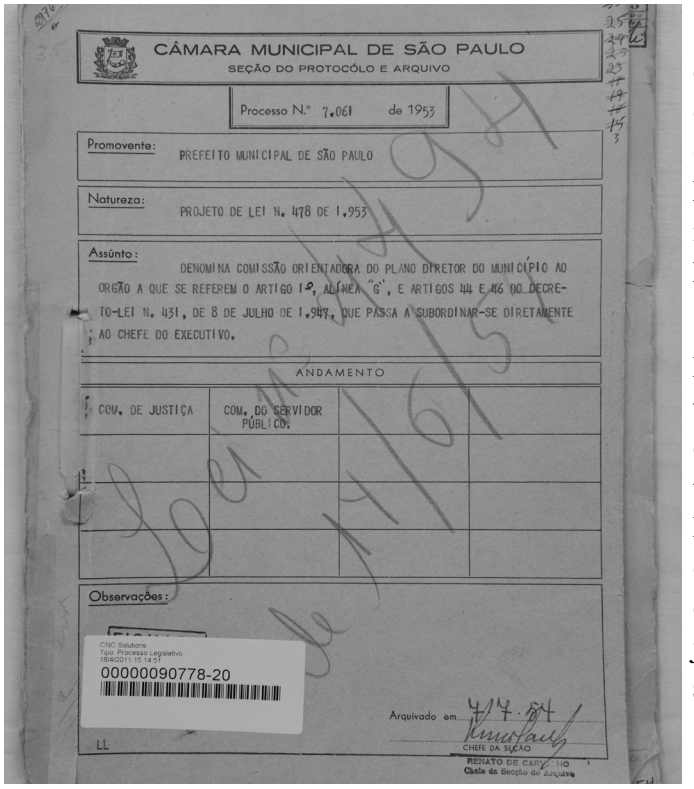
"Queremos colocá-lo a par da situação precaríssima em que se encontra um dos bairros que jamais mereceu a mínima atenção dos poderes públicos, sendo relegado até hoje ao mais absoluto abandono, porquanto acha-se desprovido de todo e qualquer melhoramento, como seja: iluminação pública, calçamento, serviços de água e esgoto, galerias de águas pluviais, etc, etc.

(...) Promessas e mais promessas... e tudo continua praticamente na mesma – o imutável desconforto de sempre (...) terrenos baldios transformados em depósitos de lixo, onde proliferam moscas e pernilongos em vários locais, verdadeiras enxurradas de águas pestilentas, que extravasam das fossas das residências, cortando o bairro em várias direções, desprendem exalações pútridas que empestam o ar, atentando contra a saúde do povo.

Tudo, denunciando o mais completo abandono. (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1954, v. 8)."

O objetivo da reclamação era pedir a transferência da feira da praça para a Alameda dos Tapuias, iluminação pública em várias ruas, calçamento na Avenida Ibirapuera, galeria de águas pluviais.

Capa de projeto de Lei 470/1953, que trata da Comissão Orientadora do Plano Diretor.
Fonte: Arquivo Geral da CMSP


CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEÇÃO DO PROTOCÓLO E ARQUIVO

Processo N.º 7.061 de 1953

Promovente: PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Natureza: PROJETO DE LEI N. 478 DE 1.953

Assúnto: DENOMINA COMISSÃO ORIENTADORA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO AO ORGÃO A QUE SE REFEREM O ARTIGO 1º, ALÍNEA "G", E ARTIGOS 44 E 46 DO DECRETO-LEI N. 431, DE 8 DE JULHO DE 1.947, QUE PASSA A SUBORDINAR-SE DIRETAMENTE AO CHEFE DO EXECUTIVO.

ANDAMENTO

COM. DE JUSTIÇA	COM. DO SERVIDOR PÚBLICO		

Observações:

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
18/4/2011 15:14:51
00000090778-20

Arquivado em 4/7/54
CHEFE DA SEÇÃO
RENATO DE CARVALHO
Chefe da Secção do Arquivo

Outro caso citado por Pereira Neto foi o discurso do Vereador Paulo Pereira, em 25 de fevereiro de 1955, onde citou o recebimento de dois abaixo-assinados, um da rua Ceridião Buarque, em Vila Pompéia, e outro do bairro Parque da Mooca. Com isso, o Vereador apresentou a Indicação 198/1955 ao Prefeito:

"Considerando que o bairro do Parque da Mooca, subdistrito de V. Prudente está completamente abandonado pelos Poderes Públicos, não tendo recebido nenhum dos melhoramentos necessários para uma vida digna de uma grande Capital como a nossa, INDICAMOS ao sr. Prefeito Municipal a necessidade de oficializar as ruas do Parque da Mooca (...) bem como colocar nelas iluminação pública e guias de sarjetamento e instalar um telefone público para uso de seus moradores. (Processo 614/1955, folha 1)."

A partir desses documentos, Pereira Neto (2006) conclui:

"Portanto, o abaixo-assinado dava publicidade a "demandas imediatas", legitimando-as pelo próprio procedimento adotado e pelo reconhecimento de algum vereador que, como vimos, entrava muitas vezes como intermediário entre a população e o prefeito. Além disso, sua linguagem construía uma determinada representação da condição da população da periferia como cidadãos que pagam impostos e, não obstante, eram abandonados pelas autoridades à sua própria sorte, estando aí a raiz da ideia da Prefeitura como "madrasta". Finalmente, introduzia um fator ausente na simples petição: a promoção da discussão e da mobilização popular, constitutivas da formação do que se pode chamar de uma esfera pública plebeia e de uma "vontade coletiva" por mudanças sociais."

Como se vê, tal abordagem expressa o papel ativo dos trabalhadores e da população das periferias, atuando como sujeitos da história. Rejeita-se, portanto, a noção clássica de populismo para caracterizar esse momento. Assim como Jânio Quadros, muitos políticos fizeram suas carreiras

"...pelo reconhecimento e pela centralidade da questão urbana e dos consequentes problemas causados pelo intenso ritmo de crescimento das cidades, particularmente a capital paulista, e pela divisão absolutamente desigual dos frutos do intenso desenvolvimento gerado, abrindo espaço para toda uma série de demandas populares que lhes serviu de ponte para o sucesso eleitoral". (DUARTE; FONTES, 2004).

Assim, pode-se afirmar que havia vários interesses envolvidos, com participação de forças desiguais, mas que atuavam a partir de negociações e busca de reciprocidade. Nesse sentido, os grupos populares estiveram presentes de maneira ativa. Não se pode analisar os anos 1950 a partir de um suposto vínculo entre líderes carismáticos (políticos) e as massas amorfas (a população em geral). Construíam-se assim estratégias para canalizar recursos disponíveis dentro do cenário institucional existente, nos quais as possibilidades de articulação popular eram restritas, mas não eram ausentes (DUARTE; FONTES, 2004).

Trabalhadores procuravam apoio dos vereadores também em movimentos grevistas, como foi o caso da chamada "Greve dos 300 mil", iniciada em 26 de março de 1953 por têxteis e metalúrgicos, com a adesão posterior de carpinteiros, vidreiros e gráficos, encerrando-se em 23 de abril. Os gráficos continuaram até o dia 27. Passeatas ocorreram pelo centro da cidade, e havia o receio de que o movimento fosse usado como justificativa para acabar novamente com a autonomia do município, permitida recentemente. Houve vereadores favoráveis aos grevistas, e o próprio Prefeito posicionou-se ao lado dos trabalhadores. É importante lembrar que Jânio havia sido eleito com apoio de parcelas significativas do operariado. Na sessão de 01/04/1953, o Vereador Franco Montoro, líder

da bancada do PDC, leu uma carta a ele dirigida pelo Prefeito Jânio: "Prezado Vereador: estou na presença do amigo e companheiro para manifestar minha integral solidariedade com as diversas categorias de trabalhadores ora empenhados na justa campanha grevista reivindicando melhores condições de vida." (PEREIRA NETO, 2006).

Pereira Neto também registrou em sua tese que o Vereador Franco Montoro apresentou, na sessão de 08/04/1953, o projeto de lei 89/1953 – que terminaria rejeitado – para liberação de 500 mil cruzeiros "para auxiliar a campanha de fundos, a campanha em favor de gêneros alimentícios, às famílias daqueles trabalhadores que se encontram em greve pacífica, decidida pelos respectivos sindicatos (...). Assim como há meses assistimos os flagelados do Nordeste, neste momento achamos que é necessário satisfazer a essa aspiração, a essa necessidade das famílias dos trabalhadores que se encontram em uma greve inspirada e fundamentada nos princípios constitucionais". (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1953, v. 4).

A maior cidade do país e seus problemas.

No início deste texto, chamamos a atenção para uma canção popular que ironiza a ideia de progresso em São Paulo, ideal que marcou um longo período da história da cidade. Outras canções de Adoniran Barbosa apresentam um retrato popular das transformações pelas quais a cidade passou. É o caso da famosa "Saudosa Maloca" (1951), que fala de um edifício alto que substituiu uma casa antiga, que havia se transformado na "maloca" de um grupo de amigos. Trata-se de um registro de época, que apresenta uma cidade em crescimento, mas sem planejamento urbano. Ao grupo de amigos, resta deixar sua maloca e procurar um lugar qualquer.

A ideia de São Paulo como uma cidade moderna, comparada às grandes metrópoles do mundo, era alvo de intensa propaganda. As áreas consideradas pobres, com cortiços, deveriam ceder espaço, pelo pensamento da época, a grandes avenidas e edifícios. Este é um dos elementos da crise habitacional que assolou São Paulo e que tinha como motivos também a elevação do preço dos aluguéis e a grande vinda de migrantes. Um dos resultados da especulação imobiliária nas áreas centrais foi o fomento, na periferia, dos loteamentos irregulares, desprovidos de infraestrutura urbana, onde a população deveria construir sua própria casa. Esse processo fica ilustrado na canção Abrigo de Vagabundos (1958), também de Adoniran, espécie de continuidade da Saudosa Maloca. O narrador conta sua trajetória, como trabalhador na cerâmica da Mooca, que lhe permitiu alcançar o sonho de construir sua própria maloca, que foi legalizada de maneira duvidosa com a ajuda de um amigo fiscal da Prefeitura, o "João Saracura". A música também fala dos amigos "vagabundos", que poderiam estar

"jogados na avenida São João ou vendo o sol quadrado na detenção". Enfim, é mais um retrato da marginalização social.

Vimos que a Câmara Municipal de São Paulo foi um espaço onde essas questões eram intensamente debatidas. Os vereadores trouxeram para o campo de discussões públicas os problemas das áreas centrais e das periferias. Cobrava-se da Prefeitura medidas de planejamento urbano, por meio de zoneamento e um Plano Diretor. Como vimos, entretanto, poucos avanços abrangentes ocorreram no tempo da 2ª Legislatura. Mas o fato é que se apontava para um novo modelo de gestão da cidade.

É importante reiterar a politização dos problemas da cidade, sobretudo das periferias, que ocorreu a partir da ação de vereadores. Diferente da concepção do Estado Novo, onde a tarefa do governante no trato dos problemas urbanos deveria ser apenas técnica, ficou evidente a correlação de forças políticas, na qual os vereadores tinham papel fundamental. Os debates e votações ocorridas no Legislativo revelam sua interferência na construção da cidade.

Além dos projetos de lei, discursos calorosos no Plenário e visitas que os vereadores faziam às diferentes partes da cidade, é preciso considerar a relação da população com a Câmara, enviando requerimentos, que poderiam ser lidos e convertidos em indicações ao Prefeito. O fato de que a população recorria à Câmara demonstra o reconhecimento da representação da instituição.

Nos anos 1950, não era mais possível aos políticos ignorar o grande número de eleitores que a cidade passara a ter. Por isso, a pressão popular tornava-se cada vez mais significativa. Greves e movimentos de bairro forçaram a ampliação do papel do poder público municipal. Por isso, vereadores participaram das discussões sobre a ampliação do aparato burocrático da Prefeitura, para que as novas demandas pudessem ser ouvidas. Novos vínculos com a população eram formados.

A regularização de bairros no período era uma reivindicação, que foi apoiada pelos vereadores e, inclusive, por parcela do empresariado ligado à construção civil, já que muitos investimentos seriam feitos para calçamento, iluminação, saneamento, etc. Aí entravam em disputa diversos interesses, já que a especulação imobiliária era alta.

Os problemas apontados neste texto eram apenas parte dos desafios da cidade. Vimos os olhares de alguns vereadores sobre esses problemas. Mas vale a sugestão de maiores pesquisas, já que cada tema pode ser desdobrado. Seria interessante analisar a trajetória de cada vereador, e verificar a possibilidade de analisar sua relação com os eleitores. Além disso, de que maneira as reivindicações eram apresentadas e, quando possível, atendidas? Que regiões eram mais bem problematizadas na Câmara? Enfim, o material do Legislativo deverá ser ainda bastante explorado em pesquisas.

Referências

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, São Paulo, 1952, 1953, 1954, 1955. Anais da... Divididos em pelo menos 20 volumes anuais. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1952, 1953, 1954, 1955.

CAMPOS, Candido Malta; SOMEKH, Nadia. (Org.). A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: Mackenzie, 2008.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990). São Paulo: Humanidades, 1991.

FELDMAN, Sarah. Planejamento e Zoneamento: São Paulo, 1947-1972. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2005.

FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: FGV, 2008.

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). Cadernos AEL, v. 11, n. 20/21, p. 85-123, 2004. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/5/5>. Acesso em: 27 jul. 2015.

KOWARICK, Lúcio (Org.). As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOFEGO, Silvio Luiz. IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo: Annablume, 2004.

LUCA, Tania Regina de. São Paulo no século XX: segunda metade. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Poiesis, 2011.

MEYER, Regina Maria Prosperi. Metrópole e urbanismo: São Paulo nos anos 50. 1991. 290 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

NORITOMI, Roberto Tadeu. Poder local, conflitos e os limites da participação social. Revista Consultoria Técnico-Legislativa – SGP.5, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 167-195, jan./dez. 2014.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. A reinvenção do trabalhismo no "vulcão do inferno": um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo – a fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964) – vol I. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06072007-115417/publico/TESE_MURILO_LEAL_PEREIRA_NETO.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2015.

PORTA, Paula (Org.). História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004. (História da cidade de São Paulo, v. 3).

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 3. ed. São Paulo: Fapesp; Studio Nobel, 2007. (Cidade Aberta).

ROLNIK, Raquel. São Paulo. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2009. (Folha Explica).

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Especial da Reforma Administrativa. O poder em São Paulo: história da administração pública da cidade, 1554-1992. São Paulo: Cortez, 1992.

SPOSATI, Aldaíza. Vida urbana e gestão da pobreza. São Paulo: Cortez, 1988.

VIRGÍLIO, Marcos. São Paulo 1946-1957: representações da cidade na música popular. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

ZIONI, Silvana. O plano da Light e a Comissão de Estudos de Transporte Coletivo: o transporte urbano sai dos trilhos. In: CAMPOS, Candido Malta; SOMEKH, Nadia. (Org.). A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX. São Paulo: Mackenzie, 2008. p. 73-81.

CAPÍTULO 6

Da Câmara de vereadores à política estadual e nacional

Wilton Olivar de Assis[1]

1.Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990); professor de História em tradicionais escolas particulares de São Paulo como os Colégios: Mackenzie, Anglo latino, Galileu Galilei e a Escola Britânica de São Paulo, autor dos livros "Ashbel Green Simonton – O Missionário dos Tristes Trópicos" e "A Invenção do Negro". Atua principalmente nos seguintes temas: História do Brasil; Gênero, Raça/etnia e Classes Sociais, Meio Ambiente, Políticas Públicas e Direitos Humanos.

Liberdade...
Deus nos fez a liberdade. Todos vivem com ela,
mas a nossa consciência deve estar de sentinela.
Cornélio Pires [2]

A história da 2ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo (1952-1955) e a política brasileira se entrelaçam, uma vez que, apresenta ações políticas locais afetadas por emaranhamentos das nacionais.

O trabalho que deu origem a esse texto previa, incialmente, narrar os acontecimentos da 2ª Legislatura, segundo as fontes primárias existentes nos arquivos da Câmara Municipal – transcrições de discursos e debates, projetos de lei, indicações, requerimentos de obras públicas depoimentos dos vereadores e funcionários veteranos, ou seja, buscar na trajetória dos parlamentares da 2ª Legislatura ações legislativas que os levaram a consagrarem-se em outras instâncias de poder. Após adentrar nos documentos, sem a finalidade especifica de estudo biográfico, alguns perfis paulatinamente desenharam-se e fizeram aflorar a necessidade de salientar a relação entre o privado e público, as alianças políticas e a crescente espiral de atritos entre políticos conservadores e progressistas pós-Estado Novo. Assim, personagens que se projetaram no período e em décadas seguintes foram privilegiados.

Revisitar caminhos e trajetórias de alguns dos personagens da 2ª Legislatura e suas contribuições para a história da política brasileira, significa conhecer e compreender o "fazer" político, ontem e hoje.

A 2ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo teve em seu quadro cinco vereadores que marcaram sobremaneira a história. Seja pela trajetória política que percorreram após deixarem a casa legislativa, seja por seus ideais, seja pelo carisma que ostentavam, acabaram por revelar expressivas atuações no Congresso Nacional, ancorando suas histórias de vida com a política nacional. São eles Dulce Salles, Farabulini Jr, Freitas Nobre, Franco Montoro e Cantídio Sampaio.

Em se tratando de história política e trajetória de vida, Jacques Le Goff (1994) e Renne Rémond (2004) apresentam caminhos e reflexões que orientam o tratamento a ser dado aos materiais que se tornarão texto escrito. Pensando com eles, métodos e diálogos entre sociedade e personagens a construção de conhecimentos que esclarecem as práticas políticas contemporâneas tornam-se possíveis

Franco Montoro e Dulce Salles, para além dos embates acerca dos problemas do cotidiano do município, lograram ser senadores da República, o primeiro após ter sido eleito pelo voto popular e ter tido brilhante passagem no Senado Federal em duas legislaturas se elegeu governador do Estado. Dulce Salles foi suplente e assumiu a cadeira no ano de 1955, dando início a uma trajetória que a levou a ser a primeira mulher paulista a ocupar uma cadeira no Senado. Anselmo Farabulini Jr, durante toda a sua vida foi um dos mais destemidos aliados políticos e amigos de Jânio Quadros, figura ímpar desse período que se elegeu prefeito durante a legislatura, em 22 de março de 1953, e pôde contar com seu fiel escudeiro – Anselmo, como Jânio costumava chamá-lo – nos debates que ocorrem na Câmara Municipal, durante o inicio da sua gestão.

Não menos elucidativa, para a compreensão do contexto histórico, é a analogia que se pode fazer das trajetórias de Cândido Sampaio, já vereador veterano em 1952 e Freitas Nobre, suplente de vereador que assumiu o cargo por diversas vezes durante essa legislatura. Ambos foram vice-prefeitos da cidade de São Paulo e líderes de seus respectivos partidos na Câmara Federal durante os mais duros anos da ditadura civil-militar; tiveram cada qual dentro do seu campo político-ideológico papel importante nos acontecimentos ligados ao processo de Abertura Democrática no período da redemocratização que iria desaguar na Assembleia Nacional Constituinte, que nos legou a Constituinte Cidadã de 1988.

As disputas e embates parlamentares na Câmara Municipal são frequentes e constituem-se na essência da democracia. Esse palco de discussões, sem dúvida alguma foi a grande escola dos tribunos paulistas aqui citados.

Um bom exemplo de um momento singular da vida nacional, que ecoou na Câmara Municipal, se encontra no volume XIII dos Anais da Câmara do ano de 1954, onde temos uma fixação, como em uma fotografia, de um momento da história brasileira em que nossos personagens se envolvem.

Numa tarde de sexta-feira, no Palacete Prates, um acontecimento entra na pauta: Na 307ª sessão Ordinária, realizada em seis de Agosto de 1954 sob a Presidência dos Srs.: Gumercindo Fleury e Umberto Fanganiello[3]

Senhor Presidente — Tem a palavra o nobre vereador Moraes Neto O SR. MORAES - Senhor Presidente, nobres Vereadores:

Assinei o Requerimento de protesto contra o atentado ao jornalista Carlos de Lacerda e de pêsames pela morte, pelo assassinato do Major Vaz.

Na discussão desse Requerimento pronunciar-me-ei sobre este crime que enlutou toda a nação e que alarma todos os cidadãos verdadeiramente democratas. Aproveito a oportunidade de ocupar a tribuna para trazer ao conhecimento desta Casa um telegrama passado ao jornalista citado por elementos

2. XAVIER, Francisco Candido. Degraus da Vida - Espírito Cornélio Pires. São Paulo: Editora CEU, 1996.

3. Volume XIII dos Anais da Câmara do ano de 1954, p. 179.

ligados ao Partido Democrata Cristão: "Prezado amigo Carlos: Ainda uma vez a sombra crepuscular da opressão política, manifestada pela calúnia, pela injúria, pela difamação, pela ameaça e agora até pelo homicídio, parece predominar. A nossa solidariedade, tantas vezes oferecida e nunca recusada, não é dessas que se contentam com uma frase protocolar dita num minuto de obrigações sociais. A nossa solidariedade é dessas que representam o transbordamento da esperança, num momento de luto, pela aurora de um novo sol de liberdade e segurança, aurora de que o prenúncio é o rubro da mancha de sangue que tingiu as nas e revoltou as almas. Represente-nos nos funerais do bravo oficial covardemente assassinado pelos estertores da oligarquia iníqua".

Era o que tinha a dizer. Senhor Presidente.

Refletir e analisar o requerimento redigido poucas horas após os acontecimentos da Rua Toneleiros, as ilações entre as relações entre o possível mandante do crime e o Palácio do Catete desvela a relação entre os personagens da política local e nacional. Problematizar o que ainda se encontra "encoberto" pela história é inquietante e motivador.

REQUERIMENTO N. 860-54[4]

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e dispensadas às formalidades Regimentais, seja consignado em Ata de nossos trabalhos, um voto de Pesar e protesto, pelo covarde atentado à vida do jornalista Carlos Lacerda, onde perdeu a vida o oficial da Aeronáutica, Major Rubens Vaz, externando-se ao primeiro, o protesto, e, a família enlutada o pesar. Requeiro, outrossim, seja oficiado à Presidência da República, manifestando o pesar desta pelo absoluto descaso do Governo à falta de garantia aos cidadãos que se manifestam contrários à política do Catete em completo desacordo com as prerrogativas constitucionais.

O Requerimento entra em discussão no plenário na sessão do dia 11 de agosto. Os ânimos estão inflamados na Câmara municipal, como também em todo o território nacional. As investigações feitas pelo inquérito policial militar, conduzido por oficiais da Aeronáutica, já apontam que os implicados no atentado contra o jornalista Carlos Lacerda que acabou no assassinato do major Rubens Vaz estão entre os membros da guarda pessoal do presidente Getúlio Vargas.

Coube ao vereador Cantídio Sampaio, do Partido Social Progressista ,[5]tentar conseguir maior comedimento entre os seus pares, que clamam pelo afastamento do presidente Vargas.

Cantídio Sampaio - "Lamento que homens que possuam uma consciência jurídica, que postulam a efetivação do Direito em nossa Pátria queiram prejulgar antes que a Justiça, o órgão próprio para falar, se manifeste através de um veredicto; queiram julgar através de presunções.

4. Volume XIII dos Anais da Câmara do ano de 1954, página 192.

Nobre Vereador João Sampaio, se um seu empregado matar alguém, não pode V. Excelência, senão depois de provado, ser responsabilizado pelo mime, como mandante.

V. Excelência é um notável advogado e esta presunção que tira, esta ilação precipitada não faz jus it serenidade com que até agora tem apreciado todos os fatos. Eu o digo como adversário do Presidente da República: eu o 'tenho, desta tribuna, criticado acerbamente, mas, meus senhores, é de mister que as coisas se esclareçam. Não nos aventuremos a apresentar um remédio por que a doença que seria o assassínio do nosso próprio regime[5]."

As ponderações de Cantídio Sampaio fazem parte de um discurso em que tenta convencer os seus colegas que a situação política nacional está singrando por mares revoltos; sem deixar de condenar com veemência o atentado da Rua Toneleiros e pedir por justiça, manifesta-se o vereador preocupado com a estabilidade política do país. Consegue antever que por de trás das investigações sobre o assassinato do major da aeronáutica há em andamento um golpe contra as instituições democráticas. Ao então líder do PSP Adhemar de Barros interessava que o presidente Vargas terminasse o seu mandato. A estabilidade é condição para que se cumpra o acordo feito com Getúlio em 1950. Ao debater na Câmara em São Paulo, Cantídio aventa o futuro do Brasil.

Não passou despercebida a atuação da vereadora Dulce Salles Cunha Braga, embora só tenha assumido seu primeiro mandato nos últimos meses do ano 1955. Na Câmara se tornou a segunda mulher nessa legislatura e um olhar sobre a sua trajetória de vida e ações na política contribuem para a compreensão sobre questões que envolvem política e gênero.

Problematizar política é também falar das mulheres e sua participação nas instâncias de poder. Foi necessário chegar ao século XX e XXI para que historiadores se debruçassem sobre questões que envolvem mulheres na história e na política (VICENTE, p.34). Michel Foucault (1996) explica que a tímida participação das mulheres ainda existente na política partidária contemporânea justifica-se na construção histórica, social e ideológica do gênero feminino e nas correlações entre o saber produzido pela ciência e o poder político de cada época. A representação de gênero tanto feminino como masculino é construída historicamente e constituída de comportamentos e relações sociais elaboradas através da tecnologia política.

No período da 2ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo (1952-1955), novas necessidades abriram possibilidades para a mulher ampliar sua atuação no campo do trabalho produtivo e ampliar a cidadania. Datam-se, desde os anos vinte, manifestações com esses objetivos no Brasil. Em 1922, foi fundada a Sociedade Feminista Brasileira e, um pouco mais tarde, em 1926, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino com objetivo de colocar em

5. Anais da Câmara Municipal de São Paulo Vol. XIII p. 331.

pauta questões políticas para as mulheres. Época que ganhou destaque a liderança Dra. Bertha Lutz, na organização dos movimentos femininos.

Paulatinamente a mulher percebia a importância de obter direitos políticos, econômicos, sociais e para ampliar sua função social. Fato que pode ser confirmado no Estatuto da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, no qual aparecem preocupações com a instrução feminina, garantia de trabalho, estímulo à sociabilidade, desenvolvimento da cooperação e sensibilização para as questões com relação à paz internacional. (SAFFIOTTI, 1970).

O Sufrágio universal foi conquistado no Brasil em 1932, entretanto, foi somente em 1936 que o país obteve uma mulher ocupando função de parlamentar – Carlota Pereira de Queirós.

Participantes inicialmente de clubes de mães e associações de bairros na cidade de São Paulo, desde os anos 20, se mobilizavam para discutir questões da vida cotidiana. Atuações que chamaram a atenção dos partidos políticos. Antes dos anos de 1970, as mulheres que conquistaram cargos no poder legislativo, em sua maioria, estavam na condição de suplentes[6], pois encontravam dificuldades em superar as barreiras impostas pela formação educacional e cultural brasileira, que não preparava as mulheres para o exercício do poder e para o embate na disputa política. Esse problema iniciou-se pela educação diferenciada que as crianças recebiam em função do seu sexo; os meninos educados para o espaço público, a disputa e a competição, enquanto as meninas preparadas para as tarefas domésticas, ou seja, para o espaço privado. As barreiras sociais, culturais e estruturais eram obstáculos para a mulher ingressar na política, uma vez que requeriam exercício de habilidades pouco desenvolvidas por elas nessa década, como falar em público ou adotar métodos de disputa agressivos. Tais dificuldades eram somadas às questões advindas da divisão sexual do trabalho em casa, que dificultava a organização do tempo disponível para a atividade política, com horários pouco adaptados à tradição da vida familiar (SCHWARTZ, 2011).

Os mecanismos de defesa dos direitos das mulheres consolidaram-se somente após a constituição dos movimentos femininos e da Comissão Interamericana de Mulheres, pela Organização dos Estados Americanos, em 1930. Essa Comissão se reuniu e tratou da questão da igualdade de direitos das mulheres, fazendo com que a Sociedade das Nações passasse a considerar a questão da Condição feminina como um tema importante para o desenvolvimento e o progresso das sociedades (SCHWARTZ, 2011).

Durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres brasileiras atuaram em vários movimentos filantrópicos, ingressando progressivamente na vida política do país. A partir de 1945, muitas conquistas se constituíram, com destaque para as interferências realizadas pelas mulheres nas Conferências Internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas[7].A Carta da ONU estabeleceu,

6. A primeira deputada eleita para a Assembleia Legislativa foi Teodosina Ribeiro e, nos mesmos anos 70, depois de ter sido secretária da Educação em São Paulo, Ester Figueiredo Ferraz, na condição de primeira ministra da Educação. Duas décadas depois, Zélia Cardoso de Melo foi ministra da Economia e em 1990, a primeira senadora, foi Junia Marise, de Minas Gerais.

7. A Carta da ONU contém 111 artigos, subscritos por delegados de 50 países.

além de princípios, órgãos norteadores, como o Conselho Social e Econômico (ECOSOC), para promover os Direitos Humanos através de comissões e subcomissões. Grupos feministas se comprometeram em lutar pela democracia pós Estado Novo. Propuseram que as mulheres transformassem a si mesmas e ao mundo, expressando-se em ações coletivas, individuais, existenciais e na política (SOARES, 1998).

Nos anos cinqüenta e sessenta, a luta feminina adquiriu maior visibilidade, marcando as posições do feminismo, do anti-sexismo e buscando direitos e liberdades que engrossavam os movimentos contra-culturais desses períodos. Não obstante, as continuidades históricas, a longa duração, levavam algumas mulheres a agirem com posturas conservadoras e machistas. Acostumadas a manter os valores morais e a decência no mundo privado, transportavam para o público a manutenção dos valores de uma sociedade disciplinada para atingir o progresso.

Conservadoras e revolucionárias ganhavam espaço nos partidos.

Em fins do século XX, com a introdução de medidas de ação afirmativa para as eleições de 1996, o acesso feminino nas disputas parlamentares aumenta e transforma a estrutura interna dos partidos. Essas ações representaram um passo significativo para a inserção da mulher numa esfera mais ampla. Ainda em 1996, com a adoção do sistema de cotas partidárias, o Brasil viveu a sua experiência político-eleitoral, já incorporando os 20% estabelecidos em lei para candidaturas femininas às Câmaras Municipais. Posteriormente, o Congresso estendeu a prerrogativa às Assembleias Legislativas e à Câmara Federal, ampliando o percentual para 25%, com a meta de 30% para as eleições proporcionais de 2002 (SCHWARTZ, 2007).

Paulatinamente as mulheres vêm ocupando espaços no campo político e falar sobre elas amplia debates e possibilidades de alcançar a equidade de gênero. Dulce Salles Cunha Braga é uma das pioneiras que apresenta em suas ações políticas e de vida a construção social, ideológica e cultural do gênero feminino. Natural de São José do Rio Preto, região noroeste, do Estado de São Paulo, localidade antes conhecida como “boca do sertão” teve participação política atrelada à sua origem e ações de seus familiares. Seu pai, engajado em atividades empresariais e na política regional enquanto vereador de Rio Preto (1936) e posteriormente presidente da Câmara, inspirou Dulce, dando-lhe fôlego para enfrentar os preconceitos de gênero presentes na época. Filha de Maria Paternost Salles e de Feliciano Salles Cunha, empreendedor proprietário de empresa de transporte coletivo, conhecia bem as ações de seu pai na política. Envolto ainda aos ideais positivistas de progresso e ordem ele foi responsável por abrir algumas das estradas que trouxeram progresso para a região de Rio

Dulce Salles Cunha Braga
Fonte: Acervo Geral CMSP.

Preto e trabalhos de edificação das primeiras estações rodoviárias nas cidades da região (ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL – 1952-1955).

O temperamento de Dulce aparece registrado em documentos da Câmara Municipal de São Paulo. Uma colega dos tempos de escola em São José do Rio Preto, a escritora e historiadora, Dinorath do Valle, relata:

Moça fina, de maneiras fidalgas, bem vestida, bem cuidada e paparicada pelas freiras (que adoravam clientela de posses), manteve-se simples e acessível, enquanto o colégio discriminava. Dulce não deve ter notada, dócil como o nome, pele de pétala de rosa, sorriso tímido, mas sim pela sua vontade de mudar e participar da política. (Projeto de Lei 142/1965).

Fugindo às regras da época para as mulheres, após terminar seus estudos no Colégio Santo André, em Rio Preto, se transferiu para a capital a fim de estudar línguas neolatinas, no Instituto Sedes Sapientae (se formou no ano de 1942) e interferir em questões político-sociais. Além de participar efetivamente da política da cidade, na década de 1970, formou-se em Direito pela Universidade Mackenzie para compreender melhor questões que envolvem o direito.

Na década de 1950, as mulheres estudavam, em sua maioria, em escolas religiosas ou em internatos de freiras. Aprendiam trabalhos manuais, francês, música e se casavam cedo. Poucas se arriscavam a candidatar-se a uma vaga no mercado de trabalho produtivo ou na política, como fez Dulce Salles. Influenciada pela carreira de sucesso de seu pai, ousou buscar instrução além do ensino básico e normal e seu lugar dentro da vida pública. Alcançou cargo eletivo na Câmara Municipal de São Paulo em 1952. Convidada pelo deputado estadual e futuro senador, padre Calazans (Benedito Mário Calazans), se candidatou a vereadora pela União Democrática Nacional (UDN).

Incentivada pelos seus alunos, desejou quebrar preconceitos de gênero e atuou na política partidária. Afirmava em jornais e revistas que fora eleita pelo voto dos estudantes e estes fizeram sua propaganda, instalando pequenas mesas nas ruas, próximas a escolas, para distribuição de material eleitoral (SAMARA, 1996).

Apesar de ter obtido expressiva votação, ficou como suplente para a 2ª Legislatura (1952 – 1955), assumindo a vaga de vereadora somente nos últimos meses de 1955, com os afastamentos sucessivos dos vereadores Marcos Mélega e Estanislau Rubens do Amaral[8].

Após o termino da 2ª Legislatura da Câmara Municipal, deu aulas de latim no Instituto de Educação de Jundiaí (SP), de 1955 a 1960, e espanhol no Colégio Estadual Brasílio Machado, em São Paulo, de 1957 a 1960, retornando como vereadora à Câmara de São Paulo após a eleição de 1959. Em 1963 foi reeleita e acabou consagrando-se como a vereadora mais votada de todos os

8. Trabalhou na União Cultural Brasil-Estados Unidos, onde organizou cursos de literatura brasileira e sobre a evolução do pensamento contemporâneo. Permaneceu lá até 1960.

municípios do Brasil, com 23.980 votos (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1952-1955).

Devido a sua forte atuação, durante dez anos, figurou na lista dos vereadores mais ativos do Estado, motivo pelo qual mereceu destaque neste capítulo. Para além do exercício do mandato como vereadora em São Paulo entre muitas iniciativas na área educacional, ela manteve no ar, durante três anos (1961-1963), o programa de alfabetização radiofônica "ABC para Você", na Rádio Record, considerado como primeiro programa de alfabetização em massa do Brasil. Com uma percepção política invejável abraçou inúmeras causas populares. Educação e política andavam juntas com Dulce Salles Cunha Braga. Empunhando a bandeira da alfabetização, ela percorreu diversas emissoras de rádio e televisões promovendo a busca do aprimoramento da população através da educação. "O Brasil não cresce sem saber ler. É preciso educar primeiro", costumava dizer.

Deputada, Dulce, foi a única representante feminina da Arena (Aliança Renovadora Nacional, partido criado em 1965, que dava sustentação à ditadura civil-militar no Brasil, no período em que apenas dois partidos ARENA e MDB estavam autorizados a funcionar) no Poder Legislativo, por uma década, de 1967 a 1977 (SCHWARTZ, 2011).

Foi uma professora dedicada e aproveitou sua passagem na Assembleia Legislativa para lutar por pautas educacionais, como a qualidade do ensino e a valorização dos professores. Foi defensora do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

Participou ativamente das articulações civis, em São Paulo, para o golpe de estado que derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart, a Revolução de 1964, que culminou com a instauração da ditadura civil-militar no país. Interagiu com os grupos de civis que promoveram um misto de passeatas e procissão católicas, que foram nomeadas pelo governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, de Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Era uma espécie de pedido das ruas às Forças Armadas por uma intervenção salvadora das instituições, que julgavam estar ameaçadas pelas Reformas de Base que o presidente objetivava realizar. Diversos grupos – incluindo a Igreja católica, o empresariado nacional, representado por trinta associações de empresários como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), da qual fez parte, como diretor, seu esposo, Antônio Roberto Alves Braga, o controverso IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e setores políticos conservadores diversos – se organizaram em marchas e passeatas, levando às ruas mais de um milhão de pessoas com o intuito de derrubar o governo do Presidente Goulart (REIS, 2000).

Dulce Salles desempenhou papel memorável para organização de diversas reuniões que aspiravam aglutinar organizações de direita e seus representantes visando à realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que contribuíram na construção de um discurso legitimador do golpe civil-militar, segundo o qual o golpe representaria um desejo da sociedade civil. Dentre estas organizações destacamos a Fraterna Amizade Urbana e Rural, Sociedade Rural Brasileira, a União Cívica Feminina, além de organizações católicas conservadoras como a Cruzada pelo Rosário em Família, Confederação Católica do Arcebispado do Rio de Janeiro, Associação dos Antigos Alunos do Sagrado Coração de Jesus e o Grupo de Reabilitação do Rosário (REIS, 2000).

Segundo o pesquisador Fernando Altemeyer Júnior, que é doutor em ciência da religião e professor da PUC-SP "a comissão de frente da Marcha da Família com Deus pela Liberdade era formada por Leonor de Barros, Conceição da Costa Neves e Dulce Salles, entre outras. Houve alguns padres avulsos, e muitas, mas muitas mesmo, mulheres simples com os seus terços na mão, rezando e tentando espantar o medo do comunismo.".

A primeira das 49 marchas que aconteceram no período foi convocada para começar na Praça da Republica, no dia 19 de março, dia de São José, o santo padroeiro das famílias. Em 1965, após a derrubada do governo constitucional, a vereadora Dulce Salles visando perpetuar esse momento da vida nacional para o qual trabalhou com imenso fervor e dedicação, elaborara na Câmara Municipal o Projeto de Lei 142 que propunha:

Art. 1º - Passa a denominar-se Avenida l9 de Março a atual Avenida Brasil, que começa na Rua Calazans, confluência da Rua Cerejeira-bairro de Santa Catarina e termina no córrego do Jabaquara, no bairro do Jabaquara.

§ Único - Das placas denominativas deverão constar os seguintes dizeres: "Avenida 19 de Março – Dia da Marcha da Família com Deus pela Liberdade".

A Marcha da Família, de 19 de março, contou com a presença de aproximadamente 500 mil pessoas e teve como inspiração a pregação anticomunista do padre irlandês Patrick Peyton, fundador do movimento Cruzada do Rosário pela Família. Segundo escreve Hugh Wilford (2008) em The Mighty Wurlitzer, How the CIA played America, a vinda do Padre Peyton ao Brasil foi decidida no final de 1962, em Washington, com apoio da Agência Central de Inteligência (CIA), no contexto da Guerra Fria. Foi uma operação clandestina para derrubar João Goulart. O apelo das mobilizações que o padre realizou no Brasil ia ao encontro do discurso da direita da época, segundo o qual os comunistas ateus iriam acabar com a família. Historiadores atribuem às "cruzadas" do padre Peyton a semente que levou à Marcha da Família. O seu famoso slogan era A família que reza unida, permanece unida.3 Além de criar a Cruzada do Rosário em Família, o padre também participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

GOLPE DE 64: "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" em frente à catedral da Sé , em São Paulo (SP), em 19 de março de 1964, dia de São José, o padroeiro da família. Cerca de 300 mil pessoas ocupam o centro da cidade numa manifestação político-religiosa, unida em torno das bandeiras difusas da moralidade, da ordem e do anticomunismo, tendo como alvo direto o presidente João Goulart. A Marcha da Família nasceu como resposta ao comício das reformas (ou da Central do Brasil), realizado no dia 13 de março de 1964. São Paulo, SP, 19.03.1964.

Foto: Folhapress

Após a vitória do movimento civil militar que engendrou o golpe que derrubou o governo Jango, e da cassação de vários parlamentares considerados perigosos para o regime militar, Dulce Salles não enfrentou maiores dificuldades para se eleger deputada estadual. Na Assembleia Legislativa, por três mandatos sucessivos — 1967 a 1970, 1971 a 1974, e 1975 a 1979 — exerceu vários cargos, como presidente de comissões e vice-líder do governo, e segunda secretária da mesa diretora. É de sua autoria a lei estadual que criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (Condephaat).

Em 1968, viajou aos Estados Unidos, a convite do Departamento de Estado, como parte do programa International Visitor Program. Estudou os métodos educacionais americanos em escolas, rádio e televisão, e assistência social. Em 1975 participou da Conferência Interamericana para a Liberdade e Segurança que congregou setores conservadores das Américas, contrários à política de distensão do secretário de Estado americano, Henry Kissinger. Na ocasião, pronunciou discurso intitulado "Subversão, como guerra política nas Américas". Em 1978 foi eleita indiretamente, pelo colégio eleitoral paulista, segunda suplente de Amaral Furlan, da Arena, para o Senado tendo assumido a cadeira em 30 de junho de 1982, por seis meses, tornando-se a primeira mulher

Cantídio Nogueira Sampaio
Fonte: Acervo CMSP.

paulista a ocupar uma cadeira no Senado. No seu discurso de posse, defendeu a criação do Ministério da Mulher e da Família; manifestou-se contra as eleições diretas para presidente, sob a alegação de despreparo do povo; e considerou desnecessária uma Constituinte – se definiu como "anticomunista ferrenha, conservadora, católica praticante" e prometeu levar ao Senado a cruzada contra a pornografia, além de propor a instauração de uma "democracia responsável". Deixou de disputar eleições em 1986, depois de 35 anos de intensa atividade política (SAMARA, 1996).

No ano de 2008, já viúva e sem filhos, faleceu aos 83. Foi velada no Hall Monumental da Assembleia Legislativa de São Paulo, no Ibirapuera, e sepultada, no cemitério da Consolação.

No mesmo campo conservador da política paulistana no início da segunda metade do século XX, fazendo toda sua carreira em consonância com o Adhemarismo, encontra-se a figura do vereador Cantídio Nogueira Sampaio.

Nascido em São Paulo, em 5 de agosto de 1913, seus pais eram José Antônio Sampaio, major da força Publica e Maria Aparecida Nogueira. Estudou nos colégios Anglo Latino e Presidente Theodor Roosevelt, e ingressou, aos quinze anos no Batalhão-escola da Força Pública, onde iniciaria sua carreira militar.

As primeiras décadas do século XX — período de juventude de Cantídio — na cidade de São Paulo, assim como nas grandes cidades do Brasil, foram particularmente revoltas e principalmente marcadas pela insurgência do Tenentismo, movimento político-militar que deflagrou uma série de rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro. Toda essa agitação contaminou o ambiente escolar dos anos 1920 e, consequentemente influenciou a formação intelectual de Cantídio.

Na Força Pública, alcançou carreira balizada pelos cursos do Centro de Instrução Militar, conseguindo seguidas promoções: Terceiro-sargento, em 1932, Aspirante-a-oficial, em 1934, Segundo-tenente, em 1936, Primeiro-tenente, em 1940, Capitão, em 1944, Major, em 1950, até passar para a reforma como Tenente coronel, em 1955.

Ingressa na política no final do Estado Novo ao tornar-se membro do PSP - Partido Social Progressista (fundado em São Paulo por Ademar de Barros, em junho de 1946). Em 1947, é eleito Vereador, aos 34 anos de idade (o segundo mais votado do seu partido). Foi reeleito em outubro de 1951.

O cenário que encontrou na Câmara Municipal, em seu primeiro mandato, era um palco privilegiado para a discussão das questões locais que afetavam diretamente os moradores da cidade. Era uma época em que as relações entre a Prefeitura e a Câmara legislativa foram marcadas por conflitos advindos da

maior dependência do prefeito ao governo do estado do que à população, uma vez que ainda não havia eleições diretas para a escolha do prefeito.

Cantídio Sampaio, desde cedo, se destacou como um dos principais integrantes da bancada Adhemarista, defendendo radicalmente as posições dos prefeitos indicados pelo governador. Foram cinco prefeitos entre 1949 e 1951.

Poucos meses após a sua posse não vacilou em pedir uma sessão secreta na Câmara Municipal para encaminhar ao conjunto dos vereadores uma denúncia de corrupção que atingia três de seus pares, sendo um dos envolvidos integrante do seu partido. Foram acusados de pedir propina aos donos de cinema para não aprovar uma lei que tabelava os ingressos (MANECHINI, 2012).

Formou-se bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Assumiu o cargo de Secretário Municipal da Educação e Cultura, nomeado pelo prefeito Armando de Arruda Pereira em 1951. Permaneceu por cinco meses à frente da Secretária. No seu segundo mandato de vereador (1952–1955) conquistou a Presidência da Câmara de 01-01-1953 a 31-12-1953. Dedicou especial atenção aos assuntos ligados ao funcionalismo público e à situação financeira da cidade, que passava por dificuldades em seu caixa. Foi autor de um projeto de lei que propôs a criação do Tribunal de Contas do Município (CÂMARA MUNIIPAL DE SÃO PAULO, 1952-1955).

Em 1954 foi eleito deputado estadual de São Paulo, pelo PSP, e esteve na linha de frente em oposição ao governador Jânio Quadros, adversário político de Adhemar de Barros. Em 1957, após ter exercido parcialmente o seu único mandato na Assembleia Legislativa, elege-se vice-prefeito na chapa de Ademar de Barros. A campanha eleitoral daquele ano entrou para os anais do folclore político por causa das acusações de corrupção, na época chamadas de "negociatas", feitas contra Adhemar de Barros (BOSI, 1994). Um dos slogans de campanha eleitoral do PSP, não assumido abertamente, era "Ademar rouba, mas faz" que, apesar de ser uma frase cunhada pelo seu adversário Paulo Duarte, acabou por ser o lema, não oficial, de sua campanha vitoriosa. Outro episódio marcante foi que durante a campanha, Cantídio Sampaio, teve que ser hospitalizado em consequência da briga que ele próprio armou para tentar obstruir, na Assembleia Legislativa, um projeto de aumento de impostos encaminhado pelo então governador Jânio Quadros, adversário de Adhemar de Barros. Cantídio rasgou em pedaços a pasta com o projeto e espalhou-a no plenário, dando origem a intensa pancadaria, da qual saiu com sérios ferimentos (SKIDMORE, 1969).

Em 1961, candidatou-se à prefeitura de São Paulo na sucessão de Adhemar, sendo derrotado por Francisco Prestes Maia. Em outubro de 1962, candidatou-se à Câmara Federal na legenda do PSP em coligação com o Partido Social Democrático - PSD, contando ainda com o apoio da Aliança Eleitoral

pela Família (Alef), associação civil de âmbito nacional criada em 1962 em substituição à Liga Eleitoral Católica, com o objetivo de mobilizar o eleitorado católico em apoio aos candidatos comprometidos com os princípios sociais da Igreja (ABREU, 2000). Foi à Brasília para ocupar o papel de opositor às reformas de base defendidas pelo Presidente João Goulart. Apoiou manifestações contrárias ao governo, como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Em setembro de 1964, cinco meses após o triunfo do golpe de Estado, licencia-se do mandato de deputado Federal para assumir a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, atendendo convite de Adhemar de Barros. Permanece no cargo até o início da segunda metade de junho de 1966, quando reassume o mandato após Adhemar ser afastado do cargo de governador, pelo Presidente da República General Castelo Branco. Teve seus direitos políticos cassados por dez anos, sob a acusação de corrupção (SKIDMORE, 1969). Embora estivesse há dois anos fora do Congresso, foi indicado pelo Jornal O Estado de São Paulo de 13 de novembro de 1966 como um dos dez melhores deputados nas comissões.

Seguindo a orientação do agora ex-governador Adhemar de Barros, foi um dos primeiros a se filiar na ARENA. Junto com outros parlamentares oriundos do PSP, reclamou por se sentir marginalizado, em detrimento de parlamentares ligados antiga UDN (FAUSTO, 2007).

A revolução durante muito tempo foi uma revolução udenista, o Castelo dava todo o apoio à UDN. Nós os outros, que entramos, servimos como massa de manobra, mas na verdade a revolução foi da UDN. Os lideres udenistas todos aproveitados, e nós todos, de certa forma, na vala comum: nós éramos figurantes e eles os astros principais (ABREU, 2001, p.216).

Esse depoimento se constitui em um exemplo nítido tanto das rivalidades que foram transpostas para o interior da ARENA, como da disputa de poder que passa a ocorrer entre os membros remanescentes dos diferentes partidos dentro da nova organização partidária. (MACHADO, 2002, p167).

Em maio de 1968, torna-se vice-líder da ARENA. No final do ano trabalha ativamente com o ministro da Justiça Luís Antônio Gama e Silva para obter a cassação do deputado Marcio Moreira Alves, acusado de pronunciar discurso injurioso às forças armadas (FAUSTO, 2007). Na Câmara, foi responsável pela substituição de nove deputados arenistas que, na Comissão de Constituição e Justiça, haviam se manifestado contrários a violação das imunidades parlamentares do deputado. Após essa troca, os apoiadores do governo obtiveram maioria na comissão para levar a proposta para apreciação pelo conjunto dos parlamentares. No Plenário, durante a votação na qual a propositura acabou derrotada, chegou a fazer “boca de urna” pedindo votos para conceder a licença (KUSHNIR, 2004).

No pleito de novembro de 1970, foi reeleito deputado federal na legenda da Arena paulista. Em 1973, conseguiu fazer aprovar na Câmara o projeto de lei de sua autoria permitindo a apelação em liberdade dos réus primários, pronunciados ou condenados, sentenciados pela Justiça. Foi assim instituída a Lei nº 5.941, denominada Lei Fleury, porque beneficiou imediatamente seu amigo, o delegado de polícia Sérgio Paranhos Fleury, conhecido pela sua atuação junto aos órgãos de repressão da ditadura — DOPS, DOI-CODI —, que corria risco de ser preso, por estar pronunciado em processo contra o Esquadrão da Morte de São Paulo (KUSHNIR, 2004).

Nas eleições de novembro de 1974, obteve apenas uma suplência de deputado federal por São Paulo, sempre na legenda da Arena. Deixando a Câmara em fevereiro de 1975, assumiu o mandato em março, em virtude da vaga aberta com a nomeação do deputado Adhemar de Barros Filho para a Secretaria de Administração do governo de São Paulo (KUSHNIR, 2004).

Defensor incondicional do regime militar instaurado em 1964, voltou a ocupar uma das vice-lideranças da Arena na Câmara, a partir de abril de 1975. Sua atuação parlamentar caracterizou-se pelo estilo agressivo e pelo uso frequente de ameaças, nem sempre veladas, à oposição. Foi assim que se comportou no episódio da cassação do deputado Lisânias Maciel em abril de 1976. Sustentou as razões oficiais da punição e acusou-o de comunista no plenário da Câmara, quase chegando à luta corporal com o deputado cassado. Logo após o episódio, declarou em tom de ameaça que o governo tinha elaborado uma "grande lista" de cassações que, na verdade, não chegariam a ser efetivadas pelo presidente Ernesto Geisel.

No pleito de novembro de 1978, foi eleito deputado federal pela Arena paulista, e em fevereiro de 1979, tornou-se vice-líder do governo na Câmara, manifestando-se a favor da legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para que seus integrantes pudessem ser claramente identificados e atuassem "dentro das regras do jogo" (FERREIRA, 2007).

Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, ingressou no partido governista, o Partido Democrático Social (PDS), agremiação sucessora da Arena. Em fevereiro de 1981 tornou-se líder do PDS na Câmara, substituindo o deputado Nélson Marchezan, que assumiria, no mês seguinte, a presidência da casa. Declarou-se então a favor da estratégia de normalização democrática proposta pelo presidente João Batista Figueiredo, admitindo a eleição de um presidente civil em 1984 pelo pleito indireto. Como líder do PDS, foi responsável pelo encaminhamento de importantes matérias do Executivo no decorrer de 1981. Exerceu sua missão com dificuldade devido à pequena vantagem da bancada governista sobre os

demais partidos representados na Câmara. Além disso, a partir de agosto de 1981, começou a ser afetado por problemas de saúde (FERREIRA, 2007).

Em fevereiro de 1982 viajou aos Estados Unidos, onde permaneceu dois meses para tratamento de saúde. Faleceu na cidade de São Paulo no dia 27 de setembro de 1982.

Foi casado com Isaura Sampaio, com quem teve cinco filhos.

Dulce Salles e Cantídio Sampaio encontram-se no campo das forças conservadoras que atuavam no cenário político do período. Singrando por partidos diferentes, mas assim como Cantídio vinculado a uma das vertentes do populismo paulista, encontrava-se Anselmo Farabulini Júnior.

Anselmo Farabulini Júnior
Fonte: Acervo CMSP

Farabulini nasceu na capital do Estado em 10 de outubro de 1921, filho de Anselmo Farabulini e Maria Farabulini. Estudou na Escola Estadual Professor Antônio Firmino de Proença, localizada no bairro da Mooca, formou-se no ano de 1945 em Química Industrial pela escola de química aplicada da Universidade Mackenzie. Em 1949, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ainda estudante do curso de Direito, filiou-se ao PR (Partido Republicano fundado por Artur Bernardes em 1945, sucedendo o antigo Partido Republicano Mineiro), e nas eleições de 14 de outubro de 1951, concorreu a uma vaga de vereador na Câmara Municipal de São Paulo, sendo eleito com 1.784votos (ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO 1952-1955).

No início da legislatura foi eleito por seus pares para ocupar o cargo de 2º Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal, exercendo essa função até 31 de dezembro de 1952.

Na eleição de outubro de 1954, obteve 6.122 votos e foi eleito deputado estadual, pelo PTN (partido fundado em 1945 e que acolheu HugoBorghi e outros dissidentes que foram expulsos do PTB em 1947). Reelegeu-se deputado pelo PTN em 1958, com 13.515 votos, sendo um dos mais votados nessa eleição. Durante a 4ª Legislatura, filiou-se ao Partido Libertador (foi refundado em 1945). Herdeiro da política pré-1930, quando não havia partidos de âmbito nacional e os partidos estaduais eram mais representativos (FERREIRA, 2007).

Em outubro de 1962, foi mais uma vez eleito deputado estadual, pela coligação janista, integrada pelo Movimento Trabalhista Renovador e Partido Trabalhista Nacional, com 16.024 votos, para a 5ª Legislatura 1963/1967. Foi também um dos mais votados nesse pleito. Com o golpe civil militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente da República João Goulart, Farabulini Júnior teve seu mandato cassado com base no Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, pelo governo militar que tomou o poder no país (ABREU, 2000).

Após o retorno à vida democrática, em junho de 2009, a União foi condenada a pagar uma indenização de R$ 450 mil referentes ao subsídio de de-

putado estadual pelo período do mandato usurpado de Farabulini, 2 anos e 6 meses em 1964, e mais R$ 50 mil a título de danos morais. A indenização foi concedida depois de o autor obter da Comissão de Anistia reconhecimento da condição de anistiado e receber R$ 100 mil reais. Afastando-se da vida política, durante o regime militar, foi fundador e diretor da Faculdade de Filosofia 9 de Julho e da Faculdade Nova Piratininga, entre 1973 e 1978. Também foi diretor da Escola Normal 9 de Julho e professor de Matemática e Estudos Brasileiros (ABREU, 2000).

Após a redemocratização, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por cuja legenda elegeu-se deputado federal por São Paulo em 15 de novembro de 1982, obtendo 117.641 votos. Participou da campanha pelas eleições diretas e votou a favor da emenda Dante de Oliveira, que foi apresentada na Câmara dos Deputados, propondo o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República já em 1984. A emenda não obteve o número de votos necessários à sua aprovação – faltaram 22 para que o projeto pudesse ser encaminhado à apreciação pelo Senado Federal. Farabulini Jr., no colégio eleitoral reunido em 15 de janeiro de 1985, votou no candidato oposicionista, Tancredo Neves, que foi eleito presidente da República pela Aliança Democrática, uma união do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com a dissidência do Partido Democrático Social (PDS), abrigada na Frente Liberal. (ABREU, 2000).

Reelegeu-se deputado federal constituinte em novembro de 1986, com 27.765 votos. Durante esse mandato da tribuna da Câmara, em mês de abril de 1987, acusou o presidente José Sarney de incompetente, por não demitir o seu ministério que, a seu ver, se revelava incapaz e já provocava desilusão na população brasileira.

Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, pronunciou-se contra o rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, a limitação do direito de propriedade privada, o mandato de segurança coletivo, a legalização do aborto, a estatização do sistema financeiro e o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Votou a favor da pena de morte, da unicidade sindical, do presidencialismo, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária e da legalização do jogo do bicho. Defendeu a aprovação de várias emendas de cunho trabalhista, como a remuneração 50% superior para o trabalho extra, estabilidade no emprego, e a jornada semanal de 40 horas. Defendia a elaboração de um programa de privatização que reduzisse ao mínimo a presença do Estado na economia, bem como a do capital estrangeiro nas atividades econômicas do país. Na eleição seguinte, 1990, candidatou-se à reeleição, mas não alcançou êxito, obtendo apenas uma suplência.

Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1991, ao final da legislatura (FERREIRA, 2007).

Em março de 1992, com outros 40 janistas, que se autodenominavam históricos, filiou-se ao PMDB, seguindo uma orientação dada pelo ex-presidente Jânio Quadros pouco tempo antes de morrer. Em 1994, deixou o PMDB e ingressou no novo PTN.

Foi casado com Conceição Casciane Farabulini, com quem teve um filho. Afastando-se da vida pública, volta a exercer suas atividades de advogado e falece em 11 de novembro de 2013. O corpo do deputado Farabulini Junior foi velado no Hall Monumental MMDC do Palácio 9 de Julho, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo,

Freitas Nobre
Fonte: Acervo CMSP

Deixando o campo dos parlamentares de perfil político conservador destacamos o político socialista democrático, eleito suplente de vereador na 2ª Legislatura, Freitas Nobre que por diversas vezes iria assumir lugar junto aos outros parlamentares na Câmara Municipal, dando início nessa legislatura a uma carreira que vai primar pela defesa da liberdade de imprensa ao longo de toda a sua trajetória de vida.

José Freitas Nobre, cearense, nascido em Fortaleza em 24 de março de 1921, filho de Manoel Aprígio Nobre e Letícia Freitas Nobre. Aos 15 anos de idade, à procura de um editor, transferiu-se para a cidade de São Paulo, trazendo consigo uma grande reportagem histórica ao apresentar as faces da ocupação cearense na região norte do Brasil, que se transformaria no seu primeiro livro, A Epopeia Acreana. O seu livro, escrito pelo garoto prodígio que era, foi lançado dois anos mais tarde, em 1938.

Em São Paulo, Freitas Nobre ingressou precocemente no jornalismo, trabalhando como repórter na imprensa paulistana; passou a dedicar-se ao filão das biografias históricas, produzindo artigos e posteriormente livros sobre o poeta popular Juvenal Galeano, o abolicionista João Cordeiro, o jurista Clovis Bevilacqua e sobre o missionário jesuíta José de Anchieta, fundador do colégio que deu origem à cidade de São Paulo.

Formou-se bacharel, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, no ano de 1948. Foi solicitador, o que hoje denominamos de estagiário, do ex-Ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta, em seu escritório.

Mesmo nos anos em que frequentou as arcadas do Largo São Francisco, não se desligou totalmente de sua paixão pelo jornalismo, trabalhou em vários veículos de comunicação, como por exemplo, os Diários Associados, a Última hora, a Folha da Manhã e a revista O Cruzeiro.

Em 1950, se reinventa pesquisador acadêmico, publica o livro História da Imprensa de São Paulo e ingressa na docência do ensino superior assumindo, alguns anos depois, as disciplinas de “História do Jornalismo” e de “Legislação da Imprensa” na Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, então vinculada à

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Sua preocupação em defender os direitos frequentemente aviltados da categoria dos jornalistas levou-o a militância sindical. O seu eloquente desempenho faz com que seja reconhecido como uma importante liderança pela categoria sendo, por decorrência da sua atuação, eleito por três vezes presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e em duas ocasiões eleito presidente da Federação Nacional dos Jornalistas. Aos 29 anos de idade, em 1951, sua vocação para a vida pública o levou a candidatar-se a uma das cadeiras da Câmara Municipal da cidade que o acolheu. Filia-se ao PSB - Partido Socialista Brasileiro, partido político de esquerda brasileiro que segue a ideologia socialista democrática, criado em 1947 a partir da Esquerda Democrática da UDN. O eleitorado de São Paulo lhe dá 1.165 votos e torna-se suplente de vereador, assumindo nos afastamentos de Antônio de Cillo Netto, seu colega de partido socialista. Eleito outras duas vezes, 1956-1959 e 1960-1963, exerceu o mandato de 1959 a 1961, quando foi eleito vice-prefeito da capital paulista na chapa encabeçada por Francisco Prestes Maia (1961-1965) (ABREU, 2000). Após encerrar o seu mandato como vice-prefeito de São Paulo, Freitas Nobre deveria ser o candidato natural à prefeito pelo Partido Socialista, contudo, o seu mandato na vice-prefeitura de São Paulo coincidiu com o golpe militar de 1964. Apeado do poder pelos vencedores sua ascensão política foi interrompida.

Quando vice-prefeito, conheceu, em Uberaba, Minas Gerais, o médium Francisco Candido Xavier, o Chico Xavier, durante as reuniões públicas da Comunhão Espírita Cristã. Também, nesse contexto, foi em uma visita a Uberaba que se encontrou, pela primeira vez, com aquela que será sua esposa, a então estudante de medicina da Faculdade Federal do Triângulo Mineiro, Marlene Rossi Severino, entusiasta do kardesismo, muito ligada ao movimento espírita de Uberaba, com destacada atuação no Centro Espírita Uberabense, onde dava aulas de moral cristã e evangelização das crianças.

A amizade fraterna que uniu Freitas Nobre ao médium Chico Xavier será marcada por uma mensagem psicografada enviada pelo espírito de Emmanuel, em maio de 1962, ao então vice-prefeito:

"Dr. Nobre, Emmanuel está dizendo que o senhor será chamado a atuar em época muito difícil para o nosso país, quando haverá, inclusive perigo de derramamento de sangue. Primeiramente o Brasil caíra muito à esquerda, depois à direita e finalmente caminhará pelo centro, taté encontrar seu verdadeiro destino. Haverá turbulência nesses períodos de mudança e o senhor atuará como pacificador, evitando confrontos e radicalizações[9]."

Esse episódio será muitas vezes rememorado, pelo resto da sua vida pública. Assim como a história a respeito da mensagem do espírito Emmanuel, psicografada pelo médium Chico Xavier, é sempre lembrada pelos colegas

parlamentares nos períodos de maiores embates com as forças que apoiavam a repressão do regime civil-militar oriundo do golpe de 1964, no Congresso Nacional. Desde então, até o seu falecimento, manterá, através de Chico Xavier, uma correspondência permanente com o mundo dos espíritos. Foram muitas cartas, bilhetes, recados, trocados e estes acabam por criar sólidos laços com o espírito de Bezerra de Meneses. Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, nascido em Riacho do Sangue, CE, a 29 de agosto 1831 e falecido no Rio de Janeiro, RJ, em 11 de abril de 1900, ficou conhecido como dr. Bezerra de Menezes, médico, militar, escritor, jornalista, político, filantropo e expoente da Doutrina Espírita. Conhecido também como "o Kardec brasileiro" e "o médico dos pobres".

Constantemente vigiado por agentes da ditadura e perseguido pelos detentores do poder, Freitas Nobre se distancia da política e vai para França (1964), em um autoexílio onde, sob a orientação do Professor Fernando Térrou, da início aos estudos de seu doutorado na Universidade de Paris, o qual concluirá tardiamente no ano de 1973. Volta para o Brasil em 1967, integra o corpo docente da Escola de Comunicações Culturais – ECC/USP ajudando a criar a Agência Universitária de Notícias. Filia-se ao MDB (partido político brasileiro, criado em 1965 que abrigou os opositores do Regime Militar), inscreve-se como candidato e, em pouco mais de quarenta e cinco dias de campanha eleitoral, tornou-se o vereador com o maior quantidade de votos válidos da história de São Paulo, tendo recebido à época, 120 mil votos (ABREU, 2000).

Em 1970 elegeu-se deputado federal, sendo o segundo deputado mais votado do Estado, apenas superado pelo deputado Ulisses Guimarães. Destacou-se desde o primeiro momento e, por isso, foi alçado à liderança de seu partido na Câmara Federal, cargo que ocupou por seis vezes consecutivas, até passar a função ao então deputado Tancredo Neves.

Nos então chamados anos de chumbo, o período mais repressivo da ditadura militar no Brasil (estendendo-se basicamente do fim de 1968, com a edição do AI-5 em 13 de dezembro daquele ano, até o final do governo Médici), os próceres da ditadura militar não lhe permitem continuar a lecionar na USP. Um estranho parecer emitido pela Consultoria Jurídica da Universidade em 1972 recomenda a interrupção do seu contrato de trabalho, muito embora a Câmara dos Deputados houvesse lhe concedido uma permissão especial para lecionar. Colegas professores que ousaram questionar o afastamento também foram posteriormente perseguidos e obrigados a deixar a Universidade de São Paulo, uma espécie de "Cassação Branca", como passou a ser conhecido o episódio, infelizmente comum naquele período nas universidades públicas brasileiras. Após a promulgação do projeto de lei de Anistia, retornou aos quadros da Universidade de São Paulo quando do término do seu mandato de deputado federal, e isso só foi possível graças ao empenho do reitor José Goldemberg e

do governador Franco Montoro. Reintegrado na USP por concurso, Da Câmara de vereadores à política estadual e nacional

Wilton Olivar de Assis conquistou os graus de Livre Docente e posteriormente Professor Titular em 1990.

Em 1974, Jamil N. Salomão visita o médium Francisco Candido Xavier e conversam sobre a necessidade da criação de um jornal espírita, destinado ao grande publico.

Chico Xavier afirmou que esse era um compromisso assumido anteriormente por Freitas Nobre e faz junções para que este assuma a direção do periódico, pois a sua inteligência e competência certamente seriam a viga mestra desse empreendimento de difícil suporte, pelos inúmeros tropeços comuns à imprensa espírita no Brasil de uma maneira geral, relembrou Jamil, 17 anos depois, num artigo emt[10].

Durante dezesseis anos Freitas Nobre esteve à frente deste jornal doutrinário. O jornal Folha Espírita foi lançado nas dependências da Livraria Humberto de Campos, de propriedade da Federaçrão Espírita do Estado de São Paulo, em 1974, no dia 18 de Abril, mesmo dia em que no ano de 1857 Allan Kardec publicara o Livro dos Espíritos, obra inaugural da doutrina Espírita. A data de lançamento não fora escolhida ao acaso. Dentre os primeiros diretores, além de Freitas Nobre e Jamil N. Salomão, vamos encontrar a figura de Marlene Rossi Severino Nobre, médica ginecologista, escritora e conferencista, uma das maiores divulgadoras em todo o mundo de estudos que tratam da interface entre a medicina e o espiritismo. Marlene ocupa a direção da Federação Espírita do Estado de São Paulo até o seu desencarne, ocorrido em 5 de janeiro de 2015.

Assim como em 1970, quando perdeu a indicação do partido para Franco Montoro que concorreu ao Senado, em 1974 participa de nova tentativa na convenção do MDB, mas acaba derrotado por Orestes Quércia. Em candidatura à reeleição para a Câmara consegue novo mandato. Ainda em 1974, perdeu para o deputado Laerte Vieira a liderança do MDB na Câmara. Presidiu, no ano de 1976, a Comissão de Serviço Público e assumiu a vice-liderança de seu partido naquela casa. Em 1977, assumiu temporariamente a liderança de seu partido. Nessa ocasião, identificando-se com o "grupo autêntico" do MDB, levou a bancada oposicionista a fechar questão contra o projeto de reforma do Poder Judiciário, de autoria do governo e que acabou derrotado. Em represália, o general presidente Ernesto Geisel baixou em abril um conjunto de medidas que ficou conhecido como "pacote de abril".

Em julho, foi confirmado na liderança de seu partido na Câmara para completar a gestão do deputado Alencar Furtado, que tivera o mandato cassado pela ditadura militar. Como porta-voz do MDB, admitiu a concordância de seu partido com as reformas setoriais anunciadas pelo governo. Frisou, contudo, que

isso não implicava o abandono das teses do partido, que visavam a restauração democrática através da convocação de uma assembleia nacional constituinte.

Em março de 1978 perdeu para Tancredo Neves a liderança do partido de oposição na Câmara dos Deputados. Em seguida, opôs-se a que o MDB aceitasse conversações com o senador governista Petrônio Portela, incumbido de negociar com diversos segmentos da oposição um projeto de reformas políticas. A proposta de entendimento em questão era vista pelo deputado como uma forma de retardar o retorno das garantias democráticas, arrebatadas pelos instrumentos de exceção. O MDB, no entanto, participaria dos entendimentos com o emissário do governo. Em outubro de 1978, Freitas Nobre apresentou 29 emendas à Lei de Segurança Nacional – a maioria delas buscando eliminar as restrições à imprensa – acusando o governo brasileiro de tratar os jornalistas como marginais.

Reeleito deputado federal em novembro de 1978 lidera, juntamente com grandes nomes da política nacional, a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, pela legalização dos partidos de esquerda, pelo restabelecimento das eleições diretas, pela Convocação da Assembleia Constituinte. Opõe-se a todos os subterfúgios usados pelo regime militar para protelar o processo de Abertura, que estava em andamento desde a posse do Presidente João Figueiredo.

Em março de 1980, foi mais uma vez eleito o líder de seu partido na Câmara dos Deputados e em março de 1981, segundo vice-presidente daquela casa.

Em novembro de 1982, reelegeu-se deputado federal pelo PMDB. Iniciando novo mandato em fevereiro seguinte, derrotou o deputado mineiro Pimenta da Veiga na disputa da liderança do partido na Câmara. Em março de 1984, durante a campanha das diretas, foi reeleito líder pela quinta vez. Após a derrota, na Câmara, da emenda Dante de Oliveira, que determinava o retorno das eleições diretas para presidente, participou da comissão interpartidária e colaborou na redação do texto do programa do candidato Tancredo Neves.

No Colégio Eleitoral, reunido em 15 de janeiro de 1985, Freitas Nobre votou no candidato Tancredo Neves para Presidente da República pela Aliança Democrática, uma união do PMDB com a dissidência do Partido Democrático Social (PDS) abrigada na Frente Liberal.

Em abril de 1985 manifestou seu interesse em candidatar-se à prefeitura de São Paulo no pleito de novembro seguinte, mas não encontrou apoio político dentro do partido; em maio de 1985 Freitas Nobre desligou-se do PMDB. Procurado por vários partidos, em junho decidiu ingressar no Partido Democrático Trabalhista (PDT), após seu líder nacional, Leonel Brizola, garantir-lhe a candidatura à prefeitura paulistana (FERREIRA, 2007).

10. FOLHA ESPÍRITA, São Paulo, SP; texto de Miriam Portela Tribuna Espírita - Abril/Junho de 1991.

Em julho de 1985, pouco mais de dois meses após o seu ingresso, a direção executiva do PDT decidiu retirar o apoio à candidatura de Freitas Nobre à prefeitura de São Paulo, alegando sua baixa popularidade. O partido acabou lançando a candidatura de seu presidente regional, Ademar de Barros Filho (filho do ex-governador Adhemar de Barros) e o médico David José Lerer (antigo companheiro no PSB e no PMDB). Em virtude deste fato, saiu do PDT em agosto. Retorna ao PMDB e sua refiliação teve a presença de vários ministros de Estado e deputados federais.

No pleito de novembro de 1986 (eleição para a Constituinte), disputou uma vaga de deputado federal constituinte, mas não foi bem-sucedido. Em 1988 ingressou no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), dissidência de seu antigo partido. Por esta legenda, disputou sua ultima eleição. Candidatando-se a uma vaga na Câmara, obteve apenas uma suplência.

Faleceu em São Paulo no dia 19 de novembro de 1990.

André Franco Montoro
Fonte: Acervo CMSP

Sem dúvida alguma um dos mais importantes vereadores da 2ª Legislatura da Câmara Municipal de São Paulo foi André Franco Montoro.

Montoro nasceu na cidade de São Paulo em 16 de julho de 1916, filho de André de Blois Montoro e de Tomásia Alijostes Montoro. Descendente de italianos e espanhóis, seu pai possuía uma pequena tipografia.

Fez os estudos primários na Escola Caetano de Campos, uma das escolas públicas mais conceituadas da época, concluindo o secundário no Ginásio Santista e no Colégio São Bento. Em 1934, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), na qual se bacharelou em 1938. Durante sua vida acadêmica chegou a disputar as eleições para o Centro Acadêmico 11 de Agosto, nas quais foi derrotado.

Professor de lógica, psicologia, filosofia e história da filosofia no Colégio São Bento de 1935 a 1945, lecionou instituições de direito e sociologia na Faculdade de Serviço Social da USP de 1939 a 1945, e filosofia social, ética e fundamentos sociológicos da educação na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento.

Entre os anos de 1938 e 1940 foi secretário-geral do Serviço Social da Secretaria de Justiça de São Paulo, quando o Estado era governado pelo interventor Ademar de Barros. Ainda em 1940 tornou-se professor titular da Faculdade de Direito da USP e procurador do estado de São Paulo, cargo no qual se manteria até 1950. Foi professor de introdução à ciência do direito na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, a partir de 1946, e de direito administrativo da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, desde 1947.

Católico, fez parte da Ação Católica Brasileira (ACB) criada em 1935 por dom Sebastião Leme, então cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, com o objetivo de organizar a participação dos cristãos leigos católicos no apostolado da Igreja. Por volta de 1947, junto com Clóvis Garcia e Marcos Nogueira Garcez, entre outros, participa da fundação da Juventude Universitária Católica (JUC) em São Paulo (MONTORO, 2000, P. 56).

O Partido Democrata Cristão (PDC) foi criado no Brasil em 1945. Mas o começo de tudo foi um congresso católico em Montevidéu, em 1947, onde foram participar Montoro e Sobral Pinto, assim como Eduardo Frei e Rafael Caldera, que viriam a ser presidentes do Chile e da Venezuela (MUYLAERT e PINHEIRO p. 3). Em 1950, Montoro elegeu-se vereador pelo Partido Democrata Cristão.

Na Câmara Municipal de São Paulo foi autor do projeto de lei municipal que estabeleceu o horário do comerciário, proibindo o comércio noturno.

Em 1953, um episódio ímpar da história do legislativo trará consequências inusitadas para o vereador Franco Montoro.

"Em dezembro de 1953 promoveu-se a renovação da mesa da Câmara. O novo presidente a ser eleito representaria o Legislativo Municipal nos festejos do IV Centenário de São Paulo, em 1954. Seria, portanto, uma legislatura muito especial. Consegui convencer meus companheiros da bancada oposicionista de que ninguém era mais indicado para presidente da "Câmara do IV Centenário" do que o vereador João Sampaio, do Partido Republicano, ex-senador, figura respeitável e competente. Com o seu cavanhaque branco e modos austeros, João Sampaio poderia restaurar a dignidade dos representantes de São Paulo, algo combalida pelas excentricidades do prefeito Jânio Quadros.

A maioria dos vereadores aprovou e a imprensa também gostou da ideia. Parecia uma escolha perfeita. Inesperadamente, as vésperas do dia da eleição, 30 de dezembro, o vereador Ademarista, William Salém lançou-se como candidato de oposição a João Sampaio. A principio parecia uma tentativa sem a menor chance de sucesso. Salém era um especialista na compra de votos e consciências, figura tão desmoralizada que, antes de se tornar vereador, sua presença fora proibida no recinto da Câmara. Tinha o apoio do prefeito, é verdade, mas essa informação não nos deixava alarmados. Afinal tínhamos a maioria – 23 em 45 vereadores.

Veio a eleição e com ela a surpresa: empate 22 votos para Sampaio e 22 votos para Salém. E um voto em branco. Era o voto de João Sampaio. O seu extremo apego honestidade e o desinteresse levaram-no a não votar em si mesmo. Procedeu-se uma segunda votação. Pude, então, observar William Salém e seus aliados promovendo uma compra escancarada de votos. Feita nova apuração, Salém venceu." (MONTORO, 2000 p. 87).

Como protesto, ao que qualificou de comércio de votos na eleição de Willian Salém para a presidência da mesa da Câmara Municipal, Franco Montoro desistiu de continuar na Câmara. Renuncia ao seu mandato.

Tinha uma enorme afeição pelo Legislativo, e a Câmara dos Vereadores era a legislatura mais próxima do eleitor. Por isso mesmo foi difícil, para ele, renunciar a seu primeiro mandato na vida pública. Mas a questão é que tinha ainda mais apreço à ética do que ao mandato. Quando os vereadores traíram João Sampaio, elegendo para a Mesa uma camarilha de baixo nível moral, cujos votos foram abertamente comprados, Montoro saiu. Seu gesto, contudo, valeu--lhe uma eleição consagradora para a Assembleia Legislativa, já no tempo de Jânio Quadros governador, quando se tornou presidente da Assembleia e, por ironia política, deu posse ao seu desafeto, diria melhor, desapontamento. (LIMA, 2009, p.12).

Concorre ao posto de deputado estadual, torna-se presidente da Assembleia Legislativa, sendo obrigado por força do cargo a dar posse a Jânio Quadros que se elegera governador do Estado.

"O constrangimento com que presidi a cerimônia não impediu que viesse a manter com o Executivo as relações normais entre os dois poderes. Não havia, no meu entender, espaço para retaliações pessoais. Jânio, no entanto, teve atitude diversa. Assim que tomou as rédeas do governo, mandou rescindir meu contrato de professor com a Faculdade de Economia da USP" (MONTORO, 200, p.98).

Durante o mandato viajou para a Bélgica, onde representou o Brasil e o PDC no Congresso Internacional da Democracia Cristã, tratando da integração econômica e política dos países latinos- americanos. Também não chegou a terminar o mandato, deixando o cargo para concorrer na Câmara Federal. Em outubro de 1958 elegeu-se deputado federal por São Paulo. Como deputado tornou-se líder do Partido Democrata Cristão na Câmara e foi o autor da lei que isentou de pagamento do Imposto de Renda o empregado, chefe de família, que recebesse até cinco salários mínimos.

Em 25 de agosto de 1961, por ocasião da renúncia do Presidente Jânio Quadros, Montoro integrava a comitiva parlamentar que acompanhava João Goulart em sua visita oficial à República Popular da China. Durante a crise política decorrente do veto dos ministros militares à posse do vice-presidente Goulart na presidência da República, recomendou a este, ainda no exterior, que não precipitasse seu regresso. Já de volta ao Brasil, o líder do PDC apoiou a solução política que implantou o parlamentarismo, permitindo a Goulart tomar posse na presidência da República.

No efêmero regime Parlamentarista, foi nomeado para o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Como ministro, Montoro criou uma comissão para elaborar o projeto de lei que dispunha sobre o salário-família.

Reelegeu-se deputado federal em outubro de 1962, obtendo 62.463 votos.

Com o retorno ao presidencialismo em janeiro de 1963, o governo Goulart foi gradualmente afetado por varias crises até à eclosão do golpe civil-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente da República.

Em março de 1965 Montoro concorreu para prefeito de São Paulo; ficou em quarto lugar, tendo sido eleito Faria Lima.

Elegeu-se mais uma vez, em 1966, deputado federal por São Paulo, dessa vez na legenda do MDB, tendo obtido 80.315 votos. Entre 1968 e 1970, Montoro lecionou filosofia do direito na Universidade de Brasília - UnB.

Candidato ao Senado por São Paulo, em novembro de 1970, elegeu-se com 1.985.868 votos, sendo um dos cinco únicos senadores oposicionistas eleitos.

Nas eleições de novembro de 1978, reelegeu-se senador com 4.517.456 votos.

Franco Montoro teve um destacado papel trabalhando pela redemocratização, fez pronunciamentos defendendo firmemente a reivindicação de anistia ampla, geral e irrestrita, aos que se opuseram ao regime. Até que em agosto de 1979, o Congresso aprovou o projeto do governo relativo à anistia. Após a reforma partidária que extinguiu o bipartidarismo, foi um dos fundadores do PMDB.

Eleito governador em novembro de 1982, imprimiu uma nova diretriz ao governo do estado de São Paulo, abandonando os projetos faraônicos da administração anterior de Paulo Maluf.

Montoro tornou-se, ao lado de Ulysses Guimarães, o grande incentivador do movimento "Diretas-Já". Por sua iniciativa foi organizado, em janeiro de 1984 na Praça da Sé, o primeiro grande comício pela realização de eleições diretas para presidente da republica, com a participação de mais de trezentos mil manifestantes. Ao longo da campanha das Diretas promoveu ainda outro comício, o maior de todos. Ocorrido no vale do Anhangabaú, levou às ruas mais de um milhão e meio de pessoas. Apesar da grande mobilização, a emenda à Constituição que previa eleições diretas para presidente da República em novembro de 1984, conhecida por emenda Dante de Oliveira, não recebeu o número de votos necessários à sua aprovação na Câmara dos Deputados.

Depois de ter elegido o seu sucessor nas eleições de 1986, deixou o PMDB em 1988, acusando o partido de estar "descumprindo os compromissos histó-

ricos" e de ter se tornado fisiológico e clientelista. Foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em outubro de 1990 Montoro disputou uma vaga no Senado, mas foi derrotado.

Em 1994 elegeu-se deputado federal, sendo o segundo mais votado do PSDB, com mais de duzentos mil votos, oriundos em sua maioria da capital do estado.

Em outubro de 1998 candidatou-se à reeleição na legenda do PSDB, sendo bem-sucedido.

Faleceu na cidade de São Paulo no dia 16 de julho de 1999, em decorrência de um infarto. Era casado com Luci Pestana Silva Franco Montoro, com quem teve sete filhos.

Referências

ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: FGV, 2001. v.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, São Paulo, 1952, 1953, 1954, 1955. Anais da Câmara Municipal de São Paulo. Divididos em pelo menos 20 volumes anuais. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 1952, 1953, 1954, 1955.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2007.

FERREIRA Jorge; REIS, Daniel Aarão. Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil, v. 2).

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LIMA, Jorge Cunha. Franco Montoro / ensaio introdutório e seleção de textos por Jorge da Cunha Lima.– Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

MANECHINI, Luiz Casadei (Org.). São Paulo na tribuna: primeira legislatura (1948-1951). São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, 2012. (História das Legislaturas Contemporâneas, v. 1). Disponível em: <http://www2.camara.sp.gov.br/dce/publicacoes/sao-paulo-na-tribuna.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

MUYLAERT, Eduardo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Franco Montoro: democrata e estadista. Revista Novos Estudos, São Paulo, n. 56, p. 3-8, mar. 2000. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/90/20080627_franco_montoro.pdf>. Acesso em: 30 jul 2015.

MONTORO, André Franco. Memórias em linha reta. São Paulo: Senac São Paulo, 2000.

PIRES, Cornélio (Espírito). Degraus da vida. Psicografado por Francisco Cândido Xavier. São Paulo: CEU, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1970.

SCHAUN, Angela; SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato. Repensando o espaço público e os Direitos Humanos. In: CÁDIMA, Francisco Rui; MARTINS, Rosana; PEDROSO, Maria Goretti (Org.). Espaço público, Direitos Humanos e multimedia: novos desafios. Rio de Janeiro: Luminária Acadêmica, 2011.

SCHWARTZ, Rosana (Org.); MINARDI, Ines Manuel; PASCAL, Maria Aparecida Macedo. Mulheres de fé: norte-americanas no Brasil (1870-1930). São Paulo: Expressão e Arte, 2011.

SKIDMORE, Thomas. E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Saga, 1969.

WILFORD, Hugh. The mighty wurlitzer: how the CIA played America. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

Edição Especial IV Centenário – Jornal O Estado de São Paulo, cad. 4, 1954

Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro – Dossiê loteamentos Clandestinos, São Paulo, 1983.

FOLHA ESPÍRITA, São Paulo, SP; texto de Miriam PortelaTribuna Espírita - Abril/Junho de 1991

SAMARA, Eni Mesquita. Família e relações de Gênero: perspectivas de análise histórica. São Paulo, Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina – CEDHAL, Universidade de São Paulo – USP, 1996.

MESA DIRETORA 2º LEGISLATURA (1952-1955)

1952

Presidente: André Nunes Júnior

Vice-Presidente: Valério Giuli

1º Secretário: Jarbas Tupinambá de Oliveira

2º Secretário: Anselmo Farabulini Júnior

3º Secretário: Benedicto Rocha

1953

Presidente: Cantídio Nogueira Sampaio

Vice-Presidente: Horácio Berlinck Cardoso

1º Secretário: Jarbas Tupinambá de Oliveira

2º Secretário: Benedicto Rocha

3º Secretário: Augusto Bruno Filho

1954

Presidente: William Salem

Vice-Presidente: Gumercindo de Padua Fleury

1º Secretário: Umberto Fanganiello

2º Secretário: Horácio Berlinck Cardoso

3º Secretário: Américo Rossini

1955

Presidente: William Salem

Vice-Presidente: Jarbas Tupinambá de Oliveira

1º Secretário: Umberto Fanganiello

2º Secretário: Antônio de Toledo Piza

3º Secretário: José Nicolini

ABEL FERREIRA
PSP

ADMIR RAMOS
UDN

AFONSO GUTIERREZ
PSD

AGENOR LINO DE MATTOS
PSP

ALBERTO DA SILVA AZEVEDO
PSP

ALOYSIO G. F. CAMARGO
UDN

ALÍPIO HENRIQUE
PST

ALTIMAR RIBEIRO DE LIMA
PSP

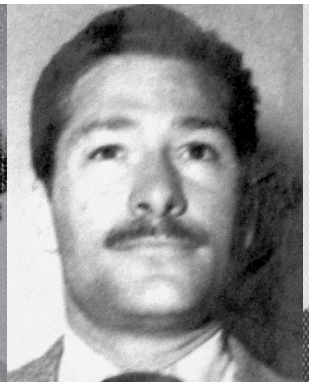
AMERICO ROSSINI
PTB

AMERICO SUGAI
PDC

ANDRÉ FRANCO MONTORO
PDC

ANDRÉ NUNES JÚNIOR
PTB

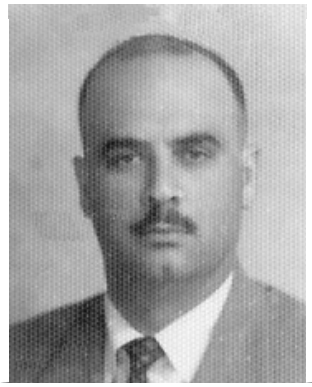
ANNA LAMBERGA ZÉGLIO
PSP



ANSELMO FARABULINI JR.
PR

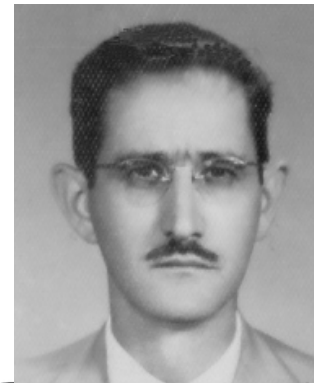
ANTENOR ÊRVEU BETARELLO
PRT

ANTONIO DE CILLO NETTO
PSB



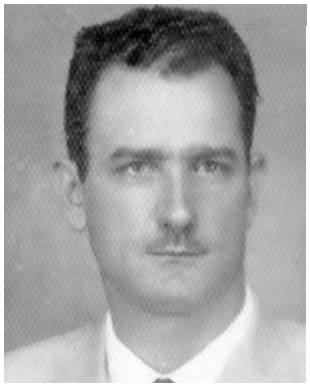
ANTÔNIO DE TOLEDO PIZA
PRB

ANTÔNIO LAMANNA JÚNIOR
PRP



ARMANDO ZEMELLA
PTB

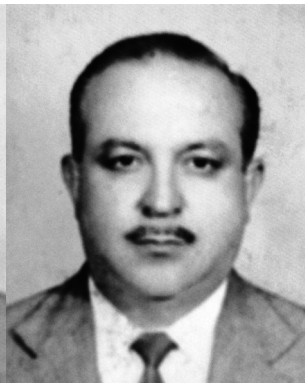
ARY LEX
PSB



AUGUSTO BRUNO FILHO
PRP

AVEDIS C. KHERLAKIAN
PSP

BENEDICTO Q. DA SILVA
PDC



BENEDICTO ROCHA
PST

CAETANO MESSINA
PRT

CANTÍDIO NOGUEIRA SAMPAIO
PSP

CESAR ARRUDA CASTANHO
PDC

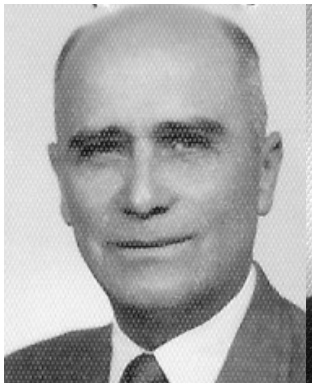
DOMINGOS F. DE MORAES
PST

DULCE SALLES CUNHA BRAGA
UDN

ELIAS SHAMMASS
PSP

ERMANO MARCHETTI
PSP

ESTANISLAU R. DO AMARAL
UDN



EUDORO FERNANDES
PR

FERNANDO SCALAMANDRÉ
PTB

FIORAVANTE IERVOLINO
PSP

FRANCISCO A. LADEIRA
UDN

GABRIEL N. DE QUADROS
PDC

GERALDO SILVEIRA BUENO
PDC

GUMERCINDO DE P. FLEURY
PTB

HAISAR MALUF
PRB

HERMÍNIO DA SILVA VICENTE
PSB

HOMERO D. DA SILVA
UDN

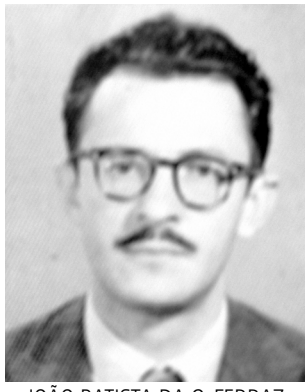
HORÁCIO BERLINCK CARDOSO
PRT

HÉLIO BENEDITO FIORI
PTN

HELIO DAMANTE
PDC

JARBAS T. DE OLIVEIRA
PSD

JOÃO AMÉRICO GALLETI
PR



JOÃO BATISTA DA C. FERRAZ
PST

JOÃO BATISTA DOMINGUES
PSP

JOÃO DOMINGUES SAMPAIO
PR

JOÃO FRANCISCO DE HARO
PSD

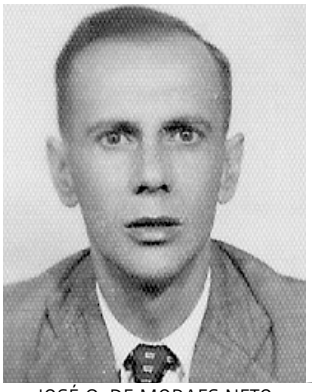
JOAQUIM THOMÉ FILHO
PSP

JOSÉ DE MOURA
PR

JOSÉ DE O. ALMEIDA DINIZ
PTB

JOSÉ DOMINGOS RUIZ
PTN

JOSÉ FREITAS NOBRE
PSB



JOSÉ G. DE MORAES NETO
PTN - PDC

JOSÉ NICOLINI
PTB

LEÔNCIO FERRAZ JÚNIOR
PR

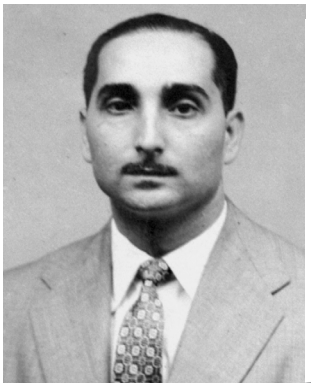
LUIZ GONZAGA MIRANDA
PSD

MARCOS MÉLEGA
UDN

MARIO GUIMARÃES
PSB

MIGUEL SANSÍGOLO
PSP

MILTON P. MARCONDES
UDN



MODESTO GUGLIELMI
PDC

NILTON COLLI MACHADO
UDN

NICOLAU TUMA
UDN

NORBERTO MAYER FILHO
PR

OMAR PINTO FAGUNDES
UDN

PAULO FERREIRA CAMPANHÃ
PSD

PAULO VIEIRA
PSP

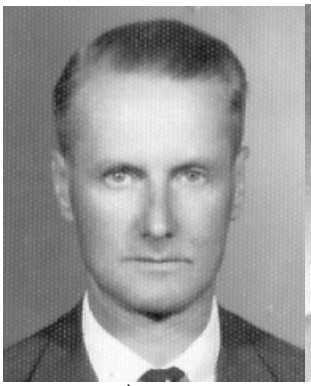
SALOMÃO ABRÃO
PRT

SEBASTIÃO GOMES CASELLI
PSP

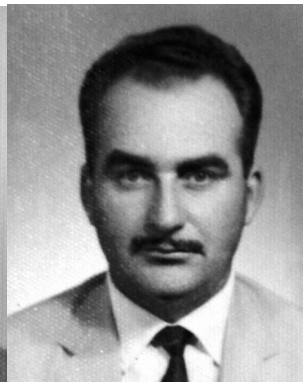
TARCÍLIO BERNARDO
PST

THEODOMIRO M. DO AMARAL
PDC

UMBERTO FANGANIELLO
PSP



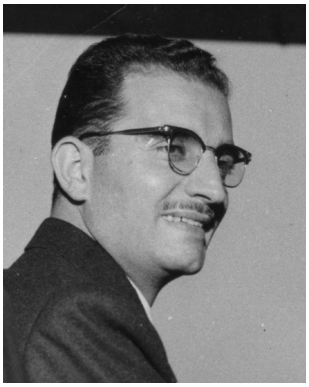
VALÉRIO GIULI
PDC



VENICIO C. GIANCHINI
PTN

WALDEMAR PEDROSO
PTB

WALDEMAR TEIXEIRA PINTO
PSP



WILLIAM SALEM
PSP

VEREADORES DA 16ª. LEGISLATURA

Abou Anni (PV)
Adilson Amadeu (PTB)
Adolfo Quintas (PSD)
Alessandro Guedes (PT)
Alfredinho (PT)
Andrea Matarazzo (PSD)
Anibal de Freitas (PV)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Antonio Donato (PT)
Ari Friedenbach (PHS)
Arselino Tatto (PT)
Atílio Francisco (PRB)
Aurélio Miguel (PR)
Aurélio Nomura (PSDB)
Calvo (PMDB)
Celso Jatene (PR)
Claudinho de Souza (PSDB)
Conte Lopes (PP)
Coronel Camilo (PSD)
Coronel Telhada (PSDB)
Dalton Silvano (Democratas)
David Soares (PSD)
Edir Sales (PSD)
Eduardo Tuma (PSDB)
Eliseu Gabriel (PSB)
Floriano Pesaro (PSDB)
Francisco Chagas (PT)
George Hato (PMDB)
Gilson Barreto (PSDB)
Goulart (PSD)
Jair Tatto (PT)
Jamil Murad (PC do B)
Jean Madeira (PRB)
Jonas Camisa Nova (Democratas)
José Américo (PT)
José Police Neto (PSD)
Juliana Cardoso (PT)
Laércio Benko (PHS)
Marco Aurélio Cunha (PSD)
Mario Covas Neto (PSDB)
Marquito (PTB)
Marta Costa (PSD)
Milton Leite (Democratas)
Nabil Bonduki (PT)
Natalini (PV)
Nelo Rodolfo (PMDB)
Netinho de Paula (PDT)
Noemi Nonato (PR)
Orlando Silva (PC do B)
Ota (PSB)
Patrícia Bezerra (PSDB)
Paulo Fiorilo (PT)
Paulo Frange (PTB)
Pr. Edemilson Chaves (PTB)
Quito Formiga (PSDB)
Reis (PT)
Ricardo Nunes (PMDB)
Ricardo Teixeira (PROS)
Ricardo Young (REDE)
Roberto Tripoli (PV)
Rodolfo Despachante (PHS)
Salomão Pereira (PSDB)
Sandra Tadeu (Democratas)
Senival Moura (PT)
Souza Santos (PRB)
Toninho Paiva (PR)
Toninho Vespoli (PSOL)
Ushitaro Kamia (PSD)
Valdecir Cabrabom (PTB)
Vavá (PT)
Wadih Mutran (PP)

VEREADORES DA 17ª. LEGISLATURA

Abou Anni (PV)
Adilson Amadeu (PTB)
Adriana Ramalho (PSDB)
Alessandro Guedes (PT)
Alfredinho (PT)
Aline Cardoso (PSD)
André Santos (PRB)
Antonio Donato (PT)
Arselino Tatto (PT)
Atílio Francisco (PRB
Aurélio Nomura (PSDB)
Caio Miranda Carneiro (PSB)
Camilo Cristófaro (PSB)
Celso Jatene (PR)
Claudinho de Souza (PSDB)
Claudio Fonseca (PPS)
Conte Lopes (PP)
Dalton Silvano (DEM)
Daniel Annenberg (PSDB)
David Soares (DEM)
Edir Sales (PSD)
Eduardo Matarazzo Suplicy (PT)
Eduardo Tuma (PSDB)
Eliseu Gabriel (PSB)
Fabio Riva (PSDB)
Fernando Holiday (DEM)
George Hato (PMDB)
Gilberto Nascimento (PSC)
Gilson Barreto (PSDB)
Isa Penna (PSOL)
Isac Felix (PR)
Jair Tatto (PT)
Janaína Lima (Novo)
João Jorge (PSDB)
José Police Neto (PSD)
Juliana Cardoso (PT)
Mário Covas Neto (PSDB)
Milton Ferreira (PODE)
Milton Leite (DEM)
Natalini (PV)
Noemi Nonato (PR)
Ota (PSB)
Patrícia Bezerra (PSDB)
Paulo Frange (PTB)
Quito Formiga (PSDB)
Reginaldo Trípoli (PV)
Reis (PT)
Ricardo Nunes (PMDB)
Ricardo Teixeira (PROS)
Rinaldi Digilio (PRB)
Rodrigo Gomes (PHSV
Rodrigo Goulart (PSD)
Rute Costa (PSD)
Sâmia Bomfim (PSOL)
Sandra Tadeu (DEM)
Senival Moura (PT)
Soninha (PPS)
Souza Santos (PRB)
Toninho Paiva (PR
Toninho Vespoli (PSOL)
Zé Turin (PHS)